



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL-PPGMDR

BRUNO RICARDO DA SILVA DE CASTRO

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO ESTADO DO AMAPÁ: UMA ANÁLISE
SOBRE O AGRONEGÓCIO DE GRÃOS, NO PERÍODO DE 2012 A 2016

MACAPÁ

2018

BRUNO RICARDO DA SILVA DE CASTRO

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO ESTADO DO AMAPÁ: UMA ANÁLISE
SOBRE O AGRONEGÓCIO DE GRÃOS, NO PERÍODO DE 2012 A 2016**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Desenvolvimento Regional, na linha de pesquisa: Desenvolvimento e Planejamento Socioeconômico como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima.

MACAPÁ

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

Castro, Bruno Ricardo da Silva de

Desenvolvimento Econômico no Amapá: uma análise sobre o agronegócio no período de 2012 a 2016/ Bruno Ricardo da Silva de Castro; orientador Ricardo Ângelo Pereira Lima, 2018.

107 f.

Dissertação (mestrado) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional.

1. Agronegócio. 2. Desenvolvimento Econômico no Amapá. 3. Produção de Soja. I. Lima, Ricardo Ângelo Parreira de, orient. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD (...)

BRUNO RICARDO DA SILVA DE CASTRO

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO ESTADO DO AMAPÁ: UMA ANÁLISE
SOBRE O AGRONEGÓCIO DE GRÃOS NO PERÍODO DE 2012 A 2016**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Desenvolvimento Regional, na linha de pesquisa: Desenvolvimento e Planejamento Socioeconômico como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima.

Defendida em: ___/___/2018 Conceito: _____

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima

Universidade Federal do Amapá - PPGMDR/UNIFAP
(Orientador)

Prof. Dr. Marcos Antônio das Chagas

Universidade Federal do Amapá - PPGMDR/UNIFAP
(Membro Interno)

Prof. Dr. Joselito Abrantes

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/AP
(Membro Externo)

MACAPÁ
2018

A Deus pela oportunidade de concluir mais esta etapa em minha formação profissional.

A todos os meus familiares e amigos que me estimularam a seguir firme na busca deste momento.

Em especial, às minhas mães Sylla Palheta (*in memoriam*) e Renilsa de Castro (*in memoriam*), bem como minhas avós Rita Barroso (*in memoriam*) e Raimunda de Castro (*in memoriam*), pois sem os ensinamentos e educação que recebi, jamais teria sido possível.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, pela força, coragem e determinação, pois sem ele, nada seria possível.

Aos meus familiares, pelo apoio incondicional para seguir na busca pela transformação de minha vida, por meio da educação e de esforços próprios, e por me oportunizarem ter uma criação baseada em princípios e valores.

À minha esposa e ao meu filho, Caio Ricardo, que sempre me apoiaram nessa trajetória e em diversos momentos difíceis, os quais foram esteio para que eu continuasse buscando essa formação, apesar de todas as dificuldades e obstáculos que a vida nos impôs.

Aos meus irmãos, que também são a razão pela qual sigo caminhando em busca de nossos sonhos. Aos meus amigos pelo apoio, força, ajuda, estímulo e pelas chamadas de atenção quando da necessidade para continuar trilhando o caminho da conclusão desta etapa.

Aos meus professores e meu orientador prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima, por toda a paciência e empenho, no sentido prático com que sempre me orientou neste trabalho, e nas suas contribuições para este processo. Muito obrigado por ter corrigido meus erros quando necessário, sem nunca me desmotivar, o que foi de fundamental contribuição para realização desta pesquisa.

Quando entrei no mestrado não sabia que seria tão difícil e iria exigir tanto. Percebi, com as perdas pelo caminho, que concluir um mestrado também pode ser um propósito entre você e todos os que o cercam, e ao aceitar este desafio, Deus passa a ser seu maior aliado. Muitas provações e perdas irreparáveis, mas continuei com todas as dificuldades, e a vida pedindo força, no sentido de terminar o desafio que havia iniciado.

Agradeço, neste particular, às minhas criadoras Sylla Palheta (*in memoriam*), Rita Barroso (*in memoriam*), Raimunda de Castro (*in memoriam*) e minha mãe Renilsa de Castro (*in memoriam*), a qual perdi durante o período de estudos. Confesso que continuar não foi fácil, mas graças à educação e à vontade de vencer que recebi de vocês, concluo mais essa etapa em minha vida. Obrigado por tudo, meus amores, e se esse momento chegou, não tenho dúvida de que foram vocês as maiores responsáveis.

Ao desejo de ver um Amapá próspero, com oportunidade e dignidade a todos, e geração de emprego e renda como estratégia de Desenvolvimento.

RESUMO

O objetivo desta dissertação consiste em analisar os desafios e as perspectivas para a expansão do agronegócio, a partir da produção de soja no âmbito do Estado do Amapá. Assim, para que fosse possível alcançar o objetivo, partiu-se de uma revisão bibliográfica sobre os fundamentos teóricos do desenvolvimento econômico. Realizou-se, ainda, uma contextualização do agronegócio no Brasil e no Amapá, bem como de suas transformações econômicas. Para confrontar a teoria com a prática, optou-se pelo estudo explanatório-descritivo, pela abordagem qualitativa com procedimentos de pesquisa de campo. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, com três representantes da produção da Soja no Amapá, a saber: a Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amapá (Agência Amapá), Associação de Produtores de Soja e Milho do Amapá (Aprosoja) e Comissão Pastoral da Terra (CPT). Dos resultados obtidos, verificou-se que a expansão do agronegócio em território amapaense, especialmente, a produção da soja no período de 2012 a 2016, contribuiu consideravelmente para o desenvolvimento econômico no Estado do Amapá. -Ao se propor a investigação do agronegócio como estratégia de desenvolvimento econômico, pensa-se no fortalecimento de uma economia, onde a maioria de seus produtos consumidos são fornecidos por outras regiões do país. Agronegócio-Amapá é um tema de extrema relevância para o desenvolvimento econômico do Estado, dada às condições estratégicas no cenário mundial, mesmo que ainda existam alguns entraves que devam ser superados, os quais impactam negativamente o processo.

Palavras-chave: Agricultura. Desenvolvimento Econômico. Agroindústria. Produção de Soja.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyze the challenges and prospects for the expansion of agribusiness from the production of soybeans in the State of Amapá. Thus, in order to achieve the objective, it was based on a bibliographical review of the theoretical foundations of economic development. A contextualization of agribusiness in Brazil and in Amapá and its economic transformations was also carried out. To confront theory with practice, we opted for an explanatory-descriptive study, a qualitative approach with field research procedures. The data was collected through semi-structured interviews with three representatives of Soy production in Amapá, namely: Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amapá – Agência Amapá, Associação de Produtores de Soja e Milho do Amapá – Aprosoja a Comissão Pastoral da Terra – From the results obtained, it was verified that the expansion of agribusiness in the Amapá region, especially the production of soybean between 2012 and 2016, contributed considerably to the economic development in the state of Amapá. When it is proposed the survey over the agrobusiness as a strategy of economic development, it is supposed to strengthen an economy where most of its consumed products are supplied by other regions from all over the country. Agribusiness in Amapá is an issue of extreme relevance for the economic development of the State, given the strategic conditions in the world scenario. However, there are still some obstacles that need to be overcome which ones impact negatively.

Keywords: Agriculture. Economic development. Agroindustry. Soyproduction.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Principais Entraves ao Desenvolvimento do Agronegócio Brasileiro em 2008.....	38
Gráfico 2	Expansão do Agronegócio no Brasil (2012-2016)	41
Esquema 1	Cadeia do Agronegócio	49
Quadro 1	Código de identificação do representante da entidade	56
Fotografia 1 ...	Potencial do cerrado do Amapá é abrigar 400 mil hectares para cultivo	59
Gráfico 3	Evolução da área plantada de cultura temporária de grãos no estado do Amapá, em hectares de 2012 a 2016..	63
Gráfico 4	Comparativo da produção de grãos das culturas de soja, arroz e feijão, tonelada por hectares, de 2012 a 2016, no Amapá	64
Gráfico 5	Evolução do Produto Interno Bruto do Amapá em valores correntes (2012- 2015)	66
Gráfico 6	Evolução do Produto Interno Bruto agropecuário dos municípios produtores de grãos em valores correntes 2012 a 2015	68
Gráfico 7	Evolução do Produto Interno Bruto dos municípios produtores de grãos de soja em valores correntes 2012 a 2015	69
Esquema 2	Integração entre sistemas agroindustriais de milho e soja	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Participação do PIB do agronegócio no PIB brasileiro (em %) no período da pesquisa (2010-2016)	
	37
Tabela 2	Distribuição de áreas potenciais em 2017	
	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAR	Associação Brasileira de Administração Rural
APROSOJA	Associação de Produtores de Soja e Milho do Estado do Amapá
AP	Amapá
ANUT	Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
ECOAGRO	Empresa de Consultoria em Agronegócio
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FRAP	Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEPA	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá
IMAP	Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
PPCDAP	Programa de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Amapá
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Amapá
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento do Amapá

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	20
2.1	CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO E SUAS DIVERSAS ABORDAGENS	20
2.1.1	Desenvolvimento Econômico e Regional	28
3	CARACTERIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL E NO AMAPÁ.....	34
3.1	AGRONEGÓCIO NO BRASIL	34
3.2	AGRONEGÓCIO NO AMAPÁ	42
4	METODOLOGIA DA PESQUISA NO TRABALHO	51
4.1	ÁREA DE ESTUDO	51
4.2	ETAPAS METODOLÓGICAS	52
4.2.1	Tipo de pesquisa	53
4.2.2	Etapas da investigação	54
5	PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO AMAPÁ A PARTIR DO AGRONEGOCIO DA PRODUÇÃO DA SOJA	57
5.1	A PESQUISA SOBRE A SOJA	57
5.2	O AGRONEGOCIO DA PRODUÇÃO DA SOJA	61
5.3	EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB DO AMAPÁ	66
5.4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS DA PESQUISA	70
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	96
	APÊNDICE A ROTEIRO DE ENTREVISTA	102
	APÊNDICE B TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	103
	APÊNDICE C SOLICITAÇÕES DE COLABORAÇÃO PARA PESQUISA	104

1 INTRODUÇÃO

A busca por fronteiras de desenvolvimento é algo comum a todas as nações. Esta procura ocorre no sentido de fundamentar as estratégias para fortalecer a economia das regiões, desbravadas pelos investidores econômicos, com o intuito de ampliação das áreas produtivas disponíveis ao mercado. Por conseguinte, a região Amazônica, em particular o Estado do Amapá, vem se inserindo nesse desenvolvimento, por meio do agronegócio de produção de grãos.

Ao se propor a investigação do Agronegócio como estratégia de desenvolvimento econômico, mais precisamente, da exploração dos 400.000¹ hectares do território de Cerrado do Amapá, que segundo o Zoneamento Ecológico Econômico, produzido pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) podem ser destinados e explorados com a agricultura, pensa-se no fortalecimento de uma economia, onde a maioria de seus produtos consumidos são fornecidos por outras regiões do país.

A criação e propulsão do Corredor do Norte², como rota de escoamento da produção de grãos e os consequentes investimentos que já vêm ocorrendo no Porto de Santana, servirão de entreposto para a exportação de grãos oriundos do Estado de Mato Grosso. Este fato nos remete a uma necessária reflexão sobre a forma de preparo, para vivenciar as transformações promovidas pelo agronegócio no território amapaense e, ainda, questionar a forma de integração do território produtor rural do estado, com a produção que, utilizando o entreposto em Santana, seguirá para os diversos mercados consumidores no mundo.

Considerando ainda, a exploração do mercado mundial consumidor de grãos, em especial da soja, que necessariamente deve passar por análise pelos produtores e investidores locais, haverá a potencialização dos resultados econômicos positivos para o Amapá, não só pela exportação, mas, sobretudo pela possibilidade de geração de produtos industrializados e beneficiados.

Cabe mencionar que o processo de verticalização da cadeia produtiva da soja conta com o primeiro projeto de implantação de indústria de processamento de

¹ Guia do Investidor Amapá, Agência Amapá (2015).

² Principal aposta logística do agronegócio brasileiro para a próxima década, o chamado Corredor Norte – região que compreende os estados de Rondônia, Amazonas, Amapá, Pará e segue até o Maranhão o estado do Pará. Disponível em: <http://www.aviculturaindustrial.com.br>. Acesso em: 20 abr. 2016.

grãos para a fabricação de ração animal aprovado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e apto a iniciar sua construção e operação no distrito industrial da Zona Franca de Macapá-Santana.

Assim, o aprofundamento do tema Desenvolvimento Econômico provocado pela produção de grãos no Amapá, também está contido em refletir sobre como potencializar os resultados, para todos os setores, a partir do agronegócio, que até 2013, ano da primeira colheita oficial registrada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) representava 3,2% do Produto Interno Bruto do Amapá (IBGE, 2013).

A reflexão acerca do agronegócio no Amapá é pertinente, uma vez que a condição para o plantio ocorre de forma diferenciada de outros territórios, em função dos investimentos em preparo do solo e tecnologias a serem utilizadas, além do devido ordenamento para não infringir às legislações ambientais que já existem e que delimitam as áreas em potencial de produção de soja, conforme menciona o Zoneamento Ecológico Econômico do cerrado.

Segundo Cavalcanti (2011) somente aproximadamente 9% das terras do Estado do Amapá são exploradas com atividades agropecuárias, 68% das propriedades são inferiores a 50 hectares e 15% das unidades produtivas possuem área entre 50 a 100 hectares.

Verifica-se que a realidade amapaense dos produtores corresponde, predominantemente, a proprietários de pequenas e médias propriedades. E que existem muitas terras a serem exploradas.

Há de se considerar que, por um arcabouço legal criado, a limitação do tamanho das propriedades por agricultor pode potencializar a exploração e desenvolvimento do campo a um número muito maior de produtores, caracterizando-os como produtores de pequeno e médio porte, segundo classificação utilizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O exercício e importância da análise é perceber quais os efeitos a partir de uma produção em escala, que não poderá ultrapassar 15 módulos fiscais³ por cada produtor. Isto

³Módulo fiscal é uma unidade de medida de área (expressa em hectares) fixada diferentemente para cada município, uma vez que leva em conta as particularidades locais como: o tipo de exploração predominante no município, hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal, a renda obtida com esta exploração predominante, outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada, e o conceito de propriedade familiar, conforme a Lei nº 4.504/1964, art. 5º (Estatuto da Terra).

permite com que a diversidade de produtores seja muito maior e cria um estímulo à cooperação mútua entre eles e que pode também ser fruto de análise de seus impactos na evolução socioeconômica e competitiva dos mesmos.

O desenvolvimento econômico pode ser propiciado a partir do fortalecimento e expansão do agronegócio de produção de soja e apresenta este setor como o principal investimento atual do Amapá tanto na esfera pública, com o marco regulatório e logística, quanto na iniciativa privada, com os investimentos no plantio, propriedades e potenciais investimentos na verticalização e industrialização dos grãos produzidos. Ambos fundamentam e credenciam fortemente o desenvolvimento econômico do Agronegócio no Amapá.

Notadamente no Amapá, as iniciativas pública e privada têm trabalhado no sentido de viabilizar as condições necessárias à potencialização dos resultados oriundos da produção de grãos, em especial a soja. As tratativas para o ordenamento do cerrado são conduzidas com esforços, como o Zoneamento Ecológico Econômico e Zoneamento Socioambiental do Cerrado do Amapá, para fundamentar a tomada de decisões do poder público, embasada por estudos de órgãos, reconhecidamente, com competência técnica para tal objetivo, como a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA).

É preciso considerar também, a viabilização da infraestrutura portuária e de armazenamento da soja produzida. No Porto de Santana já existem dois silos com capacidade de armazenagem de aproximadamente 50 mil toneladas de grãos produzidos, bem como o Porto da Companhia Docas de Santana, que já comporta estrutura para transbordo e envio da produção, caso seja endereçada ao mercado externo ao Amapá. Esta estrutura portuária somada à boa localização das propriedades, que estão à margem da rodovia BR-156, facilita o escoamento da produção e minimiza, ainda mais, os custos logísticos para o transporte dos grãos produzidos, seja para a exportação ou mesmo para abastecimento de indústrias que venham a se instalar no Distrito Industrial da Zona Franca de Macapá-Santana.

Não obstante disso, a infraestrutura de recepção de investimentos para o Distrito Industrial também já está instalada, com o início da aprovação de projetos para o processamento da soja produzida no Estado e verticalização da cadeia produtiva do agronegócio no Amapá.

Nesse sentido, é importante refletir, e assertivamente indicar, os possíveis caminhos para o aproveitamento do território, no sentido de garantir que os efeitos

positivos diretos e indiretos da produção de grãos sejam amplamente explorados e os efeitos negativos possam ser minimizados ao máximo a fim de preservar as condições ambientais mínimas adequadas para a sociedade.

Desse modo, a presente pesquisa teve como problemática o seguinte questionamento: Como o Amapá, sendo um Estado dependente de insumos externos para se desenvolver, possibilita as condições necessárias para o seu Desenvolvimento Econômico, a partir da expansão do agronegócio de produção de grãos?

Para responder ao questionamento estabelecido, definiu-se como objetivo geral da pesquisa, do qual deriva o presente trabalho: analisar os desafios e as perspectivas para a expansão do agronegócio, a partir da produção de grãos no âmbito do Estado do Amapá. Como objetivos específicos optou-se em: analisar os fundamentos teóricos do Desenvolvimento Econômico; descrever o agronegócio no Brasil, no Amapá e suas transformações econômicas; bem como analisar as perspectivas para o desenvolvimento econômico no Amapá, a partir do agronegócio da produção de soja.

Para isso, parte-se da hipótese de que a expansão do agronegócio de produção de grãos no Amapá é viabilizada a partir da regularização fundiária das terras, demandadas pelo setor no bioma cerrado, como ação prioritária e de investimentos em melhoramento das tecnologias de preparo do solo, plantio e colheita dos grãos, ampliação e modernização dos canais de escoamento e armazenagem da produção, tendo como complemento, a identificação e comercialização com mercados consumidores de soja.

Com a regularização fundiária e o adequado ordenamento de uso do cerrado no Amapá, os produtores terão acesso às linhas de financiamento para viabilização da produção de grãos no Estado, assim como a verticalização da cadeia produtiva do agronegócio de soja, a partir da instalação de indústrias no perímetro da Zona Franca de Macapá-Santana, sendo possível com o beneficiamento dos grãos e geração de insumos para a produção de óleos, farelos e outros derivados. Destaca-se ainda, que a produção de ração fomenta a criação de aves, suínos, peixes e outros animais, e com isso, amplia a atividade econômica, bem como a geração de emprego e renda, partindo de uma ação prioritária.

Para o estudo, utilizou-se da seguinte metodologia de pesquisa: bibliográfica, de campo e documental. A presente pesquisa também se baseia em um estudo

descritivo, e quanto à abordagem do problema se caracteriza como qualitativa. A coleta dos dados foi realizada a partir de algumas etapas de trabalho. Utilizou-se de informações obtidas junto a fontes secundárias como: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria de Estado do Planejamento do Amapá (SEPLAN); Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (EMBRAPA); Associação de Produtores de Soja e Milho do Estado do Amapá (APROSOJA) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Além disso, realizou-se a aplicação de entrevistas semiestruturadas que foram analisadas e confrontadas com o referencial teórico dos autores estudados.

A relevância da análise de um tema, como as transformações econômicas da expansão do agronegócio no desenvolvimento do Amapá, dá-se na observância de detalhes minuciosos, para que haja a percepção de que o processo ocorre de forma espontânea, a partir do arcabouço criado pela estrutura de governança destes territórios e sua formulação.

A avaliação do Desenvolvimento Econômico, a partir da expansão das fronteiras agrícolas no Amapá, possui forte fundamento na prospecção de incremento na economia, que provém da produção de grãos. Segundo o levantamento sistemático do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2013 e 2014 a produção de soja obteve os índices de 12.906 e 40.792 toneladas de soja, com a perspectiva de 50 mil toneladas em 2015. Isso possibilita um incremento na balança comercial do Amapá da ordem de R\$ 20 milhões⁴.

Os resultados econômicos da produção de soja por todas as regiões brasileiras onde ocorrem investimentos neste segmento são inegáveis e potencializam de forma substancial a economia dos locais onde estão, mesmo dadas as atuais condições estruturais do Amapá.

Assim, a discussão no âmbito das limitações, impostas pelo arcabouço legal existente no Amapá, aponta para as estratégias de inserção mais adequadas, perpassando pela superação das limitações que por si só já justificam e fundamentam fortemente, a abordagem em um programa de produção científica do tema Desenvolvimento econômico, focado na expansão do agronegócio de soja em

⁴ Guia do Investidor Amapá (2015) e levantamento sistemático do IBGE (2013, 2014).

território amapaense e em seus consequentes impactos para o Desenvolvimento Econômico do Estado.

O entendimento das transformações que a produção agrícola, suas receitas e incremento econômico, realizado por seu crescimento, proporcionam ao território onde ocorrem é de fundamental importância num estado marcado pela dependência de recursos e fontes de investimentos oriundas do poder público. Neste curso, os resultados dessa análise se apresentam como uma imensa contribuição para a academia, para potencializar os ganhos oriundos de tal expansão. Dessa forma, o trabalho possui a seguinte estrutura:

A primeira seção, apresenta a introdução do trabalho, onde discorre-se sobre o contexto do agronegócio de grãos no Estado do Amapá e dados e fatos relevantes relacionados ao tema a fim de introduzir o assunto. Também nesta seção, descreve-se sobre o problema da pesquisa, assim como objetivos e hipótese nela estabelecidos.

Na segunda seção, discorre-se sobre os fundamentos teóricos do Desenvolvimento Econômico, com base em pesquisas e consultas a acervos bibliográficos, de autores que já abordaram, e ainda hoje, produzem conhecimento sobre o referido tema. Buscou-se, também, discutir os principais conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico, bem como a sua vinculação do Desenvolvimento Regional.

A terceira seção, trata da contextualização do agronegócio no Brasil e sua evolução histórica no Estado do Amapá. A primeira parte deste trabalho mostra alguns dados sobre a evolução do agronegócio no Brasil e no Amapá nos últimos anos, bem como se discute alguns dos aspectos limitadores ao desenvolvimento, sobretudo os problemas de infraestrutura, tributários e ambientais.

A quarta seção, refere-se à metodologia do trabalho, onde foi descrito a área de estudo, os caminhos metodológicos, detalhando-se também sobre o tipo e a descrição da pesquisa desenvolvida e as etapas da investigação realizada.

Na quinta seção, analisa-se as perspectivas para o desenvolvimento econômico no Amapá, a partir do agronegócio da produção de soja, com intuito de demonstrar este último como fator de crescimento, principalmente, no período de 2012 a 2016 em que a pesquisa se estabelece. Ainda nesta seção, foi feita a análise de dados, das entrevistas e narrativas, as quais apresentam os principais avanços

do agronegócio, os desafios e as perspectivas para a expansão do agronegócio, a partir da produção de soja no âmbito do Estado do Amapá.

A pesquisa executada conclui com as considerações acerca das informações obtidas, e a consolidação da análise sobre as transformações econômicas da expansão do agronegócio no desenvolvimento do Amapá, trazendo ainda, os principais resultados para o entendimento das transformações que a produção da soja e suas receitas, contribuíram para o crescimento econômico do Estado do Amapá.

2 CRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O conceito de Desenvolvimento Econômico está atrelado ao fenômeno histórico da revolução capitalista, este se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico. Neste presente estudo, pretende-se discutir, especialmente, o conceito de Desenvolvimento Econômico e suas diversas análises, para que seja possível identificar as variáveis existentes para a ampliação dos resultados promovidos por tal modelo de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, sua inter-relação.

2.1 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO E SUAS DIVERSAS ABORDAGENS

A análise dos conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento econômico, bem como suas diversas abordagens são fundamentais, para que seja possível identificar as variáveis existentes e, avaliar os resultados promovidos por tal modelo. Ao mesmo tempo, é importante avaliar sua inter-relação, quando se pensa no desenvolvimento econômico, a partir da expansão da produção de soja no Amapá.

As trajetórias das ideias sobre desenvolvimento começam a ser definidas quando na sequência surge a agricultura, a Revolução Industrial, a escrita e as grandes civilizações, permitindo assim, a organização dos assentamentos humanos e a realização de inúmeros progressos técnicos.

O século XI marcou o início da Revolução Capitalista, para tanto,

[...] foi necessário que primeiro houvesse uma revolução agrícola que, através do uso de arados com lâminas de ferro e outras ferramentas capazes de cortar terras duras, viabilizou a exploração de terras altas e férteis [...] produziu o excedente econômico necessário para que trabalhadores pudessem ser transferidos para o comércio e a indústria. Originou a Revolução Comercial [...] surgem às cidades estadas burguesas do Norte da Itália, da Alemanha e dos Países Baixos [...] e a constituição dos estados nacionais [...] (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.3).

No entanto, foi a partir do século XVII que ocorreu a ruptura do pensamento racional, que visava à acumulação de capital como meio de atingir o lucro. Cria-se então, o desejo por mudança social, baseada nas ideias iluministas que têm seu

ápice com a Revolução Francesa, e seu aprofundamento com a Revolução Industrial, ocasionando um avanço em várias áreas científicas.

O que ocorre nesse momento, é que os fenômenos passam a ser relatados por meio de análise e observação de fenômenos empíricos. Assim, o racionalismo, juntamente com empirismo produzem força ao pensamento ordenado, e as ideias de evolução e desenvolvimento passam a ser consideradas como progressos.

Após a Revolução Industrial no século XVIII, na qual os países europeus, frente ao aumento de produtividade, revertiam tais recursos nas próprias indústrias, as quais aumentavam suas riquezas e, com isso, melhoravam as condições de vida da população. Diferentemente do que ocorria em outros países que não acompanhavam tal processo, ficando nesse caso avessos ao desenvolvimento vigente (CASTRO; MIRANDA; LIMA, 2012, p. 49).

Observa-se que os conceitos dominantes de desenvolvimento e crescimento sempre estiveram associados à história da humanidade, estes eram tidos como análogos, uma vez que, caso houvesse crescimento em determinado local, logo haveria desenvolvimento.

No século XIX, o desenvolvimento está nas mãos do governo, sendo que as políticas fiscais e monetárias se tornaram necessárias para anemizar as crises. O desnível do desenvolvimento fica mais saliente entre regiões e classes sociais, devido à concentração de renda e de riqueza em nível mundial, permanecer nas mãos de poucos países industrializados (SOUZA, 2012).

Na sequência, o século XX marca praticamente o fim da ideia de desenvolvimento atrelado à enriquecimento, pois as teorias sociais da evolução foram talhadas, e os conhecimentos relativos a ela, foram ligados ao período de consolidação dos campos disciplinares específicos das ciências sociais.

A mistura de um ideal social e a realidade dos modelos de evolução social ocasionou o desinteresse dos sociólogos por tais teorias, como é possível verificar nas palavras de Favareto (2007, p.47).

Tanto a sociologia como a economia, prevaleceram durante boa parte do século XX [...] Na sociologia, como se sabe, houve uma polarização entre marxistas e funcionalistas: nos primeiros, apesar de haver uma determinação da história pelo conflito e a luta de classes, há um momento de equilíbrio em que os antagonismos se diluem; e no segundo grupo a ideia de equilíbrio é simplesmente central, como bem demonstram certas categorias centrais deste pensamento como função e anomalia.

Depreende-se, portanto, que a economia cedeu lugar a um modelo teórico que se fundamentou nas interações sociais dos processos de trocas, ou seja, no individualismo e no pensamento maximizador do homem construindo assim, a racionalidade econômica.

Dessa maneira, os campos científico, econômico e político se sobressaem sobre o social e religioso. Isto, devido à Revolução Industrial e os seus reflexos na humanidade, como já evidenciado. Logo, o que explica o econômico é o científico. Então, cria-se uma estrutura interdependente da disciplina economia, das ciências econômicas e conseqüentemente da política.

Durante esse período da história, as correntes teóricas são questionadas. Souza (2012) explica duas vertentes do pensamento econômico: a primeira diz que o crescimento é sinônimo de desenvolvimento, e a segunda afirma que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, e não condição suficiente.

Veiga (2005), por outro lado, acrescenta uma terceira corrente teórica do pensamento econômico, e esclarece que o crescimento é uma variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento se refere à variação qualitativa no modo de vida das pessoas, instituições e estruturas produtivas.

Conforme Abrantes (2014), o fator econômico foi por séculos o único determinante do desenvolvimento. Na mesma linha de pensamento Furtado (1961, p. 115) diz que o desenvolvimento é visto como: “basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo, à disposição de determinada coletividade”.

O desenvolvimento ficou demonstrado na década de 1930, por causa da teoria *Keynesiana*, a qual se utilizou da aplicação da Contabilidade Nacional, para calcular a renda per capita dos diferentes países e classificá-los como ricos ou pobres, dependendo do valor da renda média. Passaram a caracterizá-los como subdesenvolvidos também por representarem crescimento econômico insuficiente (SOUZA, 2012).

Porém, depois da Segunda Guerra ficou difícil mensurar o desenvolvimento econômico por meio da teoria *Keynesiana*, pois, aquele trata-se de um fenômeno de longo prazo. A partir de então, os economistas buscaram elementos na história da economia, que pudessem oferecer suporte para uma teoria econômica.

Foi então, por meio da teoria do imperialismo e da teoria da dependência que os economistas chegaram à conclusão que: o subdesenvolvimento deriva do desenvolvimento, onde os países pobres, para se desenvolverem, precisariam deixar de ser colônias de exploração dos países dominantes. O entrave estava na natureza política, uma vez que, estes países pobres produziam matéria-prima a baixo custo e alimentos baratos. Os economistas mais tradicionais refutaram as duas teorias e atrelaram a escassez de capital ao subdesenvolvimento.

O século XX continua centrado no governo, mas com a visão de equidade, de emancipação social. A esse respeito Veiga (2005), menciona que a partir de então, o desenvolvimento passa a estar ligado a possibilidade das pessoas viverem a vida que escolheram com dignidade.

Do exposto, Bresser-Pereira (2006, p.8), de maneira clara, resume:

O século dezenove, no qual fala-se o tempo todo em retirar o estado da economia, mas os governos continuam a ser instrumentos fundamentais do desenvolvimento. No século vinte, quando os pobres e as classes médias finalmente conquistam a democracia, o desenvolvimento continua absolutamente central, mas agora o estado democrático passa a ter como segundo objetivo econômico uma distribuição de renda mais equitativa. O estado que Marx conheceu - o estado liberal do século dezenove – era, sob muitos aspectos, 'o comitê executivo da burguesia'. No século vinte já não é mais. O estado e o direito não são a mais simples forma de exercício do poder pelas classes dirigentes; são também instrumentos de emancipação social.

Desta forma, aqueles que detêm apenas dinheiro suficiente para a alimentação forma a parcela de miseráveis da sociedade, e aqueles que possuem apenas os recursos mínimos necessários à alimentação e necessidades básicas constitui a população de classificação pobre. Tais condições, somado a um crescimento demográfico maior do que o crescimento econômico estabelece os requisitos para o subdesenvolvimento.

A esse respeito, Veiga (2005, p. 82) afirma que:

Não haveria nenhum sentido imaginar que o desenvolvimento pudesse ser definido apenas como crescimento distributivo, mesmo que a distribuição vá bem além da renda e inclua a expansão de alguns das oportunidades essenciais, como esse à educação e à saúde – sobretudo por que essa fórmula não deixaria de manter confusão entre meios e fins.

Essa condição de desenvolvimento, aliás, é algo bastante presente nas regiões periféricas brasileiras, onde a agricultura de escala se apresenta como estratégia de desenvolvimento.

Ademais, as condições de subdesenvolvimento, normalmente, são pautadas em latifúndios e minifúndios improdutivos em maior parte, ou que produzem apenas para subsistência, sendo caracterizados como agricultura de subsistência ou setor de subsistência. Nesse sentido, Souza (2012, p. 19) menciona:

Esse setor de subsistência, assim definido, consome grande parte de sua produção, destinando parcela insignificante para o mercado. Essa parcela pode, contudo, expandir-se ou contrair-se em função do dinamismo temporário do setor do mercado externo, que dinamiza tanto o meio rural como o setor urbano. No processo de desenvolvimento, o setor de mercado interno se expande em detrimento do setor agrícola de subsistência [...].

Assim, diante da análise das principais teorias de desenvolvimento, percebe-se que, embora existam várias abordagens sobre a diferença de crescimento econômico e desenvolvimento econômico, a visão distorcida parece estar enraizada.

Para tentar superar essa visão distorcida desses conceitos, a seguir discutir-se-á os principais aspectos do desenvolvimento econômico, com intuito de deixar claro que a proposta de trabalho com a produção do agronegócio no Amapá, a qual se baseia, principalmente, na melhoria de qualidade de vida, da segurança, da justiça social e da proteção ao meio ambiente.

O desenvolvimento econômico implica mudança de estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais, como a melhoria da produtividade e da renda média da população.

O método estruturalista tem o mérito de destacar as interdependências entre os setores produtivos e a necessidade de aperfeiçoar tais estruturas, assim como eliminar os pontos de estrangulamentos do desenvolvimento (SOUZA, 2012).

O desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico, de um lado relacionado com o surgimento das nações e a formação dos estados nacionais ou estado nação, e, de outro, com a acumulação de capital e a incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao próprio capital, que ocorrem sob a coordenação das instituições e principalmente de mercados relativamente competitivos [...] com o surgimento das duas instituições fundamentais do novo sistema capitalista: o estado e os mercados (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 1).

Ao analisar o pensamento dos dois autores acima, verifica-se que Bresser-Pereira (2006) discorda de Souza (2012), ao afirmar que o desenvolvimento econômico perpassa pela melhoria da produtividade, e da renda média da população, conseqüentemente do seu bem-estar. Isso é considerado processo normativo e não processo histórico de desenvolvimento econômico, como relata:

No processo de desenvolvimento econômico existe um objetivo geral [...] a melhoria do padrão de vida da população [...] cada país, os ricos e a classe média estejam mais preocupados com o seu padrão de vida do que com o de toda a população [...] o objetivo do bem-estar não significa uma distribuição de renda mais igual.

Para evitar que uma economia cresça lentamente e se estagne Bresser-Pereira (2006) aponta dois fatores fundamentais a fim de e determinar o desenvolvimento econômico: a taxa de acumulação de capital em relação ao produto nacional, e a capacidade de incorporação de progresso técnico à produção. Neste prisma, considera o Estado como a principal instituição normativa, capaz de promover a estratégia nacional de desenvolvimento econômico, envolvendo o governo, empresários, técnicos e trabalhadores, garantindo assim, a ordem pública e o funcionamento do mercado.

O desenvolvimento econômico [...] embora seja relativamente autossustentado, na medida em que a sobrevivência das empresas, em um ambiente de rápida transformação tecnológica, não têm alternativa senão reinvestir seus lucros, está sempre sujeito a crises e a eventuais paralisações de longo prazo [...] Em alguns momentos ele se acelera, indicando a existência de uma estratégia nacional de desenvolvimento; em outros, entra em semi-estagnação, crescendo muito lentamente, porque a estratégia anterior se esgotou, ou foi neutralizada pelos concorrentes. O desafio que enfrenta cada nação é a de superar essas fases, reunir forças, redefinir a estratégia, e retomar o desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.18).

Essa capacidade de se auto organizar tem a ver com comportamentos empreendedores, e estes são os responsáveis pelo processo de transformação da economia e promoção do desenvolvimento.

É neste contexto que Schumpeter (1964, p. 54), assevera que o empreendedor é o agente fundamental do processo de “destruição criadora”. Ele é quem realiza as mudanças necessárias para a evolução do modelo de produção e aperfeiçoamento das técnicas e formas estruturadas de determinado setor ou atividade econômica, e principalmente, é o responsável pelo surgimento de novos

produtos e prospecção de mercados demandantes da produção local, com o respectivo incremento na balança comercial de determinado território.

Ademais, a evolução econômica se caracteriza por rupturas e descontinuidades com a situação presente e se devem à introdução de novidades, na maneira de o sistema funcionar.

O desenvolvimento econômico, sob a ótica de Schumpeter (1982), alia o descobrimento de novas maneiras de expansão dos negócios, descritas como estratégias empresariais desenvolvidas pelos gestores, à redução de seus custos de produção.

Uma mudança espontânea e descontinuada dos canais de fluxo, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. O desenvolvimento não deriva de variações, mas de alterações revolucionárias, que alteram de uma vez por toda a situação anterior (SCHUMPETER 1982, p. 48).

Percebe-se que o empreendedor do meio rural, no caso, o produtor, assume papel fundamental do desenvolvimento econômico. Segundo Schumpeter (1982) este empreendedor é uma figura que se distingue na sociedade, por ser portador de energia e capacidade de realizar inovações que não estariam difundidas entre a população. Ele não deve ser visto como o tradicional capitalista que pertence à classe burguesa, embora se junte a ela ao ser bem-sucedido em sua empreitada.

O empreendedor do meio rural é considerado o promotor das ações que iniciam a evolução econômica e transformação de uma localidade, bem como tem os efeitos de sua ação reverberados sobre a coletividade do espaço, onde os investimentos são realizados. Neste âmbito Schumpeter (1984) reforça o argumento de que a inovação tecnológica pode ser um determinante no que tange ao processo de desenvolvimento econômico.

Este também é o posicionamento de Boisier (1996, p.10) quando aponta que o desenvolvimento econômico tem como finalidade o “progresso permanente da região, da comunidade regional como um todo envolvendo todos os indivíduos residentes nela”.

O autor ao se referir à região, a entende como território organizado que possui de forma inseparável os fatores reais ou potenciais, de seu próprio desenvolvimento e para que ocorra, é preciso que haja crescimento econômico, ou seja, o envolvimento de renda e produtividade.

Abrantes (2014) acrescenta ainda que, uma abordagem sistêmica pode auxiliar na elaboração de políticas que induzam o desenvolvimento econômico, no sentido de que as variáveis que afetam a melhoria da qualidade de vida da população estão relacionadas entre si. Posto que:

Este alinhamento é importante para que os atores articulem e formulem estratégias que realmente contribuam com o desenvolvimento local [...] a ideia básica é que, além dos fatores técnicos-produtivos, os fatores extras-econômicos também teriam influência no processo de decisão econômica (ABRANTES, 2014, p. 80).

Desta maneira, no desenvolvimento econômico são analisados aspectos que permitem identificar como o empreendimento está organizado, a cooperação existente entre os agentes, dentre outros elementos. Essas identificações facilitam o estudo sobre o agronegócio no Amapá, visto que as configurações de produção possuem características bem específicas à região que se encontram, com raízes locais.

Observa-se que o desenvolvimento econômico promove a melhoria dos padrões de vida, mas não resolve todos os problemas de uma sociedade. Ele é um dos objetivos políticos em curto prazo, ao lado da segurança, da liberdade, da justiça social, e da proteção do ambiente, em médio prazo, nas sociedades nacionais modernas.

Sem (2010) trata o desenvolvimento econômico como liberdade e afirma que não são: o aumento do produto interno bruto, o avanço tecnológico e a modernização, que contribuem apenas para o desenvolvimento econômico.

Para que ocorra o desenvolvimento econômico é necessário, segundo o autor, a presença da melhoria de vida dos indivíduos, bem como o fortalecimento das liberdades. E isso perpassa pelos serviços de educação, saúde, moradia, entre outros capazes de promover a liberdade.

Ademais, o autor diferencia as liberdades em constitutiva e instrumental. Sendo que a primeira, refere-se às liberdades substantivas, que são as capacidades elementares como: ter condições de evitar privações, ter participação política e liberdade de expressão. Enquanto a segunda diz respeito à liberdade que as pessoas têm de viver, do modo como bem desejarem. Essas duas liberdades se inter-relacionam, sendo que uma pode ajudar a promover a liberdade da outra e vice-versa.

De forma inversa, a limitação de uma liberdade específica contribuirá para a privação de outras.

Abordando a pobreza como privação de capacidades, Sem (2010), indica que não é a falta de rendimentos, mas a privação das suas potencialidades, considerando os aspectos sociais como idade, localização da moradia, entre outros fatores como motivadores.

Sendo assim, ele explica que nem sempre indivíduos que vivem em países ricos, possuem mais liberdade do que os que moram em países pobres, isso depende muito da cultura, pois, por exemplo no caso das mulheres, quanto mais oprimidas, maior o índice de violência, aborto, preferência por filhos do sexo masculino, entre outros.

Com base nestas análises se faz importante entender o conceito de Desenvolvimento Regional para refletir sobre a sua interface com o Desenvolvimento Econômico do Amapá a partir da expansão do agronegócio.

2.1.1 Desenvolvimento Econômico e Regional

A caracterização do Desenvolvimento Econômico, normalmente, está vinculada à elevação de indicadores econômicos. Dentre eles, o mais utilizado, é o Produto Interno Bruto (PIB), ao qual utilizaremos adiante, na pesquisa.

Ao se refletir sobre o agronegócio, como estratégia de Desenvolvimento Econômico para o Estado do Amapá, há de se considerar também, outras unidades da federação, inclusive aquelas situadas na Amazônia, que já se utilizaram deste mesmo mecanismo econômico para a promoção e fortalecimento de sua economia.

Como resultados, por exemplo, temos o Estado de Rondônia, que tem avançado em sua produção, comprovada por meio de seus indicadores econômicos, a partir do fortalecimento de sua agricultura comercial, e isso gera efeitos em todos os outros setores econômicos do referido Estado, assim como em toda a região amazônica, visto que os subprodutos do agronegócio são exportados para consumidores oriundos de outros estados brasileiros.

Os dados evidenciam que Rondônia, em 2012, ocupou a 3ª posição no PIB da Região Norte, e a 1ª no PIB *per capita*. Este fato, deve-se a uma forte contribuição

da atividade agropecuária, que representou, no referido ano, 20,5%⁵ do Produto Interno Bruto do Estado, perdendo apenas para o setor de serviços, fortemente, impulsionado pelo poder público.

A Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (2016) apontou que, em 2014, o setor do agronegócio voltou a impulsionar a economia do Estado, sendo que, a cultura da soja obteve crescimento de 8,4%, incrementando assim a esfera. Enquanto o setor agropecuário, de forma geral, contribuiu 12,7% para o valor de R\$ 34.031.000,00 bilhões de reais, o qual fechou o PIB do Estado, mencionado com crescimento de 3,7% em relação ao ano anterior. Em 2015, o PIB do Estado cresceu 7,44% em relação a 2014, fechando em R\$ 36,563 bilhões⁶.

A referência aos indicadores econômicos do Estado de Rondônia, é expressa no sentido de demonstrar os impactos e a contribuição do agronegócio para o fortalecimento da economia do referido Estado, bem como as contribuições, em níveis gerais, para o Desenvolvimento Econômico do local. Percebe-se, neste curso, a substancial contribuição da agropecuária para a melhoria e crescimento econômico contínuo do Estado, colocando-o assim, como o terceiro PIB da região Norte, em valores financeiros, e melhor PIB *per capita* regional.

Ao se mencionar sobre o agronegócio, como estratégia de Desenvolvimento Regional, atesta-se o fato de que, os insumos produzidos poderão tanto ser exportados *in natura*, quanto impulsionar a produção industrializada, que servirá para abastecer mercados demandantes em nível estadual, como no caso do frango, que hoje é majoritariamente importado. Destaca-se, acima de tudo, a importância de fornecer esses alimentos a outros compradores.

A evolução da atividade agrícola tem impactos ainda, na Logística de transporte do Amapá, visto que, demandará melhorias no Porto de escoamento da Produção. Todavia, como o processo de desenvolvimento do agronegócio de grãos no Estado ainda é recente, as rodovias ainda carecem de investimentos para suportar a demanda crescente da produção agrícola.

No que tange ao modal rodoviário, o Amapá detém de condições logísticas, uma vez que, a maior parte da produção está às margens da rodovia BR-210/156, bem como da AP-070, que atuam como eixos centrais do envio da produção até o

⁵ Produto Interno Bruto do Estado de Rondônia (2012). Disponível em:

<<http://www.sepog.ro.gov.br/Uploads/Arquivos/PDF/PIBRondonia/>>. Acesso em 23 out. 2018.

⁶ PIB de Rondônia em 2015. Disponível em: <<http://www.rondonia.ro.gov.br/pib-de-rondonia-em-2015-e-o-terceiro-maior-da-regiao-norte-segundo-o-ibge/>>. Acesso em: 23 out. 2018.

Porto de Santana. Porém, neste mesmo modal, ainda é necessário a implementação de melhorias viárias como, por exemplo, na rodovia AP-440, AP-340 (até o município de Cutias), e um desvio necessário na rodovia AP-25. Estes investimentos são necessários para diminuir, por exemplo, o fluxo de transporte de grãos na região urbana de Macapá, oriundos da rodovia AP-070, fato que, promove riscos à segurança no trânsito do referido perímetro.

Outro fator importante é a manutenção constante das estradas de terra, pois, como o período de chuvas é constante e bem mais intenso, ela evitaria perdas de produção no caminho até o porto e, conseqüentemente, a redução de impactos no custo de transporte. Neste prisma, a estrutura de armazenagem existente, com 3 silos no Porto de Santana, consegue armazenar a produção atual que chega à ordem de 50 mil toneladas anualmente, mas também, carece de investimentos em ampliação e modernização, a fim de atender ao processo de expansão da cultura de grãos e, principalmente, de soja no Amapá.

No que tange à Logística de transporte, relacionada à estrutura portuária, o Porto de Santana detém de capacidade atual para escoar o que está sendo produzido no Amapá, mas sua estrutura foi planejada para proceder o transbordo da produção oriunda do Centro Oeste do Brasil, tirando de Barcaças e embarcando em navios de grande porte, considerando sua adaptação para receber a produção local.

Investindo na modernização e impulsionado pelo crescimento do setor, o Porto poderá ampliar sua estrutura de armazenagem, embarque e envio de cargas de soja para o restante do mundo, promovendo a entrada de receita, tanto da logística interna de envio da produção local, quanto do transbordo de cargas oriundas de outros centros produtores para exportação.

Pode-se notar que, é um processo gradual de evolução tal qual o agronegócio também evolui, e isso demanda investimentos e atração de empresários para o setor logístico do Amapá, seja para atuar no modal rodoviário, seja no aquaviário, ou mesmo para investir na ampliação e modernização da estrutura de embarque e desembarque do Porto de Santana. Além disso, é inegável o incremento nas atividades logísticas promovido pelo agronegócio no Porto de Santana.

O agronegócio também tem movimentado a região amazônica, principalmente, pela sua necessidade de logística, fazendo com que, os Estados do Pará, Amapá e Maranhão tenham massificado esforços em infraestrutura logística, para atender a demanda de escoamento da produção de grãos de outras regiões,

especialmente, o Centro Oeste do Brasil, que só aumenta e enfrenta gargalos para sua exportação. Esses fatores geram dividendos econômicos, fazendo uma interligação entre os Estados para o atendimento das demandas.

Certamente, conforme implantados os sistemas logísticos para escoamento, haverá demanda por mão de obra e, conseqüente, injeção de renda na economia, fomentando o consumo dos locais atingidos. Nesta ótica, a potencialização do agronegócio pode ser considerada uma ação de Desenvolvimento Regional, pois viabiliza não só a transformação do campo com a produção dos grãos, mas também a movimentação de vários setores econômicos, como: segmentos de logística; infraestrutura portuária, de embarque e desembarque; assim como agroindústrias, para processamento da produção e agregação de valor.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que existe desde 2007, objetiva a redução das desigualdades regionais e a ativação dos potenciais de desenvolvimento nas regiões brasileiras. Diante desse contexto, se avaliado o potencial de área existente de cerrado, para produção de grãos no Amapá, definido em 400 mil hectares, poderá ser potencializada a cadeia produtiva do agronegócio, desde a produção de toneladas de grãos e, acima de tudo, o processamento e agregação de valor. O referido fato, contribuirá para o desenvolvimento econômico do Amapá, bem como na geração de emprego e renda, a partir do aproveitamento de um dos potenciais do Estado. Além disso, dinamizará a região com a atração de investimentos.

A esse respeito, Cavalcante (2008) menciona que as principais teorias, que abordam o tema Desenvolvimento Regional, embasam-se na industrialização como um meio para alcançá-lo, através de relações em cadeia, visando impulsionar as principais atividades econômicas da região atingida. Baseado nisso, nota-se que o fortalecimento do agronegócio no Amapá impacta, tanto a jusante como a montante, na economia do Estado e da própria região, visto que será possível a melhoria e ampliação do setor primário, bem como do secundário, e ainda, do setor de serviços. A produção de grãos tem efeitos econômicos desde a matéria prima, passando pela industrialização, considerando o escoamento da produção até o consumidor final.

A presença de crescimento econômico, obrigatoriamente, cria condições para o Desenvolvimento Econômico, a partir do agronegócio. Com base nestas condições e vinculações, entre crescimento e desenvolvimento, de forma geral, o desenvolvimento econômico deve resultar do crescimento econômico e,

necessariamente, deverá estar acompanhado de melhorias visíveis na qualidade de vida da população (OLIVEIRA, 2002).

A partir desses esforços, surgem, em diversas regiões do país, várias experiências inspiradas nessa política. Embora, algumas delas apresentem confusões quanto ao tema, mas a essência, geralmente, é mantida, pois prevalecem iniciativas que primam pela organização empresarial do lugar, ao mesmo tempo que visam à estruturação para o desenvolvimento local e regional (MDIC, 2009).

As análises e afirmações perpassam pelo entendimento de que, o Desenvolvimento Regional é caracterizado pelo fortalecimento da cadeia produtiva a ser desenvolvida. No caso do Amapá, com a evolução da produção dos grãos, necessariamente, ocorrerão investimentos em logística de escoamento da produção a ser exportada ou processada no Distrito Industrial, e isso fará com que dividendos sejam gerados, tanto na arrecadação do Estado, quanto na geração de emprego e renda, pela necessidade de mão de obra, para operacionalização das etapas.

Quanto mais valor for agregado à produção do agronegócio no Amapá, maiores e melhores serão os efeitos para o local, visto que, impactará diretamente na qualidade de vida dos assalariados e demandará ainda, investimentos em tecnologias de produção para os negócios que se implantarem aqui.

Baseado nos indicadores econômicos mencionados, os quais estão vinculados ao Estado de Rondônia (criado em 1981, apenas sete anos antes do Amapá), e no processo de fortalecimento de sua economia, bem como no fato de que também faz parte da Amazônia e portanto, suas estratégias de Desenvolvimento Econômico precisam considerar as peculiaridades e especificidades da região, pode-se dizer que, há aspectos semelhantes que fazem com que o agronegócio de grãos se estabeleça como uma adequada estratégia de inclusão do Amapá, no contexto do Desenvolvimento Regional.

A ampliação e fortalecimento da produção agrícola de grãos no Amapá poderá abastecer de produtos com valor agregado, por exemplo, subprodutos da soja e ainda, abastecer segmentos empresariais, que usam insumos a partir da produção de grãos de soja para viabilizar suas atividades econômicas. Esses mercados já demandam consumo destes produtos e subprodutos e, como o Amapá apresenta custos diferenciados em relação ao que é oriundo do Centro Oeste, isso lhe permite ter vantagem competitiva e, conseqüentemente, viabilizar o abastecimento desta demanda no Estados da Região Norte.

A produção do Estado ainda está no primeiro elo do sistema produtivo do agronegócio, produzindo grãos. Por outro lado, a implantação de agroindústrias, de processamento dos grãos de soja, permite a agregação de valor com subprodutos dos grãos, bem como impulsiona a produção de pescado, representa insumo para a produção em granjas e, na suinocultura, atividades que demandam de mão de obra, além de gerarem receitas de arrecadação para o Estado.

Assim, o fortalecimento do setor agrícola contribui para o desenvolvimento da economia do Amapá em níveis regionais como, por exemplo, o que ocorre em Rondônia, sendo representado pelos seus indicadores econômicos de PIB e PIB *per capita* mencionados ao longo desta abordagem.

Para entender o agronegócio como impulsionador econômico do país, bem como o tipo de contribuição que esse ramo pode representar para o Amapá, considerando o fortalecimento da cultura de grãos de soja e, principalmente, o fortalecimento da economia do Estado, em níveis regionais e nacionais, na seção seguinte será realizada a caracterização do Agronegócio no Brasil e no Amapá.

3 CARACTERIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL E NO AMAPÁ

Para que se perceba até que ponto o agronegócio interfere no processo de Desenvolvimento econômico, também é importante analisar a configuração da estrutura de agricultura brasileira. No Brasil, os avanços tecnológicos e a evolução da socioeconomia, modificaram a estrutura das propriedades rurais e seu modo de atuação no mercado. “O avanço tecnológico foi intenso, provocando saltos nos índices de produtividade agropecuária” (ARAÚJO, 2007, p. 15).

Atinente ao exposto, a terceira seção pretende caracterizar o agronegócio no Brasil e no Amapá e evidenciar os impactos do agronegócio no PIB brasileiro bem como suas alternativas de expansão no Amapá e como pode contribuir para o Desenvolvimento do Estado.

3.1 AGRONEGÓCIO NO BRASIL

Criada durante uma Conferência em Washington em 1966, por Willian Gown, a expressão “Revolução Verde” refere-se a um programa de inovações tecnológicas no setor da agricultura. O objetivo é de maximizar a produtividade por meio de modificação genética em sementes, correção do nível de acidez do solo com a aplicação de calcário, fertilização do solo através da inserção no solo de minerais vitais para o desenvolvimento de culturas específicas, utilização de defensivos e mecanização no campo.

Apesar de o termo ter surgido apenas na década de 1950, o programa de inovação surgiu logo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com o avanço tecnológico e conhecimentos obtidos na época. A ideia dos pesquisadores de países industrializados era de aumentar a produção de alimentos, reduzindo assim, a fome nos países subdesenvolvidos através de um conjunto de tecnologias inovadoras.

A fim de compreender a nova visão de agricultura em 1957, professores da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos da América, criaram o termo *agribusiness*, definindo-o como todas as operações e transações envolvidas desde a fabricação dos insumos agropecuários, operações de produção, processamento e distribuição e consumo dos produtos agropecuários *in natura* ou industrializados (ARAÚJO, 2007).

Este modelo de desenvolvimento agrário norte-americano influenciou, decisivamente, o processo de modernização da agricultura brasileira. A partir de agora, a agricultura está sujeita a serviços, máquinas e insumos que vêm de fora e vai depender do que acontece depois da produção, como a exportação, o mercado varejista e atacadista, e a infraestrutura.

Aqui, cabe destacar que as formas de interesses no desenvolvimento econômico da agricultura norte-americana e brasileira, devido às ações governamentais, seguiram destinos diferentes, quais sejam: o primeiro país almejou os fatores econômicos, enquanto o segundo voltou-se para a repressão, para o controle social.

Navarro e Pedroso (2011, p. 118) sintetizam essa afirmação, concluindo que,

A tradição norte-americana, em que a ação governamental e as análises dos cientistas sociais foram fortemente imbricadas desde o seu nascedouro, é a única em que a expressão agricultura familiar encontrou campo mais fértil, durante a maior parte do século passado. Mas naquele país, os critérios delimitadores para circunscrever esse conjunto social foram essencialmente econômicos, e os subtipos atualmente definidos são segmentados exclusivamente pelos níveis de venda da produção. No Brasil, ao contrário, os critérios foram sindical, político-ideológico e religioso, refletindo a capacidade de pressão e a interferência de atores sociais interessados em manter sua posição no espaço rural.

Desta forma, no Brasil, durante o período do regime militar, deu-se início a organização da política de modernização da agricultura, refletindo a premissa de ser a agricultura uma atividade econômica, ou seja, uma agricultura capitalista.

Surgiram vários questionamentos dos grandes latifundiários sobre o que seria a atividade empresarial no campo, pois consideravam que tal política feria a propriedade do setor agrícola em preencher as características da concorrência perfeita das funções econômicas e produtivas (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010).

Com o intuito de representar e defender os interesses do setor, em 1980 os representantes dos segmentos vinculados (insumos, produtos agropecuários, processadores, indústria de alimentos e fibras, distribuidores e áreas de apoio financeiro, acadêmico e de comunicação) criaram Associação de *Agribusiness* (ABAG) para agrupar os segmentos do agronegócio, além de ampliar fortalecer também a sua representatividade. Os professores da Universidade de São Paulo, através do Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial (Pensa/USP), formaram um segmento voltado para a produção agropecuária.

Durante a década de 1980, o termo *agribusiness* foi utilizado sem tradução para o português. Segundo Borges (2008), ele relacionava-se ao conjunto de atividades atreladas às atividades da agropecuária, uma vez que o produtor deixa de estar somente envolvido com as operações da fazenda, como o cultivo e a criação de animais, passando agora a agregar-se a outras atividades como: processar, distribuir, armazenar produtos, suprir insumos e controlar fatores de produção em busca dos mercados nacionais e internacionais.

Desta maneira, o agronegócio passa a ser a soma das operações de produção, circulação e distribuição dos suprimentos, desde os investimentos realizados, abrangendo também os setores de produção e comercialização.

Essa série de transformações ficou conhecida como a Revolução Verde Brasileira, cujo objetivo era a transformação técnico-científica, a qual deu origem a várias agências governamentais que permitiram o aumento da produção agrícola, bem como vários questionamentos a respeito dos aspectos tecnológicos (CONTINI et al., 2006).

No entanto, somente na segunda metade da década de 1990, o termo agronegócios passa a ser divulgado em livros, artigos e jornais. Com o tempo, várias universidades aderiram ao movimento do desenvolvimento do agronegócio e criam a Associação Brasileira de Administração Rural (ABAR), em 1993. Em seguida, ocorre a efetivação do curso de nível superior de agronegócios na Bahia, e em 2000 a Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) cria o Núcleo de Estudos Avançados em Agronegócios (NUCLEAGRO).

É possível observar que nesse período, o agronegócio brasileiro teve um grande impulso, propagando-se por regiões que eram tidas como inapropriadas para a atividade. Dessa forma, surge uma grande oferta de produtos, visto que a política está voltada para a regularização da produção, através da inclusão da agricultura familiar, o que proporcionou ao agronegócio um processo de desenvolvimento e fortalecimento.

Desde então, o agronegócio brasileiro tem se apresentado como um dos mais competitivos do mundo, conforme afirma a Empresa de Consultoria em Agronegócio (ECOAGRO), a economia do país foi representada por 22,15% do PIB em 2012.

O PIB do agronegócio brasileiro (Tabela 1) refere-se, portanto, ao produto gerado de forma sistêmica na produção de insumos para a agropecuária, na produção primária, estendendo-se por todas as demais atividades que processam e

distribuem o produto até o destino final. A renda, por sua vez, se destina à remuneração dos fatores de produção, terra, capital e trabalho.

Tabela 1 - Participação do PIB do agronegócio no PIB brasileiro (em %) no período da pesquisa (2010-2016)

Participação do PIB do agronegócio no PIB brasileiro (em %)	
Ano	Insumos
2010	21,64%
2011	21,03%
2012	19,41%
2013	19,17%
2014	19,06%
2015	20,54%
2016	22,83%

Fonte: CEPEA/USP Adaptado pelo autor (2018).

Tem-se como destaque, na balança comercial, a soja em grãos e seus subprodutos (farelo e óleo bruto), o açúcar (cristal e refinado), as carnes (bovina, suína e frango) e café (cru, em grãos e solúvel). Destacam-se as vendas de insumos para agropecuária, que aumentaram seu desempenho, apresentando um crescimento nas vendas de defensivos agrícolas, fertilizantes, tratores e maquinários agrícolas em geral.

Outro fator que vem chamando a atenção é a interiorização da população. Com o aumento dos níveis de emprego e renda no campo, as riquezas geradas pelo agronegócio alimentam a economia como um todo, e propiciam a melhoria da qualidade de vida, principalmente, da população que vive nas pequenas e médias cidades brasileiras.

Contudo, a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), afirma que na década de 2000, o Brasil exportou, em valores monetários, cerca de 5 vezes mais soja em grãos do que óleo de soja, que é um dos produtos originados da industrialização deste grão. Entre 2000 e 2010, a produção ocorreu pelo aumento da área plantada, em vez de rendimentos físicos (FAO, 2012). Considerando estes resultados, verifica-se que a soja se tornou um dos destaques do agronegócio no Brasil. A área plantada cresceu, mas mesmo com melhorias de produção e produtividade, a safra não vem sendo tão generosa para o bolso do agricultor.

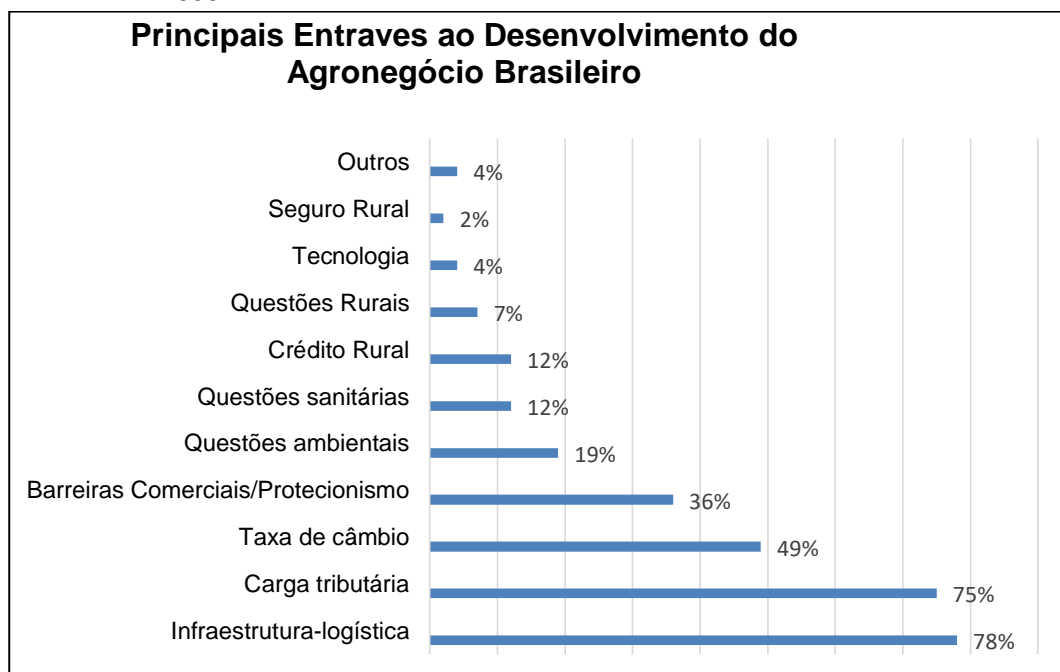
Segundo Contini et al (2006), o agronegócio no Brasil oferece condições propícias como: a existência de terras aptas à agricultura, abundância de água, desenvolvimento tecnológico, luminosidade, clima favorável, solos férteis, potencial

em bioenergia, capacidade de gestão. Assim, o Brasil é considerado um grande fornecedor de alimentos para o mundo, apresentando um bom desempenho em seu processo de integração social, mas ainda é preciso um maior grau de abertura comercial internacional para viabilizá-lo melhor.

Apesar de ser reconhecido competitivamente, o agronegócio não tem conseguido superar suas desvantagens referentes à infraestrutura e logística, legislação tributária complexa, taxa de câmbio, barreiras comerciais/protecionismo, questões ambientais, questões sanitárias, recursos financeiros inadequados, gestão empresarial, mão de obra e concentração em grandes empresas, entre outros (ANUT, 2008; ECOAGRO, 2018).

A Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Cargas (ANUT, 2008), em sua pesquisa denominada, Transporte: Desafio ao Crescimento do Agronegócio Brasileiro, junto às empresas do setor, expõe em forma de gráfico (em porcentagem), os principais entraves ao desenvolvimento do Agronegócio Brasileiro (Gráfico 1):

Gráfico 1 - Principais Entraves ao Desenvolvimento do Agronegócio Brasileiro em 2008.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa da ANUT (2008), Transporte: Desafio ao Crescimento do Agronegócio Brasileiro.

Apesar do Brasil ser um dos gigantes do agronegócio mundial, como é visto nas safras recordes que se repetem há vários anos, os gargalos internos e

desperdícios na produção prejudicam sua competitividade no mercado internacional, aumentando os custos de produção, que impactam diretamente nos preços e na qualidade dos produtos finais. Apesar do aumento na produção, que impulsiona o agronegócio e a economia, a fatia de mercado internacional diminui e o risco alimentar cresce no país.

No Amapá, estes entraves não são diferentes, a infraestrutura de transporte rodoviário ainda não atende a demanda do setor, com a eficiência necessária, apesar da existência de aspectos positivos, como a proximidade das rodovias principais. Todavia, a existência de algumas estradas de terra, ainda em condições deficientes e pioradas nos períodos de maior intensidade de chuva, de trechos dos eixos de transporte passando pelo perímetro urbano (o que causa transtornos no trânsito, além de insegurança aos pedestres e veículos menores), representam os desafios para a prosperidade do setor do agronegócio.

Outra necessidade do setor, e que se assemelha das dificuldades enfrentadas pelo agronegócio no Brasil, é a melhoria da infraestrutura do setor portuário, além de sua ampliação e modernização, apesar de se considerar que, mesmo nestas condições atuais, o Amapá ainda é bem mais vantajoso do que outros centros, do ponto de vista do custo de frete para transporte e exportação das cargas, conforme o exemplo citado no trabalho pela Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amapá.

O principal entrave se caracteriza na condição de regularização das terras e emissão de licenças para a produção, e isso desencadeia outros problemas como, acesso a financiamento em fontes de recursos com prazos melhores e taxas mais adequadas às condições do produtor.

Com intuito de minimizar este gargalo que restringe o desenvolvimento econômico, o governo federal, além de parcerias público-privadas, elaborou o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), em 2007, a fim de “restringir o crescimento da economia; reduzir custos e aumentar a produtividade das empresas; estimular o aumento do investimento privado; e reduzir as desigualdades regionais” (BORGES, 2008, p.12).

A questão tributária é outro aspecto que merece destaque, pois o Brasil possui uma alta carga tributária em relação a outros países, principalmente os do Mercosul, que têm uma carga tributária mais baixa. Esse fato acaba dificultando a competição contra os mercados externos.

A intensificação da agricultura trouxe prejuízos ambientais devido à destruição da Amazônia, diante da questão: como aliar ciência e tecnologia à preservação da natureza? Este torna-se o centro do debate, conforme Becker (2005) relata que as lógicas convergem para o projeto de preservação da Amazônia, preocupando-se com a vida, devido à escassez dos recursos naturais com o desenvolvimento da economia.

Pode-se perceber que as barreiras para o desenvolvimento do agronegócio são várias, todavia existem caminhos para sair desse cenário. Desse modo, é preciso resolvê-los, uma vez que o agronegócio se trata de uma potencialidade para o Brasil.

É oportuno dizer que os vetores tecnológicos são considerados importantes para a ampliação das oportunidades do agronegócio, contribuindo ainda mais para a agregação de valor aos produtos.

A esse respeito Fernandes (2009, p.38) esclarece que o “agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento”.

Dessa forma, o agronegócio possui viés conflituoso, já que amplia o controle do território e das relações sociais, aumentando ainda mais as injustiças sociais. No entanto, também não significa somente concentração fundiária, mas também tecnologia.

Ademais, as práticas conservacionistas, como o plantio direto, o biocombustível, as culturas agroflorestais, os projetos ambientalmente sustentáveis serão cada vez mais valorizados pelo mercado consumidor mundial. Nesta ótica,

[...] é surpreendente a velocidade de implantação de novos projetos para a produção de biocombustíveis no Brasil. Vários investimentos nacionais e estrangeiros já foram anunciados e outros já estão em fase de implantação. Diante da possibilidade de esgotamento do petróleo enquanto matriz energética, a produção de biocombustíveis tem sido colocada como alternativa ao Brasil, mobilizando muito rapidamente os interesses econômicos de grandes empresas (NUNES, 2007, p.12).

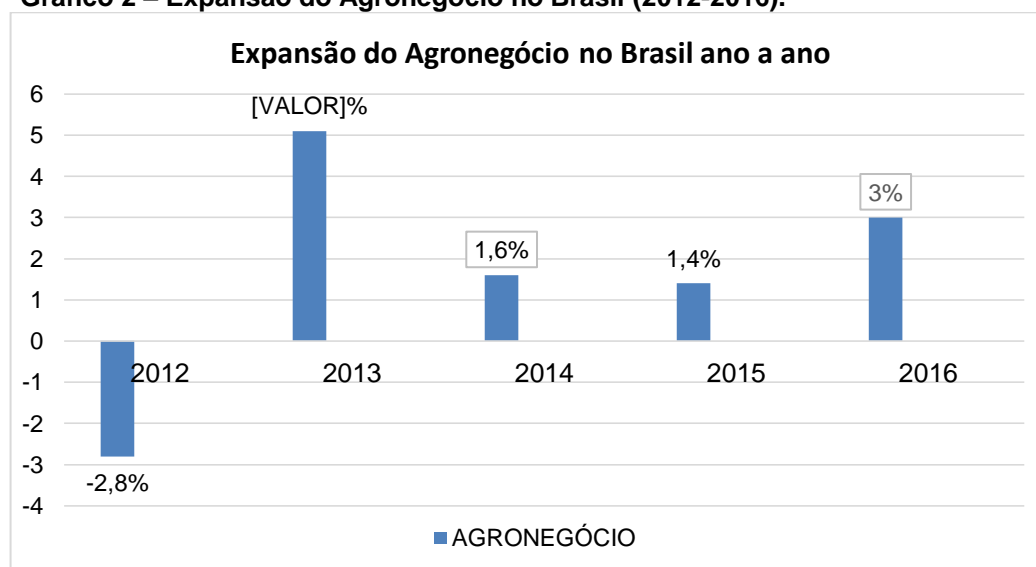
Verifica-se que o agronegócio brasileiro possui uma importância econômica-social, pois reflete na geração de riqueza e renda do país. Ele é o setor econômico que utiliza maior quantidade de mão de obra, quanto valor de produção. O agronegócio vem passando por um processo de reestruturação produtiva de grande alcance.

Neste contexto, o Brasil avança seu processo de produção como um dos principais exportadores de produtos agrícolas. Os estados de Mato Grosso, São Paulo e Paraná desenvolvem suas economias com produtos da pecuária e do cultivo de grãos.

O Agronegócio no Brasil tem uma expressiva participação na economia do país (Gráfico 2) e representou, aproximadamente, 22,15% do PIB no ano de 2012, gerando assim cerca de 37% dos empregos em território nacional.

Mesmo com o resultado em 2012 apontado no gráfico 2, conforme dados da Confederação Nacional da Agricultura e do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), o Agronegócio brasileiro apresentou resultado expressivo na Balança Comercial representando R\$ 934.578.000,00⁷ em milhões correntes no ano de 2012 num período de desaceleração da economia brasileira e impulsionando a economia com representativos resultados nos anos seguintes sendo, R\$ 1.022.027.000,00 em 2013, R\$ 1.101.374.000,00 em 2014, R\$ 1.231.419.000,00 em 2015 e R\$ 1.428.880.000,00 em 2016 mantendo crescimento nos anos seguintes e projeções. Este aspecto configura informações importantes como o ganho de produtividade e aumento das exportações e conseqüentemente receitas para o PIB brasileiro.

Gráfico 2 – Expansão do Agronegócio no Brasil (2012-2016).



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da CNA (2017).

⁷ PIB do Agronegócio Brasil. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro>. Acesso em 23 out. 2018.

Segundo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), na agricultura, a safra de 2013/2014 alcançou a liderança mundial na produção de soja, superando os Estados Unidos, com uma safra de 90 milhões de toneladas. Com seus 8,5 milhões de km², o Brasil é o país mais extenso da América do Sul e o quinto do mundo com potencial de expansão de sua capacidade agrícola, sem necessidade de agredir o meio ambiente (COSTA, 2017).

Diante das principais produções do Brasil em 2013, observa-se que o Amapá não era destaque em nenhuma produção. No entanto, hoje o estado tem sido destaque na produção de grãos. Esta registrou alta de 26%, a soja provocou o crescimento de 27% de aumento em relação a 2016. A mandioca registrou alta de 11%, também em relação a 2016 (IBGE, 2018).

O país desponta com uma notável posição mundial na produção agroindustrial, ocupando o primeiro lugar no cultivo do café, açúcar, laranja, cana de açúcar, carne bovina e aves, etanol e soja (MDA, 2014).

Nessa abordagem, percebe-se que a produção de grãos e a expansão do agronegócio no Brasil vêm se superando a cada ano. O crescimento da produtividade é devido às vendas de insumos para agropecuária que aumentaram seu desempenho, apresentando um crescimento nas vendas de defensivos agrícolas, fertilizantes, tratores e maquinários agrícolas em geral, a ousadia por parte dos empresários na conquista de novos mercados consumidores, que seguramente, melhoram ainda mais os números apresentados.

3.2 AGRONEGÓCIO NO AMAPÁ

O Estado do Amapá, desde 1996, tem debatido bastante sobre o agronegócio, visto que a produção da agropecuária tem melhorado, de forma significativa, o melhor resultado da história iniciada no referido ano.

Observa-se que a produção no Amapá se finaliza em si mesmo, e na primeira fase do cultivo ou criação, na maioria das vezes, não se consegue extrair o produto muito menos agregar valor, tornando-se o agronegócio uma realidade distante.

A esse respeito, de acordo com o Zoneamento Ecológico Econômico do Amapá (2014), o cerrado amapaense encontra-se em fase de agricultura embrionária, haja vista que a comunidade local sempre preferiu locais próximos às matas para suas práticas agrícolas devido, principalmente, às melhores

características químicas destes solos. Os mais recentes investimentos realizados por produtores de outras regiões que já detém conhecimento, bem como os resultados da produção de grãos apontam como oportunidade de aproveitamento econômico, essa cultura no Amapá.

A produção de grãos tem importância ímpar na colonização e exploração comercial do cerrado, ambiente somente utilizado para a construção de rodovia que liga os extremos norte-sul do estado e produção de madeira para cavacos. A demanda gerada pela produção de grãos em escala comercial resultará em maior oferta de insumos agrícolas, máquinas e implementos, viabilizando outros segmentos produtivos, como a fruticultura, a piscicultura, a pecuária e a criação de pequenos e médios animais, trazendo benefícios para a agricultura familiar, que sofre com os preços de insumos praticados no mercado local (ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO CERRADO DO AMAPÁ, 2014, p. 51).

O estado possui um potencial natural, mas compõe uma lacuna entre o recurso e transformação do mesmo. A população aumentou bastante, atualmente com 800,5 mil habitantes (IBGE, 2018), com necessidades diárias de se alimentar, o que é considerado um grande mercado potencial.

Ocorre que a maioria dos produtos, de base alimentar da população amapaense, vem de outros mercados, dos municípios vizinhos como Pará, fornecedores de farinha, carne, açaí, e os do Centro-sul do país, fornecedores de produtos industrializados e hortifrutigranjeiros, tornando os produtos encarecidos devido à logística de transporte. A demanda existente se torna reprimida sem atendimento da produção agrícola interna.

Castro (2015, p. 20) confirma que “a agricultura ainda é muito deficitária em diversas regiões do país, sendo o Amapá uma delas, gerando incertezas quanto aos possíveis desabastecimentos de alimentos que a população possa sofrer”.

De acordo com o Zoneamento Ecológico Econômico do Cerrado do Amapá, (2014), a produção brasileira de grãos, entre 1976 e 2010, cresceu 235%, enquanto a área usada aumentou somente 32%. Este resultado só foi possível pelo melhoramento das condições de produção e avanço exponencial da produtividade, que permitiram ampliar a produção com uso mais racional dos recursos naturais. No Amapá, o grande desafio do Governo é garantir que o desenvolvimento desse precioso bioma, ocorra sem que haja os malefícios já verificados em outros lugares.

Assim, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária do Amapá (EMBRAPA, 2018, p.1) divulgou que o Amapá tem mais de “14 milhões de hectares, sendo um

milhão coberto por cerrado, 300 mil em plena aptidão agrícola, onde possuem apenas 20 mil hectares de área plantada, menos de 10% do total da sua capacidade agropecuária”.

De acordo com a EMBRAPA (2018), em 2012 o Estado tinha 2 mil hectares de área plantada e colheu em torno de 6 mil toneladas de grãos entre arroz, feijão, milho e, principalmente, soja. No ano de 2013 a área plantada foi para 10 mil. Em 2014, chegou em 20 mil hectares cultivados, somando entre 50 mil e 60 mil toneladas de grãos, sendo que o aumento ocorreu devido à produção da soja.

O setor produtivo da soja é promissor, devido às boas condições climáticas e o solo fértil, desperta interesse de pequenos e médios produtores e até de grandes grupos de outras regiões para o cultivo da soja.

Cabe destacar, que é importante para o desenvolvimento do setor agrícola do Amapá, políticas públicas para o grande produtor e à produção em alta escala, bem como para o pequeno produtor. Entende-se que, caso não ocorra esta política de incentivo da pequena produção o Amapá pode não se tornar uma monocultura de base exportadora do setor primário.

O cenário externo do setor agropecuário necessita de mais investimentos, apoio do governo federal, parcerias com os governos estaduais nos programas de fomento para o setor pois, não se pode desconsiderar as ameaças que interferem negativamente no desempenho da produção no Amapá. Dentre elas, a concorrência de produtores de outros estados, que disponibilizam diversas condições bem superiores às do Amapá, como mão de obra qualificada, acompanhamento técnico, terras férteis, proximidade dos grandes centros, compra de insumos mais baratos e outros.

Verifica-se também que o Estado não está organizado para atender o desenvolvimento do setor, neste caso o governo dispõe de uma estrutura de órgãos que atendem diretamente o setor primário como: RURAP, SDR, IEF, IMAP, DIAGRO, estes são responsáveis pelas políticas voltadas ao incentivo e fomento do setor rural, e devem implementar suas políticas e ações, que não fiquem somente no papel, mas que sejam materializadas.

No estado do Amapá, o órgão responsável pelo serviço de extensão rural é o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), que disponibiliza por meio de recursos vindos do governo federal e estadual, aquisição de maquinários,

veículos e barcos, além de técnicos para a orientação do pequeno agricultor, desde o plantio, colheita e comercialização dos produtos, fazendo o extrativismo rural.

O governo estadual aprovou em 2013, o Fundo de Desenvolvimento Rural do Estado do Amapá (FRAP), programa que tem como objetivo elaborar e compatibilizar o desenvolvimento de atividades do agropecuário, pesca, extrativismo vegetal, com o intuito de apoiar a produção e comercialização, incentivo ao crédito e apoio às instituições que representam a produção familiar (BASA, 2018).

Neste sentido, menciona-se que embora, em sua essência, não ter sido concebido para custeio ou investimento de atividades agrícolas de escala, e sim direcionado a agricultura familiar, o FRAP pode apoiar os pequenos produtores rurais que invistam em atividades que necessitem de insumos oriundos da produção de grãos, como a ração à base de soja ou a soja esmagada e os insumos para a produção de adubo, por exemplo. O fundo de apoio ao desenvolvimento rural pode contribuir para a multiplicação dos efeitos da expansão da produção de grãos, a partir do fomento a atividades que se vinculam à cadeia produtiva do agronegócio. Podem ser financiados pequenos projetos de criação de frangos, suínos ou até mesmo a piscicultura, que encontram grande demanda pelo consumo nos mercados do Amapá.

De 2003 a 2010, o governo do estado disponibilizou R\$ 22.376.761,38 para 1.436 contratos. Percebe-se que houve uma oscilação nos contratos e nos valores firmados pelo FRAP. Em 2006 ocorreu o maior número de contratos (312) e em 2007 e 2010, o menor (82). Mesmo ocorrendo uma diminuição nos contratos em 2010, isso não implicou na diminuição dos valores obtidos (EMBRAPA, 2018).

É importante avaliar os pontos positivos que fortalecem a expansão do setor, neste caso estão os assentamentos utilizados para o desenvolvimento da agricultura familiar, os investimentos do governo em infraestrutura, acompanhamento técnico e a extensão rural, essas são as principais ações de incentivo ao desenvolvimento agrícola. No registro no Ministério da Agricultura, no estado existem 2.796 produtores rurais cadastrados com carteira de Declaração de Aptidão ao Pronaf (BRASIL, 2018).

Uma questão relevante que tem se registrado no Brasil, está na diminuição da população no campo. Essa situação torna-se um problema quando a força de trabalho passa a reduzir, sem perspectiva de políticas que fixam o homem em seu território. Considerando o crescimento da soja no cerrado amapaense, esse pode

ser mais um incentivo de migração de mão de obra para a atividade, o que deve ocasionar ainda mais a redução do trabalhador no campo.

Com as grandes oportunidades que hoje vislumbram para o estado no campo, é necessário viabilizar a produção e beneficiamento em grãos, expansão da piscicultura, avicultura, que são produções rentáveis e movimentam uma imensa cadeia produtiva, pois reduzir a comercialização *in natura* e garantir aumento de produtos já beneficiados, coloca a necessidade de estimular a indústria e serviços rurais, que apresentam pouca expressão no Amapá.

É importante avaliar quais são os fatores que contribuem para o desenvolvimento agrícola do Amapá, e os que são impeditivos para o seu desenvolvimento.

Atualmente, o setor rural do estado do Amapá é, historicamente, dependente das linhas de créditos vindas do governo federal ou estadual. Os agricultores familiares do Amapá possuem a sua disposição, recursos destinados às operações de créditos e financiamentos de três fontes: Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá (FRAP), Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (BNDES, 2016).

O FRAP e o PRONAF são programas que visam promover a elaboração e a compatibilização de ações específicas, para o desenvolvimento de atividades agropecuárias, extrativistas vegetais, agroindustriais, pesca artesanal e aquicultura, a partir da infraestrutura de apoio à produção e a comercialização, fomento à produção, crédito e apoio às instituições representativas da produção familiar.

Para ter acesso ao crédito do governo, o agricultor precisa apresentar um projeto, o qual deve ser elaborado por um técnico e submetido à avaliação das fontes de financiamento. O agricultor tem a possibilidade de optar pela assistência técnica para elaborar seu projeto, por meio do Estado ou por empresas e técnicos credenciados junto aos agentes financeiros.

O FNO trata-se de uma fonte de recursos que, por meio de linhas de crédito, pode financiar a agricultura, seja de escala ou familiar, porém esta linha de crédito contempla outros setores ou empreendimentos rurais e não rurais. Podem acessar este tipo de crédito, setores como: indústria, agroindústria, turismo, infraestrutura, exportação, comércio e serviço, cultura e entre outros. É interessante notar que, o Amapá é o que recebe um volume disponibilizado menor de valores de crédito, em

relação aos outros estados do Norte, e mesmo assim, não se consegue executar ou investir todo o montante disponibilizado pelo operador do FNO ao Amapá.

Um dos problemas centrais para a execução total dos recursos disponíveis ao setor produtivo do Estado é a ausência de garantias reais, que em sua maior parte, é oriunda da falta de regularização fundiária daqui. Ainda assim, os produtores que hoje estão investindo, em sua maioria, se auto financiam ou apresentam garantias próprias com outros patrimônios, para poder acessar as linhas de financiamento do FNO, tanto para custeio da produção, quanto para investimento em máquinas e equipamentos agrícolas, que comportem a tecnologia necessária para produzir. Assim, é necessário que os recursos cheguem ao agricultor rural dentro no estado do Amapá, e estes sejam aplicados de maneira efetiva (FNO, 2016).

Um dos principais problemas das organizações territoriais de desenvolvimento em meio rural, está na sua imensa dificuldade em “ampliar sua composição social além da presença dos representantes da agricultura” (ABRAMOVAY, 2003, p. 3).

Sem que os próprios agricultores estejam conscientes dos trunfos que o meio rural pode oferecer a uma estratégia de desenvolvimento baseada na formação de tecidos territoriais densos e variados no interior do país, será impossível a superação do caráter até aqui burocrático e autoritário (a famosa prefeiturização) de que se revestem as tentativas de descentralização das políticas públicas.

Um fator importante a ser considerado, é o fato de que as legislações locais limitam o tamanho das propriedades no Amapá a 15 módulos fiscais, no máximo, por cada produtor e isso viabiliza uma das condicionantes para a maior ocupação por parte de produtores distintos. Conforme delimitação das propriedades no Amapá, tem-se como características: propriedades de pequeno e médio porte. O Incra (2017) menciona que, em relação ao tamanho da área, os imóveis rurais são classificados em:

Minifúndio– é o imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal;
Pequena Propriedade - o imóvel de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;
Média Propriedade - o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais;
Grande Propriedade - o imóvel rural de área superior 15 (quinze) módulos fiscais.

A classificação é definida pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e leva em conta o módulo fiscal (e não apenas a metragem), que varia de acordo com cada município.

A limitação e ordenamento das propriedades rurais se constituem como requisito primordial para o aproveitamento econômico da produção de soja, ao maior quantitativo de proprietários de terras.

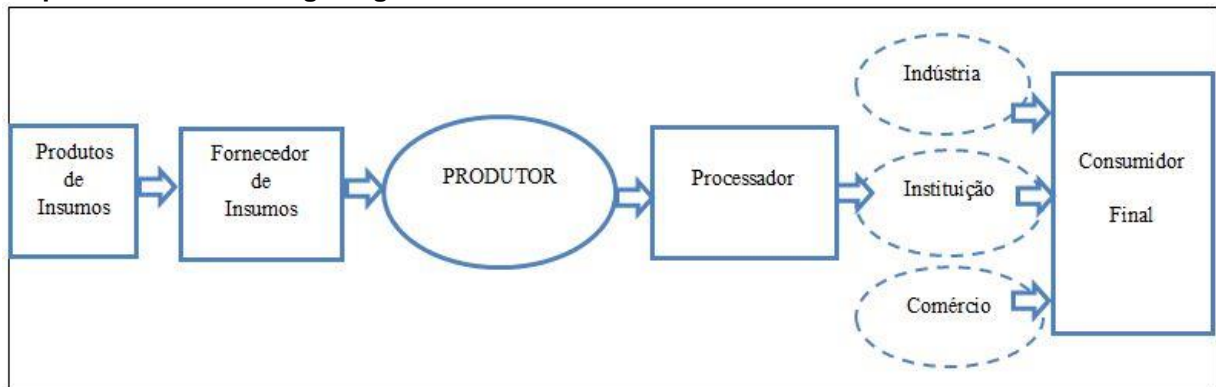
Outro fator importante para a definição exata e, conforme maneira de calcular ratificada pelo Supremo Tribunal Federal, os módulos fiscais têm uma variação métrica entre eles. Por exemplo, o município de Santana e Macapá, que é produtor de soja, tem o módulo fiscal de 50 hectares, enquanto que Tartarugalzinho e Mazagão com módulo fiscal de 70 hectares. Esta assimetria torna possível a variação do tamanho da extensão das propriedades na região de cerrado, produtora de soja no Amapá.

O aumento da força competitiva do agronegócio depende de empresas, cadeias produtivas, localizações e pessoas competitivas. Nessa perspectiva de análise, é o elemento humano que faz a diferença, que define políticas e organizações econômicas eficientes, que na microeconomia das empresas, reduz custos, diferencia produtos, inova em processos e atende as necessidades dos consumidores com produtos de qualidade, que treina e desenvolve pessoas e lidera organizações para a construção do futuro.

O agronegócio passou, nos últimos anos, a contribuir com o desenvolvimento da produção agrícola e da pecuária, pois com a modernização do setor rural. Cada vez mais, fez-se necessário o uso de serviços que estão fora do campo, como os serviços financeiros, sementes, fertilizantes, combustível, transporte, colheitadeiras, crédito entre outros, atividades que também se encontram nos setores secundário e terciário (SEBRAE, 2014).

A cadeia produtiva do agronegócio se divide em três grandes áreas, sendo a principal delas, as atividades agropecuárias, que servem como elo de distribuição e desenvolvimento de toda cadeia. Anterior a ela, estão as atividades de insumo e fornecedores dos mesmos, e posteriores estão as atividades de processamento (industrialização, comercialização e distribuição) e demanda final, conforme o Esquema 1.

Esquema 1 - Cadeia do Agronegócio.



Fonte: Elaborado pelo autor () a partir dos dados do Relatório do SEBRAE (2014).

O agronegócio é uma cadeia que dinamiza efeitos, a partir da produção em escala de insumos básicos, passando pela industrialização e comercialização, até chegar ao consumidor final.

De acordo com a figura acima e com base nas análises realizadas, principalmente, no que toca aos estudos mais recentes e ao Zoneamento Ecológico Econômico do Cerrado do Amapá, a produção de soja, enquanto elo da cadeia produtiva do agronegócio, ainda não ocupa todos os aspectos evidenciados na figura, em função de ainda estar em fase embrionária.

Os produtores, desde o ano de 2013, estão a cada colheita ampliando a área plantada e o volume produzido de soja em território local, inclusive com a primeira carga já tendo sido exportada. Os elos de processamento e industrialização estão amadurecendo, em função do preparo do arcabouço legal e ambiente de competitividade como, por exemplo, a Zona Franca de Macapá e Santana que já aprovou o primeiro projeto para instalação de uma indústria de processamento da soja produzida no Amapá, bem como fabricação de ração animal e que está em processo de aprovação do financiamento da instalação, junto a agentes financeiros para que possa iniciar o processamento dos grãos plantados no Amapá, assim como os provenientes de outros Estados.

A cadeia produtiva precisa de alternativas para distribuição dos produtos até o consumidor final. O sistema de distribuição é o que mais se enquadra na cadeia, sendo considerada a etapa posterior à atividade agrícola, pois nessa etapa encontra-se o processamento até o sistema de distribuição para o consumo final. Logo, nesta etapa, está o local de distribuição, se for o caso, entregando a quantidade solicitada ao varejista, sendo que nesse processo, faz parte o atacadista que ficara responsável pela

divisão de grandes carregamentos e distribuições desses produtos até o consumidor final. De fato,

O agronegócio é considerado uma atividade de capital intensivo que exige máquinas e equipamentos, insumos caros e sofisticados e cada vez mais de tecnologias. Os negócios do agronegócio estão muito além de que apenas um mercado local ou interno, mas a conquista de novos mercados até o mercado internacional. Nos últimos anos o mundo tem se beneficiado pelos produtos do agronegócio, onde alguns países estão se especializando em tecnologias de ponta para fornecerem a países que dependem de capital tecnológico para o desenvolvimento de seu campo (SEBRAE, 2014, p. 22).

Um das possibilidades para a agregação de valor é a verticalização da cadeia, produtiva para que o agronegócio não se caracterize apenas como fornecedor de matérias primas, mas sim, tenha toda sua complexidade e etapas da cadeia produtiva preenchidas, indo desde a colheita do insumo até a oferta de produtos industrializados oriundos da produção agrícola.

Por estar inserida no mercado internacional e fornecer matéria-prima, a Amazônia vem assumindo um papel de destaque, no que se refere ao agronegócio e, cada vez mais, vem expandindo sua produção a vários continentes. Diante de todo este crescimento, e da expansão da soja, no que se refere ao processo da atividade relacionada à logística, as dinâmicas agrícolas das áreas de produção exigem das cidades, a interligação com os centros globalizados e a inserção dos meios mais modernos de produção.

Enquanto a produção migrou para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, os corredores logísticos não acompanharam o crescimento. O transporte de grãos, ainda continua sendo um grande desafio para os produtores dessas regiões, e neste tocante, faz-se importante também, entender a área, onde processo de expansão das lavouras de grãos, ocorre de forma mais significativa no Amapá. Assim, o Estado é peça-chave neste processo, em virtude de sua posição geográfica estratégica e pela perspectiva de funcionar com um corredor logístico, para a armazenagem e exportação da produção. Este entendimento da área de produção de grãos no Amapá segue na quarta seção que trata da área de estudo e metodologia aplicada a pesquisa.

4 METODOLOGIA APLICADA NO TRABALHO

Nesta seção, serão apresentadas as etapas metodológicas aplicadas ao trabalho, com o seu devido detalhamento afim de garantir o entendimento de onde e como seu deu a pesquisa sobre a expansão do agronegócio de grãos no Estado do Amapá.

4.1 AREA DE ESTUDO

O Estado do Amapá é contemplado pelo bioma Amazônia, este concentra uma das maiores diversidades em ambientes naturais, que possui características particulares quanto à estruturação de ecossistemas. No Amapá também empresas do agronegócio são outros atores que estão se firmando e se expandindo no intuito de ampliar a matriz econômica do Estado a partir do setor agropecuário com a produção de grãos.

O espaço geográfico do Estado do Amapá é formado por 16 municípios, dentre eles, os municípios de Itauba do Pírim, Ferreira Gomes e Porto Grande, são considerados as melhores áreas para plantação de grãos, devido às características apresentadas (NASCIMENTO, 2009).

O Amapá é um estado que hoje tem, pelo menos, três quartos de seu território compostos por áreas que sofrem influência de alguma legislação de preservação, ou demarcadas como espaços territoriais indígenas. Mesmo nestas condições, o que ainda existe de disponibilidade para políticas públicas ou investimentos privados é substancial, para o objetivo de promover o crescimento econômico.

As questões de terra para o atendimento à produção do setor rural é um problema sério, não só no Amapá, mas no Brasil como um todo, principalmente, nos estados do Norte e Nordeste, onde os produtores do campo padecem por falta de uma reforma agrária, uma política fundiária capaz de garantir espaços de produção igualitários, tanto para os grandes e médios produtores, quanto para os pequenos.

Sempre se falou sobre a importância da reforma agrária como meio de desenvolvimento, no entanto, sua aplicabilidade acontece de forma tímida e errônea, quando o governo passa a entender que a reforma agrária é o mero assentamento de colonos em terras inexploradas.

A definição de reforma agrária segundo Nascimento (2009), é mais abrangente, pois a colonização é um complemento da reforma agrária e consiste na ocupação ou incorporação de novas terras, particulares ou estatais, ao processo de produção agrícola. Ela exige uma política, de certa forma, mais completa com distribuição e definição através de marcos regulatórios que visem o desenvolvimento do setor rural.

A política fundiária, almejada pelos produtores rurais, compreende ao conjunto de normatização e legislação que garanta uma distribuição justa da terra, com direitos e obrigações que devem ser definidos de acordo com a capacidade de produção de cada unidade produtiva. Considera-se a política que estipula os tributos incidentes sobre a propriedade privada da terra é contemplada por um arcabouço de legislações especiais que regula o uso e ocupação do solo, sem direcionar privilégios a alguém. A política fundiária são garantias, regulamentos e jurisdição de exercício de poder e programas de financiamentos para aquisição da terra (OLIVEIRA, 2007).

Existe, atualmente, uma indefinição das questões fundiárias, principalmente na Amazônia, reconhecidas pelo governo e produtores com um entrave ao desenvolvimento do setor rural na região. Segundo Oliveira (2007), até 2010, 50% das terras na Amazônia estavam concentradas em áreas protegidas, assentamentos da reforma agrária e terras militares. O restante se dividia em terras públicas, sem destinação ou devolutas, terras públicas ocupadas informalmente, e títulos de terras privadas.

Após a escolha da área de estudo e de acordo com o objeto da pesquisa, destacam-se, a seguir, os procedimentos científicos mais pertinentes para o melhor desenvolvimento do trabalho.

4.2 ETAPAS METODOLÓGICAS

Neste tópico, serão abordados o tipo de pesquisa, bem como as etapas da investigação, empregados para a melhor condução do trabalho, visando o atendimento dos objetivos previamente estabelecidos.

4.2.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa é um procedimento racional e sistemático, portanto, um ato de caráter humano. Sua finalidade é dar respostas a problemas que surgem no cotidiano ou que são propostos por alguém. Tal processo só é aplicado, quando as pessoas não dispõem de informações suficientes para responder às questões levantadas por si próprias, pelos outros, ou quando tais informações se encontram em certo estágio de desordem, que não podem ser, adequadamente, associadas ao problema proposto. Para sua realização, são necessários métodos, técnicas e outros procedimentos científicos (GIL, 2002).

Nesse sentido, o estudo é de cunho bibliográfico e de campo. Bibliográfico, a fim de adquirir conhecimento sobre o Desenvolvimento e as transformações econômicas da expansão do agronegócio no Amapá. Assim, o trabalho constituiu-se na análise de livros, artigos, documentos, o que possibilitou o acesso e a manipulação de informações relevantes para a reflexão sobre o tema.

A esse respeito, Medeiros (2009, p.38) afirma que, a pesquisa bibliográfica exige pensamento reflexivo e tratamento científico, pois ela

Não se resume na busca da verdade; aprofunda-se na procura de resposta para todos os porquês envolvidos pela pesquisa. Utiliza, por isso, métodos científicos, reflexão sistemática, controle de variável, observação atenta dos fatos, estabelecimento de leis ou checagem de informações com o conhecimento já adquirido. [...] é aquela que busca o levantamento de livros e revistas de relevante interesse para a pesquisa que será realizada. Seu objetivo é colocar o autor da nova pesquisa diante de informações sobre o assunto de seu interesse.

O levantamento bibliográfico foi elaborado para fundamentar o instrumento da pesquisa. Assim, a base teórica consistente favoreceu a elaboração do roteiro de entrevista semiestruturada, baseada na análise de conteúdo.

Lakatos e Marconi (1991, p.186) consideram pesquisa de campo como aquela utilizada com o “objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar ou descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”.

A pesquisa baseia-se também em um estudo explanatório-descritivo, tal tipo visa à interpretação contextualizada, buscando retratar a realidade de maneira completa e significativa, com uma variedade de fonte e uma maior quantidade

possível de informações acerca do objeto de estudo. Sendo que, uma das formas mais pertinentes de se conhecer uma realidade, é se escutar o que o sujeito ou o grupo de sujeitos que vivenciam a situação tem a dizer sobre ela (GIL, 2002).

Quanto à abordagem do problema a pesquisa caracteriza como qualitativa, pois baseia-se em métodos atrelados às ciências sociais e busca diminuir a distância entre os dados coletados e a teoria proposta, para dar respostas ao problema levantado. Isto é, faz uso da compreensão dos fenômenos por sua respectiva descrição e interpretação (TEIXEIRA, 2011).

O prosseguimento da apresentação da metodologia se deu com a descrição das etapas necessárias à realização da investigação.

4.2.2 Etapas da investigação

A coleta dos dados foi realizada a partir de algumas etapas de trabalho. Essas etapas foram, muitas vezes, dinâmicas e aconteceram concomitantes ou distintas durante a pesquisa. A pesquisa foi realizada no período de março a junho de 2018. Conforme etapas, a saber:

Na primeira etapa, utilizou-se informações obtidas junto a fontes secundárias como: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria de Estado do Planejamento do Amapá (SEPLAN), Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (EMPRAPA), Associação de Produtores de Soja (APROSOJA) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Na segunda etapa, realizou-se o contato formal com as entidades para realização da pesquisa, como a Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amapá (AGÊNCIA AMAPÁ), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Associação de Produtores de Soja e Milho do Amapá (APROSOJA), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural (SDR), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá (IMAP) para consentimento do gestor por meio de entrega de ofício. Após a confirmação das entidades para a realização da pesquisa, foi feito o agendamento prévio e aplicação da entrevista.

Dos seis representantes das entidades, apenas três manifestaram disponibilidade, a saber: a Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amapá (AGÊNCIA AMAPÁ), a Associação de Produtores de Soja e Milho do Amapá (APROSOJA), e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Um fato atípico ocorreu por parte da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a qual informou, por e-mail, que os dados sobre o agronegócio se encontravam no *site* da entidade, disponíveis para eventuais pesquisas.

O critério de escolha das entidades foi garantir a representatividade de todos os atores envolvidos no processo, no que concerne à expansão da produção de grãos no Estado do Amapá e, neste particular, foram entrevistados o representante dos produtores de grãos e o representante da Comissão Pastoral da Terra, esta que, no Amapá, tem atuado em defesa do direito das comunidades que habitam em espaços de interesse dos produtores de os grãos.

Para garantir a representatividade da esfera estadual, na referida pesquisa foram demandadas entrevistas com os representantes do IMAP, órgão responsável pelas políticas de ordenamento territorial; SDR, responsável pela assistência técnica e política pública rural e, ainda; da Agência Amapá que é o órgão que estrutura as políticas de Desenvolvimento Econômico para o Estado. A determinação dos entrevistados se deu, no sentido de garantir a imparcialidade da pesquisa e ainda, em retratar, fidedignamente, os pontos de interesse da investigação proposta quanto à produção de grãos no Amapá e seus efeitos, no que tange o Desenvolvimento Econômico do Estado.

Na terceira etapa, realizaram-se as entrevistas com os representantes das entidades. Vale ressaltar que, para a realização da coleta de dados, utilizou-se de materiais como: câmera fotográfica, gravador, formulário e ficha de entrevista semiestruturada. Durante as entrevistas, foi dado espaço livre para que os participantes pudessem destacar outras questões, consideradas importantes para o estudo. O tempo médio para entrevista foi de 50 minutos. As entrevistas foram registradas em áudio, com a autorização dos participantes.

Para a formulação das perguntas, do roteiro de entrevista semiestruturada, utilizou-se como critérios norteadores, a hipótese testada pela pesquisa e, ainda, os insumos oriundos da pesquisa bibliográfica e documental realizada anteriormente, a qual fundamentou a produção textual da segunda e terceira seção do trabalho.

Adiante, houve a transcrição integral das falas e posterior análise de conteúdo das informações obtidas, com o intuito de que o trabalho apresentasse a realidade dos fatos, tanto do ponto de vista dos produtores de grãos, quanto das comunidades que são da agricultura familiar, bem como do Estado, representado pela AGÊNCIA AMAPÁ. A descrição total das entrevistas garante a riqueza de detalhes necessária a melhor análise dos indicadores estatísticos, apresentados ao longo do texto e, ainda, uma conclusão assertiva quanto à contribuição do agronegócio, para o incremento e Desenvolvimento Econômico do Amapá.

Ressalta-se que, por questões éticas e metodológicas, os nomes dos entrevistados foram mantidos em sigilo. Usou-se de códigos para assim poder identificá-los (Quadro 1):

Quadro 1 - Código de identificação do representante da entidade

Entrevistado	Entidade representativa do produtor
Entrevistado 1 - E1	Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amapá (AGÊNCIA AMAPÁ)
Entrevistado 2 - E2	Comissão Pastoral da Terra (CPT)
Entrevistado 3 - E3	Associação de Produtores de Soja e Milho do Amapá (APROSOJA)

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

A quarta etapa correspondeu na transcrição das entrevistas, na qual foram escolhidas duas divisões para a averiguação dos resultados: a verificação do conteúdo das entrevistas e a análise das respostas mais enfatizadas e recorrentes pelos entrevistados, de acordo com o método de análise de discurso.

Na quinta etapa, iniciou-se a análise, bem como a interpretação das informações coletadas. A análise de dados baseou-se na relação existente entre as teorias que fundamentam o tema em questão.

Por meio das entrevistas, visou-se a interpretação contextualizada, buscando retratar a realidade de maneira completa e significativa, com uma variedade de fontes e uma maior quantidade possível de informações acerca do objeto de estudo.

5 PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO AMAPÁ, A PARTIR DO AGRONEGOCIO DA PRODUÇÃO DA SOJA

A partir da observância dos aspectos relacionados ao processo de Desenvolvimento Econômico e da caracterização do agronegócio no Brasil e no Amapá, na quinta seção, dedica-se esforços a entender, quais são as perspectivas de desenvolvimento econômico para o Estado do Amapá, tendo como foco prioritário a expansão da agricultura de escala, bem como entender os desafios existentes para isso.

5.1 A PESQUISA SOBRE A SOJA

Como já verificado, o Desenvolvimento Econômico se manifesta na observância de detalhes minuciosos, para que haja a percepção de que o processo ocorre de forma espontânea, a partir do arcabouço criado pela estrutura de governança destes territórios e sua formulação.

Segundo Lameira (2016, p. 14) há quatro décadas, as regiões amazônicas vêm experimentando um movimento que implica mudanças na sua forma de ocupação,

a expansão para a região marca um novo paradigma, o que antes era caracterizado por pequenas propriedades, desenvolvendo agricultura de subsistência, pequenas áreas de pastagens, exploração de recursos naturais de baixo impacto, dá lugar a atividades econômicas um tanto diferenciadas, mudando sensivelmente o mosaico da região.

Essas transformações pelas quais vem passando a paisagem do Amapá, no que concerne ao cerrado, causam movimentos contrários, porém, os efeitos da produtividade do cerrado amapaense, quanto à produção de grãos, sem dúvida irão impactar na melhoria dos índices da balança comercial local. O atrativo principal para os investidores do agronegócio, na região do Estado do Amapá, são exatamente a disponibilidade de vastas áreas para produção somada ao baixo valor de investimento necessário para aquisição daquelas (LAMEIRA,2016).

Com a expansão do agronegócio no cerrado amapaense, especialmente com a produção de soja, a potencial implantação de indústrias de ração animal favorece um ambiente de negócios propício à verticalização da piscicultura no Amapá⁸.

A economia do agronegócio está crescendo no Amapá. Dados da Associação de Produtores de Soja no Amapá (APROSOJA), corroborados pelo Grupo de Pesquisa: Economia do Agronegócio, da Universidade Federal do Estado do Amapá (UNIFAP) confirmam que a área plantada com grãos passou de 2,4 mil hectares⁹ em 2012, para aproximadamente 18 mil hectares em 2015, podendo atingir a cifra de 20 milhões de reais de incremento na balança comercial do Estado (AGÊNCIA AMAPÁ, 2015).

Dessa forma, a inserção do Amapá neste processo de desenvolvimento do agronegócio, considerando apenas a soja como fator de crescimento, percebe-se que a produção avançou, consideravelmente, no período de 2012 a 2016. Ainda que tenha sido um marco para o Estado, é quase nada, quando se pensa na área e na produção do Brasil.

Na Fotografia 1, evidencia-se a transformação da paisagem que vem ocorrendo nos municípios, onde a produção de grãos avança de forma mais efetiva. A mudança no aspecto visual é evidente, com a substituição do cerrado pelas plantações de soja, milho e outros e isso impacta, diretamente, no processo de fortalecimento da produção, seja em área plantada ou em toneladas por hectares. O fato vai impulsionar a atração e instalação de indústrias ou agroindústrias de transformação dos grãos produzidos no Amapá.

Neste sentido, também deve ser mencionado que uma das estratégias, senão a mais adequada, é processar os grãos e agregar valor no Estado, para que a economia possa de fato sofrer efeitos benéficos, em função da disponibilidade de apenas 400 mil hectares para a produção em escala, dado que, comparado a outras unidades da federação, torna-se pequeno, caso não seja agregado valor aqui.

⁸ Guia do Investidor do Amapá, Agência Amapá (2015).

⁹Hectare (ha) - Unidade usada em medidas agrárias. 1ha = 100^a = 10.000m². Disponível em: imetro.gov.br/legislação.pdf. Acesso em: 15 jul. 2016.

Fotografia 1 - Potencial do cerrado do Amapá é abrigar 400 mil hectares para cultivo



Fonte: Divulgação/Aprosoja (2016).

Assim, a discussão no âmbito das limitações impostas pelo arcabouço legal existente no Amapá, aponta para as estratégias de inserção mais adequadas, perpassando pela superação das limitações que também, por si só, já justificam a abordagem do tema do Desenvolvimento Econômico, focado na expansão do agronegócio em território amapaense e seus consequentes impactos para o Estado. “O agronegócio, principalmente a monocultura da soja tem promovido desenvolvimento econômico para muitas regiões brasileiras” (LAMEIRA, 2016, p. 15).

Evidente que o processo de expansão da produção de soja no Amapá tem consequências e alterações na configuração do campo, tipos de propriedades e perfil dos produtores, em função da necessidade, constante, de modernização e aprimoramento das técnicas e tecnologias de produção, a fim de garantir a competitividade frente ao mercado demandante deste produto, seja nacional ou internacional.

A presença da soja nos campos rio-grandenses do sul também provocou sérias mudanças no campo, principalmente na sua configuração, provocada principalmente pelo desaparecimento de um grande número de pequenas propriedades que não conseguiram acompanhar as mudanças implementadas na região (LAMEIRA 2016, p.16).

O desenvolvimento se caracteriza pela transformação de uma economia arcaica em uma economia moderna, eficiente, justamente, com a melhoria do nível de vida da população (SOUZA, 2012).

A ampliação dos estudos e produção científica acerca do agronegócio no Amapá é parte fundamental do processo de aproveitamento de todas as oportunidades que, eminentemente, ocorrem da produção de soja e sua destinação. É preciso considerar que, hoje o estado possui aparato para estimular a produção de grãos de forma adequada à convivência, minimamente, harmoniosa com o ambiente e a minimização dos impactos de devastação.

Segundo o Zoneamento Ecológico Econômico do Cerrado do Amapá (2014, p. 50), existe no Amapá 986.189 hectares em ambiente caracterizado como Cerrado (arbóreo-arbustivo e cerrado parque), no qual as culturas de grãos apresentam elevado potencial de produtividade, com colheita na entressafra brasileira. A posição estratégica do estado permite o escoamento da produção, por rodovia, para Oiapoque, por via fluvial pelo rio Amazonas e via marítima, pelo Porto de Santana. Desta forma, consegue-se atingir o mercado regional e internacional com facilidade e competitividade.

Conforme mencionado, a localização permite ao Amapá, a potencialização dos resultados colhidos no campo com a produção de soja, seja pelo escoamento da produção já beneficiada por indústrias, como também pela própria exportação do grão *in natura*, já que a condição ofertada pelo Estado possibilita a oferta da soja com custo de deslocamento e transporte reduzido.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) desenvolve pesquisas por meio de tecnologias de produção adequadas ao território, com seções específicas para soja e cerrado, as quais potencializam os resultados dos investidores deste segmento da economia local e disponibilizam à sociedade rural ou urbana.

A produção agropecuária representa hoje grande parte do que é produzido no país, somente no ano de 2015, período marcado por forte crise financeira no Brasil, O PIB agropecuário teve alta de 1,8%, enquanto o PIB Nacional sofreu retração de 3,8% comparado ao ano anterior. Nesse ano o PIB do agronegócio registrou a soma de R\$ 263,6 bilhões elevando o percentual 21,4% para o patamar de 23% do PIB Nacional (NOVAES, 2015).

Com o encarecimento dos mecanismos e tecnologias de produção, bem como do acesso às terras¹⁰ e, principalmente, o avanço do agronegócio como indutor da

¹⁰ Neste trabalho, o vocábulo “terra” deve ser entendido como princípio que envolve e orienta as atividades no âmbito agrário.

economia brasileira, a Amazônia, dadas as suas condições de fácil acesso a terras e baixo custo de produção, tornou-se uma nova fronteira a ser explorada pelos produtores rurais brasileiros, e como não poderia deixar de ser, o Amapá se configura como uma parte desta que se torna, cada vez mais, atrativa aos investidores do campo.

Após um tempo de inatividade no Estado, percebe-se que o momento serviu para a organização e estruturação de estratégias, com foco no desenvolvimento estruturado da produção de grãos no Amapá.

O fato descrito ocorre devido ao fortalecimento das estratégias voltadas ao setor e à busca por arranjos que facilitassem a implementação das atividades, objetivando suportar a entrada de novas empresas, que se instalassem no Estado em meados de 2013, a exemplo da Companhia do Norte de Navegação e Portos (CIANPORT), empresa do ramo de logística formada por empresários mato-grossenses, instalada no município de Santana.

5.2 O AGRONEGOCIO DA PRODUÇÃO DA SOJA

O Amapá passa hoje por uma experiência que teve seu início no Brasil ainda durante o século XIX, mas que devido a diversas condicionantes, inclusive climáticas, teve seu sucesso adiado. As experiências exitosas só passaram a ocorrer quando os colonizadores japoneses, do Rio Grande do Sul, passaram a fomentar o plantio do grão. Bickel (2004) menciona que a expansão da produção do grão se manifestou de forma efetiva a partir da década de 1960, quando os mercados internacionais, principalmente, os asiáticos iniciaram forte demanda por óleos derivados da soja, impulsionando a produção do grão para abastecer a indústria.

No Brasil, a partir dos anos 1970 e em um modelo parecido com o que está sendo implantado no Amapá, essa produção passou a ser fortalecida em propriedades de pequeno porte do Rio Grande do Sul, fato que traz uma boa referência comparativa ao modelo de produção da soja, ora instalado no Amapá. Este mesmo modelo também foi implantado no Paraná, se compararmos ao porte em hectares das propriedades do Mato Grosso, maior produtor de soja do Brasil. A exponencial produção da soja, em propriedades do Rio Grande do Sul e Paraná, contribui para aumentar a competitividade do grão e, principalmente, a cooperação para utilização das técnicas para produção,

armazenagem e escoamento de grãos, que refletem os excelentes resultados econômicos destes estados.

As transformações no cenário de constituição das propriedades do campo, no Amapá, são evidentes, principalmente, quando se analisa o perfil dos produtores e o tamanho das propriedades, que ao longo dos últimos quatro anos vêm sofrendo alterações significativas, tanto nos perfis dos proprietários, quanto nas paisagens, por exemplo, ao longo da rodovia de acesso aos municípios de Itaubal do Piririm e Cutias do Araguari, que hoje configuram o polo mais expressivo de aglutinação dos produtores de grãos, em especial, a soja.

Apesar das limitações legais para uso das terras do Amapá onde, pelo menos, três quartos do território do Estado estão constituídos como área de preservação, o um terço restante é extremamente atrativo, do ponto de vista da posição e apresenta condições favoráveis à competitividade de quem produz na Amazônia, em especial no Amapá.

Costa (2012) menciona que um dos motivos que favorece a implantação da sojicultura na Amazônia, é o que ela chama de “estoque de terras”. Na região, a dificuldade, ou até mesmo a falta de interesse do governo, em dar destinação mantendo sob a tutela das instituições públicas, provocam grande pressão sobre essas áreas, em territórios onde a densidade é baixa. Propriedades que já sofreram algumas intervenções, pastagens abandonadas ou áreas degradadas podem ser utilizadas para produzir monocultura da soja e justificam o avanço da produção dos grãos.

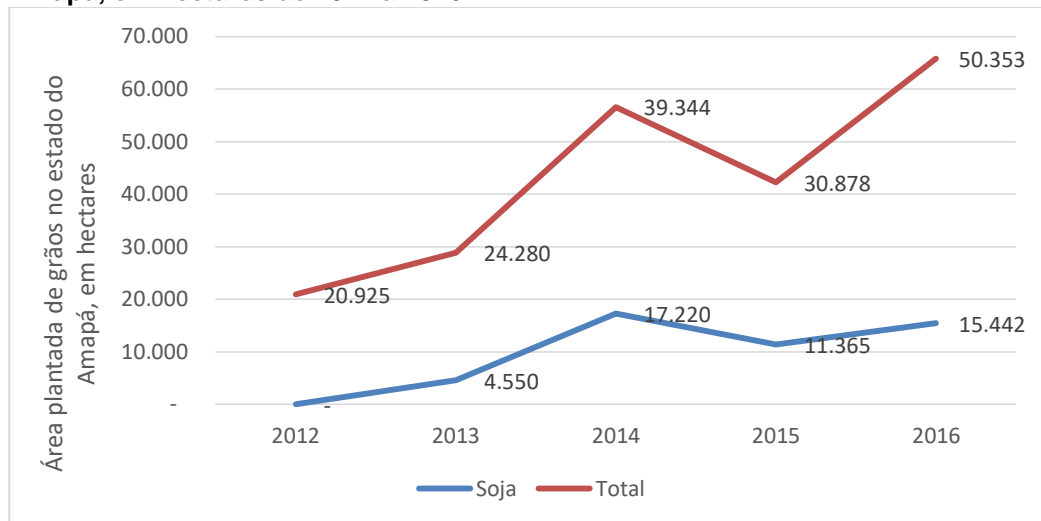
Dadas as condições de regularização do uso da terra, arcabouço legal que hoje limita o tamanho máximo de propriedade por produtor registrado e condições de competitividade relacionadas à produção e escoamento de soja, o Amapá tem os requisitos para implantação de um modelo que, ao invés de exportar somente o grão, possa, por meio do fortalecimento do capital social e da cultura da cooperação entre os produtores, alinhados ao fortalecimento das bases industriais do estado, propiciar o beneficiamento dos grãos produzidos aqui e transformá-los em diversos outros produtos. Esses fatores podem ampliar ainda mais os resultados econômicos para a balança comercial, alcançando outros estágios da cadeia produtiva do agronegócio.

Considera-se ainda, a exploração do mercado mundial consumidor de grãos, em especial da soja que, necessariamente, deverá passar por análise pelos produtores e

investidores locais, a fim de potencializar os resultados econômicos para o Amapá, não só pela exportação de grãos, mas, sobretudo de produtos industrializados e beneficiados.

A soja garante o alcance imediato de incremento econômico na balança comercial do Estado e este valor, oriundo da exportação dos grãos, reflete em toda a economia, a partir do pagamento de todos os elos de serviços e fornecedores que estão vinculados à produção agrícola no Amapá. A seguir, no Gráfico 3 é exposto a evolução da área plantada, de cultura temporária de grãos no estado do Amapá, em hectares.

Gráfico 3 – Evolução da área plantada de cultura temporária de grãos no estado do Amapá, em hectares de 2012 a 2016.



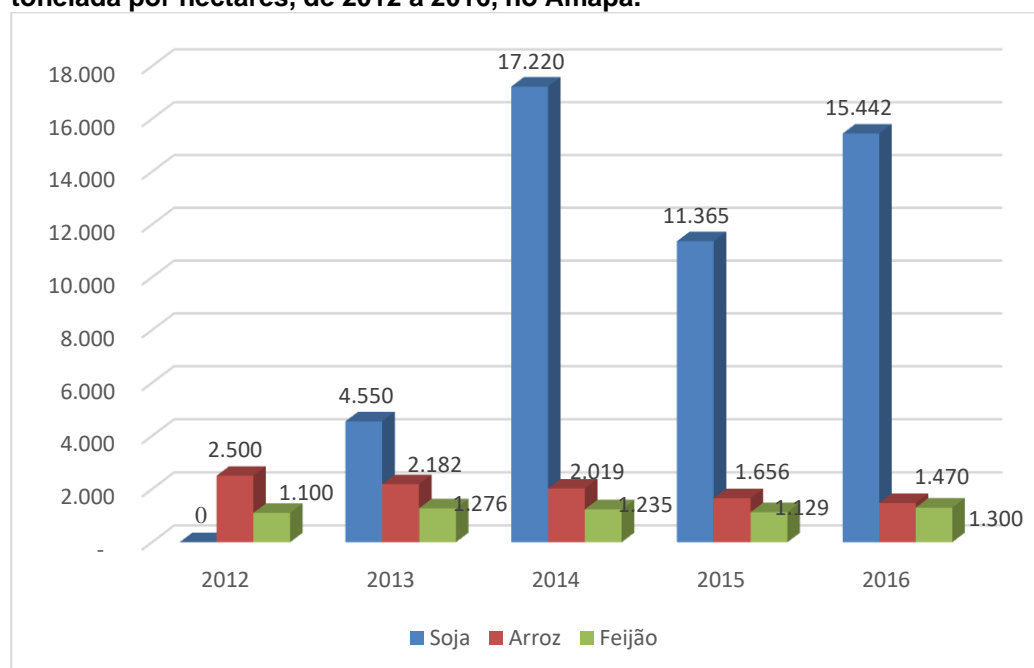
Fonte: Elaborado pelo autor (2017), a partir do banco de informações Estatísticas SIDRA do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola e da Produção Agrícola Municipal.

Percebe-se, portanto, que o cultivo da soja exerce uma forte pressão sobre o total da produção agrícola do Estado do Amapá. O gráfico apresentado deixa evidente o avanço da área plantada com soja no Amapá e isso, conseqüentemente, impacta na produção que aumenta ano a ano.

O levantamento sistemático, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mostra o alcance de 17.220 hectares plantados no ano de 2014, e 15.442 hectares plantados com soja, em relação a uma produção total de grãos da ordem de 39.344 no ano de 2014 e 50,353, evidenciando a soja como a cultura que mais se desenvolve, em termos de investimento de plantio nas propriedades rurais do Estado, mesmo sendo recente entre os produtores aqui instalados (IBGE,2014)

No Gráfico 4 é feita uma comparação entre as culturas temporárias com maior expressão nos indicadores agrícolas do Amapá, mostrando, de forma muito clara, a evolução somente em cinco anos da soja.

Gráfico 4 – Comparativo da produção de grãos das culturas de soja, arroz e feijão, tonelada por hectares, de 2012 a 2016, no Amapá.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de informações Estatísticas SIDRA do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola e da Produção Agrícola Municipal, 2017.

No período de 2012 a 2016, a produção de soja vem, ano a ano, ampliando seus resultados no que se refere à área plantada e, conseqüentemente, à produtividade. Para tanto, alcançou, no ano de 2013, a área de 4.550 hectares, em 2014, a área de 17.220 hectares, no ano de 2015, com uma leve queda, atingiu 11.365 hectares e em 2016, 15.442 hectares foram plantados com soja, alcançando indicadores de boa produtividade, no que toca à produção de grãos, principalmente, quando comparados a outras culturas como arroz e feijão, culturas produzidas a mais tempo no Amapá.

A produção de soja no Amapá deve promover mudanças no fluxo entre as populações rural e urbana, contribuindo para amenização da assimetria existente. A densidade estimada da população rural do Amapá é de 1 habitante/208 ha e a média brasileira é de 1 habitante/28 ha, significando 7,4 vezes menos habitantes na área rural.

Considerando que a necessidade de mão de obra para atividade de produção de grãos é de 32.000 trabalhadores, toda a população da zona rural dos 5 municípios do Cerrado, que totalizam 33.175 habitantes (homens, mulheres e crianças), não atenderia a demanda (SEPLAN, 2017).

As vantagens competitivas são: rendimento (50 sacas/ha); distância máxima ao porto de embarque (350 km); porto de embarque mais perto dos portos destinos; valor das terras do Amapá consideravelmente inferior ao praticado no resto do Brasil; possibilidade de ter duas safras por ano; área colhida em 2015: 16.580; produção: 40.000 toneladas e soja de alto valor proteico (SEPLAN, 2017).

Quanto à distribuição de áreas potenciais, o cerrado total do Amapá compreende em 986.189 ha (Tabela 2):

Tabela 2 - Distribuição de áreas potenciais em 2017, no Amapá.

DISTRIBUIÇÃO DE ÁREAS POTENCIAIS	
CERRADO TOTAL DO AMAPÁ	986.189 ha
ÁREA EM PRODUÇÃO FLORESTAL	310.000 ha
SALDO	676.000 ha
GRÃOS – EM PRODUÇÃO	15.000 ha
GRÃOS – POTENCIAL DE PRODUÇÃO	400.000 ha

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do banco de dados do Governo do Estado do Amapá (SEPLAN) (2017).

De acordo com a Tabela 2, a área de produção florestal do Amapá é de 310.000 ha, sendo o saldo de 676.000 ha. Em grão por produção tem-se 15.000 há, e em grãos em potencial de produção 400.000 ha (59% do saldo de Cerrado). A área de soja no Brasil é de 31,6 milhões de ha, e a potencial participação do Amapá é de 1,3%.

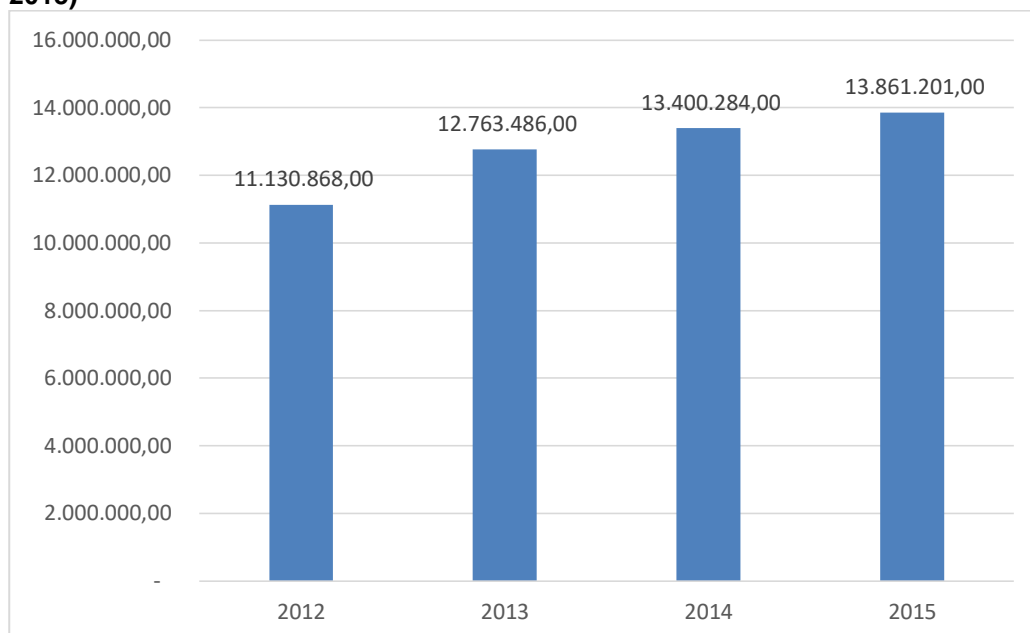
Neste sentido, nota-se que se o processo de avanço da agricultura de grãos no Amapá continua em movimento crescente, o qual vem se desenvolvendo ao longo dos anos. Haverá uma maior ocupação dos 400.000 há, que hoje ainda são ocupados com vegetação natural e o conseqüente aumento da produção de grãos. Esse aumento de produção permitirá com que a verticalização da cadeia produtiva possa ocorrer com produção local.

Menciona-se ainda que, mesmo que ao longo do tempo se ocupe todo o potencial de área de cerrado, estimado em 400.000 ha para produção de grãos, ainda assim o Estado permanecerá com aproximadamente 50% de sua área total de cerrado com vegetação natural, e poderá colher tanto os frutos da exploração produtiva das áreas agricultáveis, quanto manter em seu território, a área substancial de cerrado preservado, cumprindo assim, seu papel para com o meio ambiente.

5.3 EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DO AMAPÁ

Em paralelo ao avanço do agronegócio de grãos no Amapá, também se nota uma evolução constante no PIB, fato que caracteriza o processo de Desenvolvimento Econômico em expansão no Estado, conforme ilustrado no Gráfico 5:

Gráfico 5 – Evolução do Produto Interno Bruto do Amapá em valores correntes (2012-2015)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de informações Estatísticas SIDRA do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola e da Produção Agrícola Municipal (2018).

De acordo com o gráfico apresentado, percebe-se que o Amapá obteve crescimento econômico contínuo em seu Produto Interno Bruto, mesmo considerando a crise econômica que o Brasil enfrentou durante este período. Assim como, o agronegócio foi fator decisivo para que a Balança Comercial Nacional se mantivesse superavitária, também, no Amapá, esse fato contribuiu para o incremento econômico e movimentação da matriz econômica do Estado, alcançando desde a produção de 50 mil toneladas, em sua primeira carga de grãos exportada, quanto também a injeção na economia com a contratação de serviços relacionados: a logística de transporte e o custeio da produção de soja realizada.

No gráfico 5 é indicado que, em 2012, o Amapá teve um valor total de R\$ 11.130.868,00 reais de Produto Interno Bruto em valores correntes, aumentando para R\$ 12.763.486,00 em 2013, R\$ 13.400.284,00 em 2014 e, R\$ 13.861.201,00 em 2015.

Os dados de 2016 ainda não estão disponíveis, mas pela tendência apresentada, observa-se que o PIB do Estado continuou mostrando desempenho favorável e crescente, mesmo considerando o acirramento da crise econômica, enfrentada pelo país.

A contradição apresentada se estabelece em função de que, mesmo com o país em grave crise econômica, o agronegócio brasileiro mantém seu crescimento e representatividade no PIB e, principalmente, no Amapá, apesar de alguns desafios, está em expansão tanto em área plantada, quanto em ganhos de produtividade.

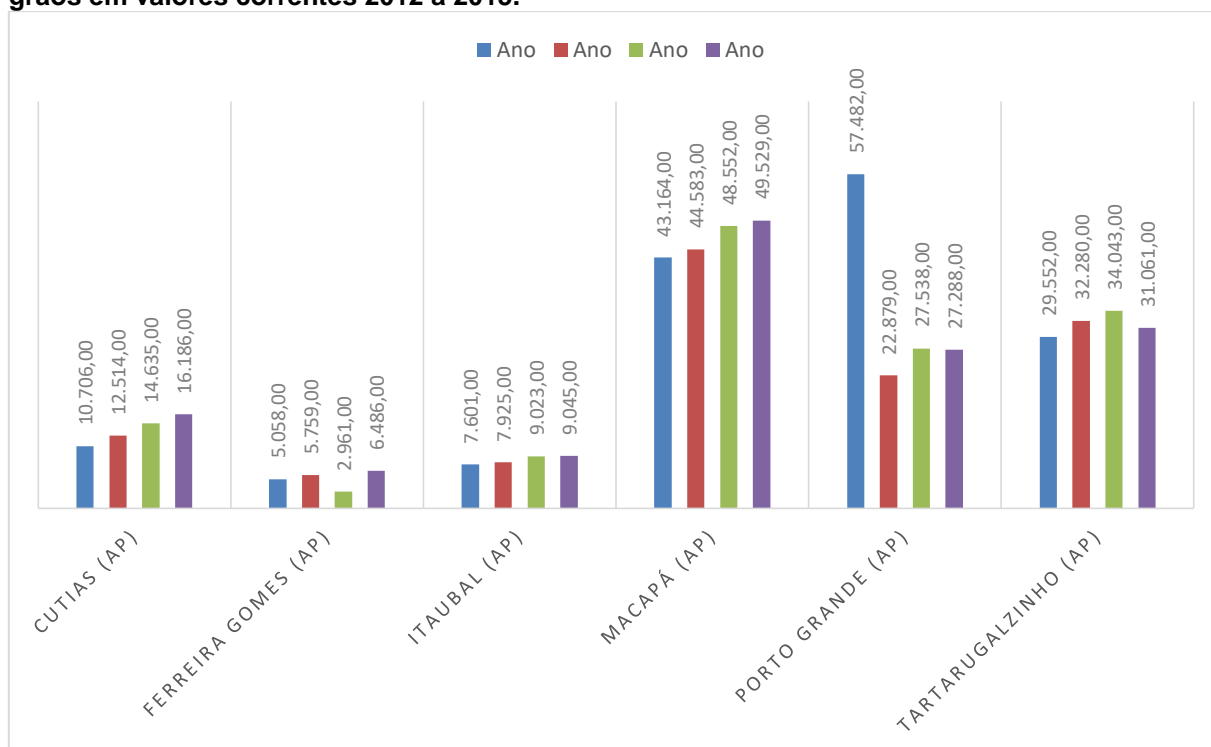
A variação no PIB do Estado demonstra que, de 2012 para 2013, obteve-se uma evolução de 12%, sendo que, de 2013 a 2014, ficou em 4,7% e, de 2014 a 2015, apresentou variação positiva de 3,3%. Considera-se que, apesar da desaceleração do país e forte crise econômica, mesmo com indicadores mais tímidos, o Produto Interno Bruto do Amapá, em valores correntes, continuou crescente.

Também se destaca que, as transferências de recursos federais são fatores determinantes para a produção de riquezas, medidas pelo PIB do Estado. Apesar de ainda não ser a maior atividade econômica em volumes de valor agregado, neste período, o agronegócio de grãos já impulsionou atividades correlatas como a logística de transporte e o comércio de insumos para produção, fato que também ratifica o incremento na economia do Amapá.

Os indicadores do Produto Interno Bruto dos municípios produtores de grãos no Estado, também evidenciam essa variação positiva, da inclusão dos grãos como cultura e atividade econômica nos referidos municípios, como mostrado no Gráfico 6, onde é evidenciada a variação positiva quanto ao Produto Interno Bruto do setor agropecuário dos municípios, que estão avançando na produção de grãos no Amapá. Nota-se, a evolução do PIB do município de Cutias, que salta de R\$ 10.706,00 em 2012, para R\$ 16.186,00 em 2015 e, seguindo a mesma tendência, manterá crescimento em 2016.

No que tange ao município de Ferreira Gomes, este salta de R\$ 5.058,00 em 2012, para 6.486,00 em 2015. No caso de Itaubal, temos, em 2012, um valor de R\$ 7.601,00 para 9.045,00 em 2015, e previsão de crescimento em 2016. Macapá salta de R\$ 43.164,00 em 2012, para R\$ 49.529,00 em 2015. Porto Grande tem uma queda de R\$ 57.482,00 em 2012, para 27.288,00 em 2015, provavelmente, por conta de problemas relacionados à emissão de licenças para a produção.

Gráfico 6 – Evolução do Produto Interno Bruto agropecuário dos municípios produtores de grãos em valores correntes 2012 a 2015.

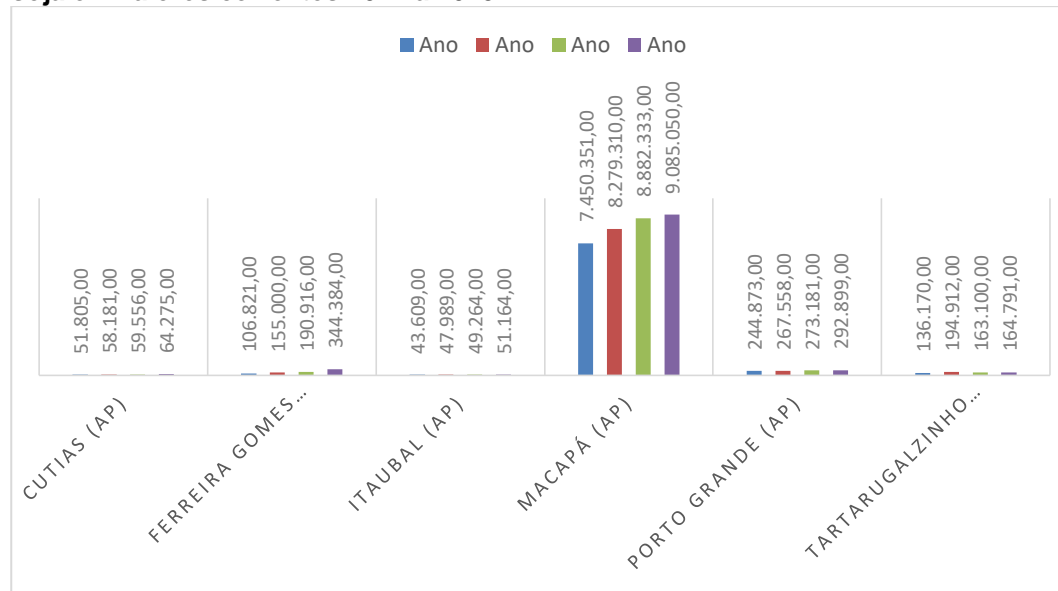


Fonte: Elaborado pelo autor (2018), a partir do banco de informações Estatísticas SIDRA do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola e da Produção Agrícola Municipal, 2018.

O município de Tartarugalzinho sai de R\$ 29.552,00 em 2012, para R\$ 31.061,00 em 2015, com tendência de crescimento em 2016. Com exceção de Porto Grande, que teve desaceleração e diminuição por problemas estruturais, todos os outros municípios produtores de grãos tiveram expansão em seu PIB agropecuário, e isso evidencia a contribuição do setor para o crescimento econômico do Estado e expansão do agronegócio, mesmo considerando que, em valores absolutos, comparados ao restante do Brasil, o Amapá ainda tem muito caminho pela frente para expandir seus resultados econômicos, oriundos da produção de grãos.

Quando se avalia a evolução do PIB em valores correntes, ou seja, aquilo que se produz e comercializa no mesmo ano dos municípios onde ocorre a produção de grãos, nota-se que o crescimento, apesar de ainda tímido, ocorre e, o incremento econômico, oriundo da atividade, faz com que o desenvolvimento econômico das regiões produtoras ocorra, conforme ilustrado no Gráfico 7:

Gráfico 7 – Evolução do Produto Interno Bruto dos municípios produtores de grãos de soja em valores correntes 2012 a 2015.



Fonte: Elaborado pelo autor (2018), a partir do banco de informações Estatísticas SIDRA do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola e da Produção Agrícola Municipal, 2018.

A análise do Gráfico 7 aponta claramente que, o crescimento econômico das regiões, onde está ocorrendo a produção de grãos, ocorre, elevando os valores de produção de riquezas dos municípios mencionados. No caso de Cutias, a elevação parte de R\$ 51.805,00 em 2012, R\$ 58.181,00 em 2013, R\$ 59.556,00 em 2014 e R\$ 64.275,00 em 2015, com tendência de crescimento. No que concerne a Ferreira Gomes, tem-se o valor de R\$ 106.821,00 em 2013, R\$ 155.000,00 em 2014, R\$ 190.916,00 e R\$ 344.384,00, em 2015, com crescimento previsto também. O município de Itaubal parte de R\$ 43.609,00 em 2012, R\$ 47.989,00 em 2013, R\$ 49.264,00 em 2014, e R\$ 51.164,00 em 2015.

No caso de Macapá, o município alavanca os resultados, partindo de R\$ 7.450.551,00 em 2012, R\$ 8.279.310,00 em 2013, R\$ 8.882.333,00 em 2014 e, R\$ 9.085.050,00 em 2015, tendendo a crescer ainda mais. Porto Grande parte de R\$ 244.873,00 em 2012, R\$ 267.558,00 em 2013, R\$ 273.181,00 em 2014 e R\$ 292.899,00 em 2015 e, tem-se Tartarugalzinho que, em 2012 apresenta R\$ 136.170,00, em 2013 R\$ 194.912,00, em 2014 R\$ 163.100,00 e 2015 com 164.791,00, em valores correntes do Produto Interno Bruto.

Todos os municípios tiveram elevação em seu PIB e, logicamente, que entendendo a configuração da economia do Estado, que é fortemente dependente de transferências federais de recursos, fator que impacta diretamente no cálculo do PIB estadual, tem-se que, a tendência é uma maior participação ano a ano do

agronegócio na composição econômica do Amapá como um todo e, principalmente, dos municípios onde ocorre a produção de soja como, por exemplo, Macapá e Itaúbal, municípios onde a cultura da soja vem recebendo investimentos em sua viabilização.

Considerando os desafios que o setor do agronegócio de grãos tem enfrentado, conforme será detalhado nas falas dos entrevistados pela pesquisa, a contribuição do agronegócio para o Desenvolvimento Econômico do Amapá já vem ocorrendo ao passo que tais desafios vêm sendo superados, bem como produção de grãos vem aumentando. Isso torna possível a ampliação em variações ainda maiores do PIB estadual e, ainda, a viabilização de atividades econômicas dependentes de insumos do agronegócio. Estes efeitos poderão ser notados na economia do Amapá, conforme a evolução da produção, exportação e processamento dos grãos no Estado.

Os dados analisados em relação ao PIB do Estado e dos municípios foi realizado conforme informações disponíveis pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. As informações referentes ao ano de 2016 ainda serão publicadas por meio dos canais de acesso a informação da Instituição. Após esclarecido alguns detalhes sobre a evolução do Produto Interno Bruto do Estado, a seguir, têm-se a análise dos dados dos resultados da pesquisa que corroborarão com as perspectivas para o Desenvolvimento Econômico do Amapá a partir da expansão da produção de grãos no Estado.

5.4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS DA PESQUISA

A pesquisa identificou, durante as entrevistas, que os entrevistados possuem pensamentos antagônicos, mas que caminham para expectativa de desenvolvimento do agronegócio no Amapá. Acredita-se que isso ocorra devido ao posicionamento que cada um encontra-se na sociedade. De um lado têm-se o representante da Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amapá (Agência Amapá) de outro, a Associação de Produtores de Soja e Milho do Amapá (APROSOJA) e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Na primeira pergunta, questionou-se de que forma o Estado do Amapá pode proporcionar o desenvolvimento econômico, a partir da expansão do agronegócio de grãos?

De acordo com o Entrevistado 1, que representa a Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amapá, o agronegócio tem se mostrado pujante e, tem se posicionado como um dos mais importantes no mercado mundial, além de ser o principal setor de sustentação da economia nos últimos anos de crise. Segundo ele, a economia no Amapá cresce exponencialmente:

O agronegócio brasileiro representa 23,8% do PIB (Produto Interno Bruto), empregando 37% de toda a mão de obra nacional, ocupando pessoas não somente no campo, mas, sobretudo, nas cidades.

No Amapá, em três anos, o PIB do setor agropecuário cresceu 25% e, levando em consideração as atividades do agronegócio que alcançam os serviços e a indústria, estima-se 9% do geral. Neste sentido, a empregabilidade começa a sentir esses efeitos sensíveis e as instituições de ensino buscam atender a demanda emergente de qualificação de pessoas, para o posicionamento no mercado de trabalho.

Dados da Aprosoja confirmam que a área plantada com grãos passou de 2,4 mil hectares em 2012 para, aproximadamente, 20 mil hectares em 2017. A produção, que era menos de 8 mil toneladas há três anos, fechou 2017 com 50 mil toneladas, injetando cerca de R\$ 60 milhões na economia local. Entre 2012 e 2016 o agronegócio da soja atraiu cerca de 100 empresas para o Amapá e gerou cerca de 1.200 empregos, em toda a cadeia produtiva.

Portanto, a soja é um dos produtos mais competitivos do Brasil; a produção no Amapá teve o maior crescimento dentre os estados, mas o volume ainda é baixo e indica potencial. O Amapá é melhor localizado do que estados produtores vizinhos (PA, MT, GO, TO), tanto para receber insumos importados quanto para escoar a produção.

Soma-se a esse contexto a saída do Amapá e do Brasil da zona de risco da febre aftosa, abrindo novos mercados para os produtos amapaenses, sobretudo à cultura bubalina e seus derivados, atraindo investimentos e aprimorando a produção local gerando a abertura de novos negócios e, conseqüentemente, mais oportunidades no mercado de trabalho (E1).

Destaca-se que o entrevistado 1, representante do órgão oficial de políticas de Desenvolvimento Econômico do Estado acrescenta ainda, o incremento de aproximadamente R\$ 60 milhões na economia local fruto de operações para produção e exportação dos grãos e que são muitas as vantagens que podem advir deste processo, por exemplo: a viabilização de segmentos correlatos ao plantio e beneficiamento de grãos, como a piscicultura, avicultura, suinocultura e pecuária.

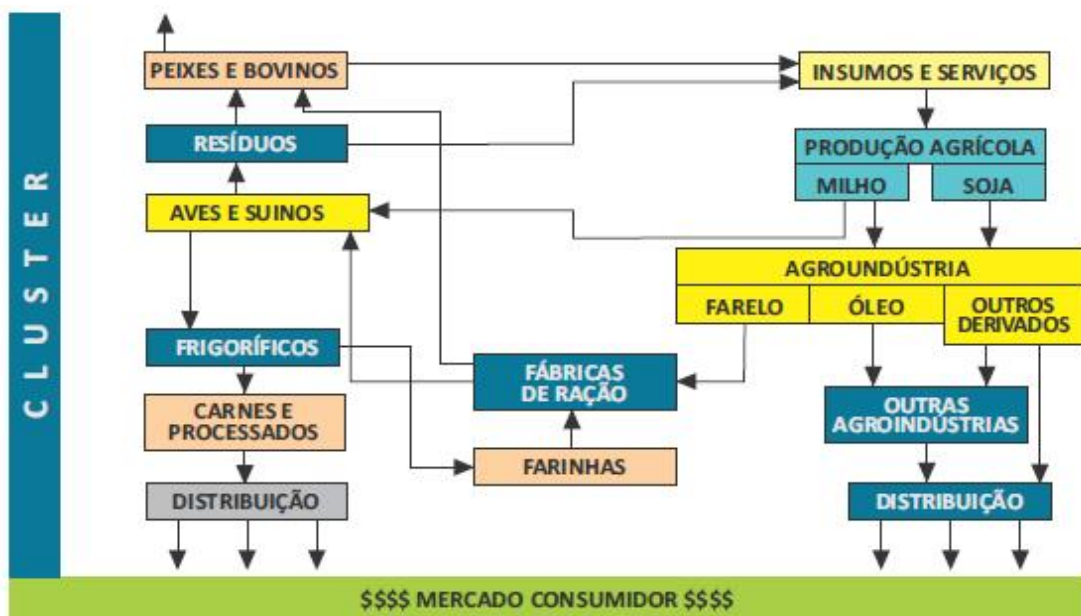
O participante E1 ainda ressalta a importância do agronegócio na geração de emprego no estado do Amapá, destacando que a maior parte do recurso, proveniente da exportação da soja, foi aplicada no mercado local, com a contratação de empresas e mão de obra qualificada para o segmento do

agronegócio, conseqüentemente, as escolas e faculdades foram se estruturando para atender a demanda do mercado de trabalho.

Mesmo com a produção ainda pequena, já são notados efeitos da expansão da produção de grãos no Estado, como a aplicação dos recursos em compra de insumos em revendedores locais, contratação de serviços logísticos locais, mão obra local, e a abertura de novas vagas para cursos de formação técnica e superior, seja nas universidades ou Instituto Federal de Educação, que já preparam mão de obra para a oferta de serviço ao setor agrícola.

E, expôs uma ilustração que apresenta os elos entre a produção agrícola e sua verticalização na cadeia produtiva do agronegócio para evidenciar o que está afirmando, conforme pode ser constatado no Esquema 2.

Esquema 2 - Integração entre sistemas agroindustriais de milho e soja.



Fonte: Guia do Investidor do Amapá, Agência Amapá (2015).

Em contrapartida, o entrevistado 2, representando a Comissão Pastoral da Terra, narrou que o agronegócio é bastante concentrador por natureza, embora seja permitido por lei, ao mesmo tempo não parece, devido às questões de concentração fundiária.

O agronegócio primeiro recebe mais dinheiro que a agricultura familiar. Em 2017, a verba que o governo deu para o agronegócio, foi sete vezes maior do que a verba para a agricultura familiar. Então, é lógico que ele produz, assim, em termos quantitativos e até como dizer científicos, até mais que a agricultura familiar, mas ele o faz em áreas bastantes grandes e sim, esse IDH não leva em conta, por exemplo: a toxidade dos elementos que são

usados para que essa planta, esse grão, esse produto seja realmente desenvolvido, e não leva em conta os índices de câncer presentes naquelas regiões, que no caso o centro-oeste é a região que apresenta o maior índice de câncer por morador.

Então, isso tem que ser levado em conta, ou seja, um IDH que mostra uma produtividade grande, mas ao mesmo tempo concentrada nas mãos de poucos e o prejuízo ambiental para os rios e igarapés, para a natureza em geral e para a humanidade, no sentido de doenças.

Evasões para a cidade, porque claro que se naquela área, que era ocupada por vinte famílias, agora é ocupada por um único produtor. Significa que dezenove famílias foram deslocadas para outro lugar, geralmente para a periferia da cidade então, esses IDHs me mostra a produtividade, mas não me mostra um efetivo retorno para a sociedade inteira (E2).

Segundo o entrevistado 2, o governo tem repassado verbas para o desenvolvimento, o que ocorre é que ele tem esquecido a agricultura familiar, pois não é de seu interesse. O IDH não relata a realidade de fato, muitos problemas ficam ocultos. Para ele, o agronegócio provoca a expulsão dos povos, a precarização das relações de trabalho, a rotatividade no emprego e a flexibilização de direitos.

De acordo com o entrevistado 3, que representa a Associação dos Produtores de Milho e Soja do Estado do Amapá, mostra-se insatisfeito com Estado e afirma que:

O Estado não atrapalhando já é um grande favor, a questão é que o pouco que o Estado precisa fazer que é o mais, a regularização das terras, já se passaram tantos anos desde a criação do Amapá. A expansão ela vai vir através do agronegócio porque é um setor que gera riqueza, não existe no desenvolvimento econômico sem criação de divisas. Esse é o ponto principal.

A expansão do agronegócio acontece de maneira mais horizontal, do que a mineração, que o Amapá já experimentou, a mineração é concentrada, uma, duas empresas. Enquanto, a agricultura são dezenas vão ser centenas de produtores, quando a gente atingir a plenitude, se nós extrapolarmos essa cultura, além da soja, chega a milhares de produtores quando incorporar produções de aves, suínos que vai gerar em torno dessa cadeia (E3).

Diante do que foi exposto pelos entrevistados, existem aspectos ligados, principalmente, ao ordenamento da ocupação e evolução da agricultura, que merecem ser encaminhados por políticas públicas mais efetivas. É evidente pela percepção dos três respondentes, que a questão fundiária e de regulamentação de terras tem influenciado de forma decisiva o surgimento de disputas no campo, má aplicação de recursos, tanto no fomento à agricultura de escala quanto na agricultura familiar, fato que permanecendo, vai comprometer a viabilidade de

produção em ambos os segmentos representados, e quem perde na essência, é a economia do Amapá.

Outro aspecto que foi questionado foi sobre quais as decisões importantes para potencializar os efeitos da expansão do agronegócio de grãos para o Amapá.

O entrevistado 1 destacou, para a expansão da produção de grãos:

Dentre as vantagens competitivas: grandes virtudes edafoclimáticas, inclusive com perspectiva de duas safras por ano; baixo custo de implantação dos projetos; alto nível de competitividade logística; significativo ganho econômico para o Estado; altíssimo ganho social local e regional; baixíssimo impacto ambiental; conflitos fundiários relativamente reduzidos; e estrutura cooperativista (E1).

Sobre a cadeia produtiva de alimentos e as ações de apoio do governo estadual, uma dessas ações foi a instalação da Câmara Setorial de Produção de Alimentos e sua importância.

Para impulsionar e estruturar o fortalecimento dessa cadeia produtiva, o Governo do Estado instituiu a Câmara Setorial de Produção de Alimentos composta por 32 instituições públicas e privadas do setor produtivo.

A Câmara Setorial tem o governador como presidente. Constitui-se de um fórum composto por entidades representativas dos elos das cadeias produtivas, que tem por finalidade propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades dos segmentos produtores de alimentos, além de servir como órgão consultivo do governo. Com o funcionamento da Câmara Setorial espera-se: melhor estruturação dos diferentes elos das cadeias produtivas; promover o diálogo organizado entre o setor privado e o setor público; o aprimoramento das políticas públicas e dos serviços voltados aos setores de produção de alimentos; a solução de conflitos por meio da negociação, dentre outras ações.

O entrevistado 1 explicou que a Câmara atua em três eixos principais: a produção de alimentos e grãos, a produção pesqueira e a pecuária, por meio de reuniões mensais visando destravar gargalos e implementar ações na busca pelo desenvolvimento: “Dentre os propósitos da Câmara, que funciona como um Fórum, está a verticalização da produção de grãos, frutas, pescado, pecuária, suinocultura, avicultura, dentre outros segmentos econômicos” (E1).

A Câmara conta com um Plano de Ação aprovado por seus conselheiros, inicialmente, voltado para a produção de grãos, sendo que as ações prioritárias, que

estão sendo implementadas, dizem respeito à regularização fundiária das áreas agrícolas do Estado; implantação de instrumentos ágeis e legalmente adequados, de emissão das licenças ambientais para implantação de projetos, e a conclusão do Trabalho de Zoneamento Agrícola do Amapá.

O Plano conta com outras ações como a implantação de um programa de atração de investimentos para obtenção de negócios para o Estado, de empresas ligadas ao setor, tanto de fornecedores de máquinas e equipamentos, quanto indústrias e exportadores; “também estamos priorizando a modernização da Legislação Tributária e Fiscal do Estado, criação de programa de certificação socioambiental internacional para a produção local e outros” (E1).

Porém, sabe-se que a pauta da Câmara Setorial não se restringe apenas aos grãos, pois ela é composta por representantes de instituições voltadas para o setor produtivo, com essa vertente da produção de alimentos como a cadeia da pesca, tanto a artesanal quanto a industrial, a aquicultura, assim como o segmento de polpas de frutas.

Com a integração dessas entidades, tenho certeza que todos focarão seu planejamento com esse propósito, priorizando as questões técnicas, sem vaidades, deixando as questões políticas de lado, vislumbrando um projeto de estado e não de governo e com isso gerar emprego e renda pensando nas gerações atuais e futuras, pois é isso que o Amapá está precisando, ou seja, sair da economia do contracheque e criar as condições necessárias para que a iniciativa privada, de fato, alavanque a economia do Estado.

O entrevistado ressalta o desdobramento do agronegócio, beneficiando a cadeia alimentar: com a expansão da soja e de milhões, irá superar um dos principais gargalos que dificultam a produção de alimentos no Amapá que é a produção de ração; com ela estão sendo criadas as condições para alavancarmos a suinocultura, avicultura e piscicultura, bovinocultura, bubalina cultura, dentre outros segmentos,

E tudo cria um ambiente ainda mais propício para a verticalização dessa produção aqui no Amapá. O próprio sistema capitalista preconiza isso, ou seja, cria as condições para o fortalecimento do mercado com a inserção de outras cadeias produtivas, que se complementam e a rede de negócios toda se retroalimenta (E1).

Assim, verifica-se que uma das preocupações da equipe técnica econômica do governo amapaense é com referência ao desbravamento dos principais gargalos.

Também, essas questões dos marcos regulatórios estão sendo trabalhadas pelos órgãos do governo, como a nova lei das terras, já sancionada pelo governador, que trata do ordenamento territorial, cujos procedimentos para a regulamentação fundiária serão divulgados para a sociedade até o final do mês de março, do corrente ano. É uma legislação moderna e alinhada com uma legislação recente sancionada pela Presidência da República sobre regulamentação fundiária na Amazônia que foi intensamente debatida com a sociedade e com os órgãos de controle (E1).

Acrescentou ainda que, quanto ao licenciamento ambiental, o IMAP está trabalhando na proposta de uma nova legislação que modernize as ações e crie uma segurança jurídica para os empreendedores e sociedade. É importante considerar as disparidades de distribuição de terra, da regularização fundiária, a parte estrutural, a dignidade da pessoa humana. Pode-se constatar essa situação, na fala dos entrevistados 2 e 3.

Em 2015, se não estou enganado, no próprio SEBRAE aqui, [...] o diretor-presidente do IMAP disse que seriam dadas, através da reforma agrária, 400.00 hectares para o agronegócio. Eu não vejo que o agronegócio precise de tudo isso para se desenvolver. Eu não quero fazer comparações absurdas, mas, por exemplo: lá no meu país, lá na Itália, o agricultor tanto é bom, quando ele produz muita coisa, num terreno sempre menor! Aqui, não aqui, cara, para produzir um monte de soja, tem que ter extensões enormes de terras, onde ele planta sempre mais o volume de terras, onde ele planta, ou está plantando que inclusive, são terras públicas, ou seja, não tituladas, não de propriedade da pessoa que está plantando.

No entanto, ele está fazendo isso com o favor do Estado, que dá o licenciamento em área federal, que dá licenciamento sem ter antes feito um estudo do ambiente em si, enfim, então, um agronegócio sério, ele não, pelo exemplo que tenho em minha terra, até bastante limitada e lá tem uma produção sempre maior!

Outro aspecto, que tem que ser levado em conta é que, atualmente, não tem nenhum controle sobre os agrotóxicos, sobre os elementos que são usados para o desenvolvimento da cultura da soja, das outras plantas que compõem o agronegócio, realmente seja algo que desenvolve, não só a parte material, mas também a parte estrutural, a parte, é.... vamos dizer, social e humana da pessoa (E2).

O entrevistado 2 é enfático ao afirmar que, existem problemas quanto ao tratamento dispensado aos agricultores familiares e aos produtores de soja. Aponta que não há necessidade de extensas dimensões territoriais para poder se desenvolver um agronegócio sério, e que o modelo aplicado no Amapá se replica no Brasil e não promove o desenvolvimento defendido pelos produtores de grãos.

Menciona ainda que, pode-se levar em conta exemplos como os de outras nações, nas quais se produz bastante, prezando pela produtividade e não pela ampliação das áreas plantadas que, segundo ele, é o caso da soja. Semelhante, inclusive, ao que pensa o entrevistado 3, que afirma a necessidade de realização da regularização fundiária para que se tenha segurança para produzir os grãos.

Os dois entrevistados, resguardadas as defesas das categorias que representam, apontam a regularização das terras, como o caminho mais adequado para dar definição ao processo em questão, como descrito a seguir, na fala do entrevistado representante dos produtores de grãos.

O ponto principal, como já dito, é regularização fundiária, fazer ela sair do papel, e do plano e desse jogo de burocracia, cria lei, faz decreto, é ir para prática.

Depois existem vários pontos, e então podemos discorrer, alguns o Amapá já tem cumprido, pois o Estado já cria condições, a questão da SUFRAMA, da Zona Franca.

No entanto, o Amapá precisa estabelecer uma política clara de como esses benefícios fiscais e tributários podem chegar, principalmente, nessa agroindústria que vai se basear na produção primária. Nenhuma grande indústria vai se estabelecer no Amapá, se houver alguma dúvida quanto à garantia de matéria prima, e segundo, se houver alguma insegurança política, institucional, tributária, fiscal. E, apoiar com infraestrutura, o resto a questão financeira, empresarial capacidade técnica, conhecimento, isso tudo já existe (E3).

Para o entrevistado 2, o agronegócio procura manter o controle sobre as políticas e sobre o território, conservando assim, um amplo espaço político de dominação. No sentido da regularização fundiária, esta fica à mercê do Estado. Terras sem títulos sendo usadas em benefício dos poderosos. Enquanto que a reforma agrária fica só no papel. Já o entrevistado 3 se posiciona a favor dos benefícios fiscais chegarem na agroindústria, que investe no setor primário, para que as grandes indústrias possam encontrar no estado do Amapá, uma garantia de segurança política, institucional, tributária e fiscal.

Também, é importante trazer a questão sobre as condições de financiamento adequadas a necessidade do setor. A esse respeito, os entrevistados responderam:

Entendemos que atualmente sim. Só o BASA, por meio do FNO, cujas taxas de juros são muito atraentes, disponibiliza, anualmente, cerca de 120 a 130 milhões de reais para financiar a implantação e ampliação de negócios no Amapá.

No entanto, apenas entre 10% a 20% desses recursos são, efetivamente, acessados. Os principais gargalos que obstaculizam a concessão do financiamento residem na comprovação das garantias, que passa pela

regularização fundiária do imóvel e o licenciamento ambiental do empreendimento (E1).

O entrevistado da CPT (E2) preferiu não comentar. Por outro lado, o E3 afirma que,

Sim, hoje as condições de financiamento estão adequadas às condições do setor, os recursos são mais oriundos de recursos próprios, empresas privadas depois os bancos, mesmo sem a regularização fundiária, porém mais, no custeio das lavouras. O custeio para o empresário é como se fosse um capital de giro. Ele é anual, planto, vendo e pago o custeio. O que se precisa é investimento, recurso de investimento que são os de maiores valores; valores altos, por exemplo, uma lavoura de 1.000 hectares ela para plantar ela vai demandar de custeio mais ou menos R\$ 2.000.000,00 de investimentos e ele precisa de R\$ 7.000.000,00, e esses investimentos não existem geração de caixa a gente precisa de prazos. Há várias fontes, mas a questão é os prazos e a segurança de tudo isso, pois um banco, por mais que você tenha outras garantias, mas se financia algo que não se tem o documento o banco vê como risco, no caso o privado principalmente (E3).

Novamente, pode-se constatar que existem políticas de financiamento para o agronegócio, mas estão retidas pelos financiadores, uma vez que, para conseguí-las, perpassa pela questão da regularização das terras, da tão almejada regularização fundiária.

O acesso às linhas de financiamento existentes, sejam do FNO ou do FRAP, tanto para o custeio e/ou investimento na produção de grãos, quanto no caso do FRAP, para atividades de menor porte, mais que se sustentam com insumos da agricultura de escala, é condição fundamental para que o desenvolvimento econômico seja mais efetivo no Amapá, em função da produção agrícola de soja e demais grãos. O Estado tem papel fundamental no processo de efetivação da regularização fundiária, tanto para baratear o custo de legalização das terras, quanto para que os produtores possam ofertar garantias reais e assim atender a um dos requisitos exigidos pelo FNO.

Neste tocante, tem-se que, caso não haja a viabilização da oferta de garantias reais, o acesso à fonte de financiamento da produção, com juros mais competitivos, ficará comprometido, assim como o obstáculo ao avanço do setor produtivo agrícola, cada vez mais intransponível, pela necessidade de altos investimentos e pelas dificuldades em financiar a produção com recursos próprios.

Com intuito de saber se a estrutura portuária está adequada à quantidade produzida e demanda do setor, já que a questão da logística no agronegócio é de

fundamental importância, devido o escoamento da produção.

Em relação à estrutura portuária, destacamos a implantação do complexo Cianport, *joint-venture* das empresas Aprosoja e Fiagril, que atuam no Mato Grosso, e optaram pelo Amapá, como ponto de transbordo da sua produção, abandonando as caras rotas para os portos do sul-sudeste brasileiro. Já se encontram em operação três silos no Porto de Santana, com capacidade superior a 50 mil toneladas, além da unidade industrial de beneficiamento de grãos, a ser implantada na ilha Santana. A chegada deste empreendimento estimulou, decisivamente, investimentos no setor.

Em relação à logística, estudos recentes comprovam que a exportação da soja pelo Porto de Santana até Roterdã, na Holanda, o frete custa cerca de US\$ 75/ton, enquanto partindo do Paraná, via Porto de Paranaguá, o frete para o mesmo trecho importa em US\$ 125/ton. Já em relação a Mato Grosso, com a mesma logística do Paraná, o custo do frete corresponde a US\$ 185/ton.

Nesta perspectiva, com a expansão gradual da produção local, somada ao grande volume de exportação da produção de grãos, que advirá de Mato Grosso, via rodoviária, até o Porto de Miritituba, no estado do Pará, onde sofrerá transbordo via barcaças para ser exportada, via Porto de Santana, cuja estrutura atual não comportará toda essa expansão. Dessa forma, começam a surgir no estado, a perspectiva de implantação de Terminais de Usos Privados, caso do TUP da Cianport já em operação (E1).

O membro da CPT (E2) disse que não possui informações necessárias. Todavia, E3 relata que,

Hoje a estrutura portuária existe e atende a produção atual, mas precisa de melhorias importantes. Principalmente, na recepção terrestre. Na verdade, foi dimensionada para receber soja de balsa, embarcar no navio e só fazer a movimentação sobre a água.

O caminhão que chega aqui com a soja foi feito uma moega, muito pequena, pois hoje, com a produção que se tem, já causa fila para embarcar. Então precisa de melhorias importantes, principalmente, na parte de recepção terrestre a parte de recepção de caminhão a estrutura portuária foi uma gambiarra, toda projeção foi feita para embarcar a soja no navio, para fazer a movimentação sobre as águas, aqui o caminhão que chega com a soja no Amapá foi feito uma moega, uma estrutura pequena para receber a soja do Amapá, temos problemas para desembarcar a soja, já causa fila. Então, precisa-se sim de melhoria.

Quando a gente chegar nos próximos anos em 100.000,00 mil hectares essa estrutura não vai conseguir recepcionar toda essa soja produzida aqui (E3).

Em se tratando da logística do agronegócio de grãos, esta, configura-se como um dos fatores de fundamental importância, para que o setor exerça seu papel de indutor da economia do Estado, pois quanto mais efetiva for a logística de produção e distribuição da soja produzida no Amapá, mais especializada deve ser a mão de obra necessária e os investimentos em equipamentos, para operacionalizar o

processo. Neste sentido, maiores serão os impactos sobre a economia local e a inserção do Estado, como produtor em escala de soja, no mercado mundial.

É importante, que se invista, continuamente, na melhoria da estrutura logística e portuária, mas sobretudo, na ampliação do Porto de Santana em função da demanda de produção, não só proveniente dos campos amapaenses, mas também das cargas de grãos oriundas do Centro Sul do país, que fazem o transbordo no Docas de Santana. A logística tem papel fundamental para a viabilidade econômica e financeira do agronegócio no Amapá, tanto para a exportação da produção que hoje já existe, quanto para a exportação de produtos com maior valor agregado, que possam ser produzidos com a ampliação da produção de grãos, em solo de cerrado amapaense.

Assim, questionou-se sobre a expansão da estrutura e operação portuária em razão do agronegócio de grãos.

O Porto de Santana (Cia Docas de Santana) foi inserido numa agenda do Governo Federal para ampliação e modernização de suas instalações, por meio da estratégia de implantação de uma Parceria Público Privada. Edital com essa finalidade foi lançado recentemente. Como relatado anteriormente, novos empreendedores têm buscado o Amapá com áreas já adquiridas para implantação de novos portos (E1).

O membro da CPT (E2) disse que não possui essas informações. Já para o E3,

E, existem outros projetos em curso, como da Caramuru que não contempla a recepção terrestre. Então, nos vemos existem possibilidades de expansão dessa estrutura portuária principalmente por outras empresas, mas não essas que está instalada, mas isso não vai ser focado na produção local.

A produção, ela quando chegar na sua plenitude, a produção do Amapá, ela vai ser suficiente para movimentar essa estrutura que já existe ali, então, novos investimentos nessa área, eles vão enxergar a produção vinda do centro oeste, por essa rota rodovia por essa logística BR163, Rodovia Tapajós, Amazonas. A estrutura, ela foi pensada para transbordo e não para a produção local e com o começo da produção local foi feita uma adaptação para receber essa soja. Essa adaptação ela já está já é um ponto de estrangulamento para a produção que a gente tem hoje.

Outro problema dessa estrutura é que ela nunca chegou a operar, ela foi feita para movimentar novecentas mil toneladas, com soja vinda de Mato Grosso, que vai vim de caminhão até Itaituba e vim de balsa para cá, nunca veio a operar, nunca veio nenhuma balsa dessa estrutura graneleira. O que a gente esperava ter um navio ou dois três, saíram um do porto.

A que estava falando era a da Cianorte, então montaram outra a Caramuru, ela trabalha com farelo e não grão, e nessa lógica chega balsa descarrega e embarca o navio e então não tem uma operação de resto.

Essa opera de transbordo ou de farelo, ela gera divisa para o Estado, mas muito pouco se a gente fosse produzir esse grão aqui, para você ter uma ideia uma operação portuária aqui é caríssima se a gente colocar em torno

de \$ 20 dólares a tonelada e se vier 900 toneladas como no enunciado são 18 milhões de dólares, hoje são 13,70, são 66 milhões de reais, só essa soja que a gente produz aqui, hoje vinte mil hectares, já gera esse 66 milhões de reais.

Então, se a gente produzisse 900 toneladas, isso seria um bilhão de reais na economia do estado, então nós estamos falando de gerar 60 milhões se a gente só fazer o transbordo, é o que o porto vai, é a receita que vai até o porto, 70 milhões quanto um bilhão se a gente produzisse aqui, então a diferença é monstruosa.

Logo, gera divisa, mas não é nada que vai fazer grandes diferenças para o estado do Amapá, em termos econômicos, agora isso viabiliza muitos negócios. Inclusive a produção local, essa geração de riqueza de um bilhão vai fazer um impacto muito grande.

Da estrutura que existe hoje de silos, grãos, temos 54 toneladas de grãos e de farelo 30 mil toneladas (E3).

Na sequência, questionou-se se a infraestrutura rodoviária está adequada à demanda de escoamento da produção. O relato que melhor destacou essas percepções, foi proveniente da narrativa do representante da Associação de Produtores de Soja e Milho do Amapá (APROSOJA).

Não, nós temos dois eixos principais que é a BR 210/156, que se sobrepõe um trecho, forma um corredor só, e a outra a AP 70. Mas gente, várias obras que precisam de melhoria, primeiro o anel rodoviário aqui de Macapá/Santana, que vai do trevo da BR 210, do trecho da polícia rodoviária federal até o porto de Santana, essa rodovia não suporta, está muito aquém, precisa de várias adequações, elas são escuras, existem obras na rodovia, não tem acostamento, falta de iluminação, entre outros.

Também o desvio da AP-70 para a rodovia 440, hoje as cargas que vem, têm que passar pelo Curiaú, entrar dentro da Zona Norte, aquele trecho não é adequado para tráfico de cargas, há muito tráfico de pessoas transitando, eles estacionam na rodovia.

Tem outras alternativas, asfaltamento da AP-340, que é o asfaltamento da AP-70, obra importante que precisa ser concluída, a outra é da rodovia 25, também as várias pontes que são de madeiras que precisam ajeitá-las, urgentemente.

O acesso aqui em Macapá/Santana, o anel rodoviário, AP-440, o asfaltamento da 340 e o término AP-70 até Cutias, o desvio do quilometro 50, afastamento no quilometro 25 e, principalmente, as estradas de chão, tem um programa contínuo de manutenção de estrada de chão, nós propomos várias parcerias com produtores e Estado, mas nunca conseguimos firmar esses compromissos, a manutenção é importante.

Temos também um regime de chuva muito forte, então nessas épocas se pensa em duas safras uma vai ser colhida na época da chuva, então como trafegar nessas estradas. Precisa-se desse programa contínuo, isso é muito barato (E3).

No tocante à expansão da malha rodoviária para o transporte, percebe-se que o Estado tem que propiciar esta condição, mas é necessário considerar também que, os investidores devem cumprir seu papel de auxiliar na estruturação dos canais rodoviários de distribuição da produção soja para o Porto de Santana ou, num futuro

próximo, para o envio das cargas a serem processadas no Distrito Industrial de Macapá-Santana.

Outro aspecto bastante pujante, diz respeito às condições fundiárias, adequadas à segurança jurídica do direito à propriedade, propício para a expansão do agronegócio de grãos. Assim, questionou-se aos atores representativos, quais os principais desafios na questão fundiária.

Uma das preocupações da equipe técnica-econômica do governo amapaense, é com referência ao desbravamento dos principais gargalos. Essas questões dos marcos regulatórios estão sendo trabalhados pelos órgãos do governo, como a nova lei das terras já sancionada pelo governador, que trata do ordenamento territorial, cujos procedimentos para a regulamentação fundiária encontram-se em fase de conclusão. É uma legislação moderna e alinhada com uma legislação recente, sancionada pela Presidência da República, sobre regulamentação fundiária na Amazônia que foi, intensamente, debatida com a sociedade e com os Órgãos de controle. Quanto ao licenciamento ambiental, o IMAP está trabalhando na proposta de uma nova legislação que modernize as ações e crie uma segurança jurídica para os empreendedores e sociedade (E1).

A análise das entrevistas nos leva a consideração de que, há a necessidade de modernização da legislação fundiária do Amapá, principalmente, fazendo com que seja cumprida com celeridade, fato em que, os três entrevistados manifestam posição semelhante, seja na condição de representante do poder público, seja na defesa da agricultura familiar ou na representação dos produtores de grãos. Para o entrevistado da Comissão Pastoral da Terra, é fundamental garantir o direito das comunidades que já ocupavam as áreas de interesse dos produtores de grãos, conforme os relatos seguintes:

Primeiro, tem que fazer o que manda o decreto de reparte de terras: Excluir áreas de quilombolas, áreas de assentamento, áreas de unidade de conservação, e que não estejam de acordo com as unidades de conservação, como está lá no grupo do meio ambiente. E, infelizmente, é isso que a lei diz, então, tem que cumprir! Tem que excluir as áreas de marinha, porque se não fizer isso...

Ah, uma outra coisa, as áreas tituladas, porque o INCRA já emitiu título definitivo, então essa área que já foi titulada, não faz mais parte, ela está na Gleba do Matapi, mas não faz mais parte da União Federal. O dono não é mais a União Federal, então a União Federal, não vai mais repassar esse pedaço de terra para o Estado, evidentemente, porque já foi feita a reforma agrária. Já foi titulada aquela área. Então, essa é a primeira coisa!

Em segundo lugar, tem que definir quem são os autores da reforma agrária, porque para nós da CPT, são os agricultores. Se você quer colocar o agronegócio, como vamos dizer, veículo da reforma agrária, você vai chamar o gaúcho, o paulista porque são eles que detém a técnica, nosso agricultor detém outra técnica, as áreas também são diferentes.

O Estado, ou outros órgãos, como o Terra Legal, como vem no caso, ainda pouco, pode criar lotes dentro das áreas que são de assentamento e pode dá sobreposição, como acabamos vendo e pode haver conflitos!

Então, a situação fundiária, ela é extremamente delicada hoje. Ela não está resolvida em nossos órgãos Estaduais, tipo: IMAP ou até o IEF, que cuida da área, terra. Se acham donos destas áreas, donos de fazerem o que bem entendem, emitindo licenciamento e causando problemas com moradores da região. E já receberam orientação do INCRA! (E2).

Para o entrevistado que representa os produtores de grãos, deve-se cumprir a lei integralmente e, principalmente, dar celeridade ao processo de regularização fundiária das áreas. Relatos semelhantes às menções de que se necessita de celeridade, modernização e cumprimento da lei, no que tange à regularidade das áreas de produção e áreas ocupadas por comunidades, inclusive áreas quilombolas.

A diferença marcante é que, mesmo cobrando a ação do Estado, os entrevistados 2 e 3 discordam quando do direito à propriedade, e que essa celeridade segundo a CPT, só é garantida aos produtores de grãos. Percebe-se, no discurso do representante da APROSOJA, que apesar dos esforços, a burocracia ainda é preponderante, o que ocasiona atrasos na emissão dos títulos, na qual não deveria haver o jogo do “empurra-empurra” entre as instituições que têm por função, garantir a execução célere do processo, conforme menciona o entrevistado 3:

Não, os desafios é cumprir a lei, a lei diz que o cidadão que ocupa de forma mansa e pacífica, produtiva um espaço de terra, ele tem direito de receber o título daquela propriedade, desde que não esteja em conflito com nenhuma área, assentamento, indígena, marinhas.

Há aqui pessoas, produtores, posseiros que estão há 30 anos na terra, e o Estado não consegue titular, não há interesse, pois, isso é serviço para 6 meses. Há o contrário interesse em não titularizar, isso tem um benefício para um sistema político, que está baseado no poder do estado, na dependência da economia estatal e diretamente dos poderes de executivo, legislativo, judiciário e afins, todos os aparatos federais. Um Estado que tem sua economia abastecida, principalmente, pelo FPE e FPM, se tem algum interesse por trás.

A regularização fundiária, ela é a “cortina de fumaça, é uma guerra de sexo dos anjos”, há décadas vem se discutindo de quem são as terras, da união, do Amapá. Não interessa se o produtor está há anos ali, a terra é dele.

Por que uma “cortina de fumaça, é uma guerra de sexo dos anjos”, exemplo Estado do Pará, Rondônia, Mato Grosso, a União intitula, os outros órgãos intitulam e aqui fica numa baboseira, fica nessa história de quem intitula, de 2003 para 2015, entre a transferência das terras e a regulamentarização dessa lei, são doze anos da lei de transferência das terras e a regulamentarização. Não importa quem vai fazer os dois, podem fazer. Essa questão é política.

O desafio é político, pois a titularização das terras representa o principal ponto de desenvolvimento econômico para o Amapá (E3).

Na análise dos discursos, tanto do poder público estadual, quanto dos

produtores rurais de grãos ou mesmo do representante da Comissão Pastoral da Terra, nota-se que a necessidade mais urgente, é efetivar a emissão dos títulos e garantir, a quem é de direito, a posse das terras.

Menciona-se que, se a lei prevê que áreas quilombolas e de comunidades já existentes têm o direito à posse e titularização das terras em suas propriedades, isso deve assegurado pelo braço do Estado. Após esse processo de emissão de títulos e de regularização das terras, a quem for seu real proprietário, cada produtor seja de maior ou de menor porte, cumprindo o que diz a legislação, poderá exercer seu direito de produzir ou manter intactos seus hectares. Sugere-se que, para pequenos produtores, como a legislação prevê em até 4 hectares, pode-se assegurar essa posse com a regularização das terras, mas para aqueles que pretendem comercializar, após o registro efetivo de suas terras, também assegurar o direito de venda ou arrendamento, com a devida segurança jurídica para ambas as partes, se for o caso.

O Estado, como indutor do processo de regularização das terras, não pode em hipótese alguma, conceder tratamento diferenciado em função do porte ou capacidade de investimento de cada produtor. Cumprindo-se a lei, e assegurando o acesso e registro das terras, em nome de seus efetivos proprietários, o Amapá será o maior beneficiado e não grupos com interesses particulares.

Com a regularização das terras, tanto pequenas propriedades poderão melhorar sua produção de agricultura familiar, que são tão essenciais ao consumo como qualquer outra, quanto os produtores de grãos poderão, também, viabilizar o aumento da produção, seja de soja ou de outros grãos. Além disso, poderão se planejar para a exportação, gerar insumos para a agregação de valor no próprio Estado e aumentar a geração de emprego e renda, para a mão de obra local, a partir da cadeia produtiva do agronegócio.

Desta forma, apesar dos desafios existentes, o agronegócio de grãos vem transformando o setor agrícola do Amapá. É o que podemos observar nos seguintes relatos.

A economia do agronegócio está crescendo, exponencialmente, no Amapá. Dados da APROSOJA confirmam que a área plantada com grãos passou de 2,4 mil hectares em 2012, para, aproximadamente, 19 mil hectares em 2017, representando um crescimento de 764% nesse período de 06 anos. A produção, que era de menos de 8 mil toneladas, há três anos, fechou

2017 com 57 mil toneladas, um aumento de 975% no período, atingindo a cifra de R\$ 57 milhões, com um crescimento de 627% em relação a 2012. Destaca-se ainda, que a produtividade (saca/hectare) saltou de 40 sacas em 2012 para 50 sacas em 2017 (crescimento de 25%).

Entre 2016 e 2017 a produção de soja subiu 28,5% no Estado, mas nas exportações o produto dobrou a participação perante o mercado internacional. Segundo números da balança comercial, divulgados pelo Governo Federal, o salto foi de U\$\$ 10,53 milhões para US\$ 22,14 milhões em vendas para o exterior em um ano (E1).

O entrevistado E3 já comentou em outras respostas.

Então, como epicentro das análises, sendo o objetivo geral da pesquisa, indagou-se dos representantes, quais os desafios e as perspectivas para a expansão do agronegócio, a partir da produção de grãos no Estado do Amapá.

Dentre os principais fatores, que estão contribuindo para o *boom* do agronegócio no Amapá, destacamos: a proximidade da produção em relação ao porto da Companhia Docas de Santana e do Terminal de Uso Privado, em implantação pela empresa Cianorte, com infraestrutura de escoamento relativamente adequada; a constituição de toda uma cadeia de fornecimento de elementos básicos para a produção como calcário, fertilizantes e defensivos que permitem a produtividade do solo; a relativa disponibilidade de terras no cerrado amapaense, estimadas pelo Zoneamento Agrícola do Cerrado em aproximadamente 900 mil hectares, dos quais 400 mil têm potencialidade para a produção de grãos; a incipiente, mas crescente, estrutura de secagem e armazenagem disponibilizada pela iniciativa privada, dentre outros fatores.

Entre 2012 e 2016, o agronegócio da soja atraiu cerca de 100 empresas para o Amapá e gerou, aproximadamente, 1.200 empregos. São muitas as vantagens que podem advir deste processo, por exemplo: a viabilização de segmentos correlatos ao plantio e beneficiamento de grãos, como a piscicultura, avicultura e suinocultura, que podem se tornar rentáveis pelo preço das rações (subproduto dos grãos) que tendem a baratear, conforme ilustração abaixo (E1).

As condições geográficas do Estado do Amapá, aliadas à capacidade portuária (tem o porto brasileiro mais próximo do Canal do Panamá, Estados Unidos e Europa) e o baixo preço das terras, quando comparado a outros estados produtores de soja, contribuem para que o Amapá se insira como a “nova fronteira agrícola do Brasil”, acelerando a ocupação de terras pelo agronegócio. Assim, as empresas são atraídas para a região, gerando emprego, contribuindo para o desenvolvimento econômico do Estado.

O plantio de grãos deve promover uma movimentação econômica indireta, de praticamente o mesmo valor da movimentação direta. Equivale dizer que, o Estado do Amapá pode vir a ter, muito rapidamente, uma movimentação econômica 40% superior à atual.

Em relação à geração, apenas de empregos diretos restritos a etapa de cultivo no campo, pode-se evidenciar que a mão de obra existente na zona rural dos municípios, com potencial de produção de grãos, é insuficiente para atender à necessidade dessas novas lavouras. Devemos ter o fenômeno do êxodo urbano. A renda rural média dos trabalhadores nas áreas produtoras de grãos (Itaubal) em 2013 foi de R\$ 1.230,00/mês, sendo que nenhum trabalhador recebeu abaixo de R\$ 850,00/mês. Ou seja, a renda rural deve ser multiplicada 3 ou 4 vezes (E1).

Segundo a representação do poder público, o agronegócio tem condições de acrescentar muito na economia do Estado, e garantir a multiplicação dos efeitos de emprego e renda, a partir de sua expansão. A discordância do entrevistado 2, é pela prioridade dada ao agronegócio de grãos, em detrimento dos produtores da agricultura familiar. A maior cobrança é pela mesma atenção do poder público e, principalmente, em destinar ações de políticas públicas mais efetivas à agricultura familiar e poder colher os resultados, tanto de um, quanto do outro segmento agrícola, com tratamento igualitário aos dois, conforme menciona o representante da CPT:

É claro que o agronegócio continua da mesma forma que está, avançando em áreas sempre maiores, algumas vezes comprando ilegalmente, outras vezes adquirindo de forma ilegal essas terras, que tem um cenário de problemas judiciais que vêm, tem cenário de produtividade que vem crescer, mas sempre em benefício de poucas pessoas, e um cenário de um Estado totalmente voltado para a inclusão destes programas de agronegócio, em detrimento da população pobre, que vai se encontrar sempre mais pobre, ou seja, o dinheiro gasto é investido para isso.

Em 2014, o governador Waldez ganhou as eleições, em 2015, a primeira coisa que fez, qual foi? Ele asfaltou a estrada que vai para o Itaubal do Pírim. E deixa de asfaltar a estrada do Oiapoque, a estrada do Laranjal do Jari. Por que ele asfaltou a estrada que vai para Itaubal do Pírim? Porque lá é o grande foco do agronegócio, e pasmem! É o único município onde ele perdeu as eleições em 2014, ou seja, é um estado totalmente voltado para isso, e que não vê outra coisa.

Não que me faz uma política de inclusão também do pequeno agricultor, até porque se ele faz isso, o pessoal do agronegócio, ele se morde! Ele não vai gostar nada! Porque o agronegócio ele tende sempre mais a entrar nas terras, e aumentar sempre o volume das próprias terras. Então, vai de matemática, se aonde tinham vinte famílias e hoje só tem uma, aonde estão as outras dezenove? Vão ter que estar em outro lugar, nas periferias da cidade!

Não existe possibilidade de convívio harmônico entre produtor de grão e agricultura familiar. Por exemplo: na Itália, é assim, a reforma agrária, que foi implementada pelo governo fascista, o governo de 1930, ela fez justamente isso, tirou as grandes propriedades e dividiu em pequenas propriedades, é o único jeito! Por exemplo: meu avô e meu bisavô, eles trabalhavam de meia, ou seja, eles produziam, só que estavam no terreno do patrão deles. Então, o meu bisavô e outros vizinhos, todos tinham que entregar metade da produção para o patrão.

Quando veio o governo fascista, que fez tanta besteira, mas isso pelo menos ele fez certo! O que foi que ele fez? Ele obrigou o patrão a vender, então, cada qual ficou com seu pedaço de terreno, ou por exemplo: meu avô tinha

sete filhos, inclusive a minha mãe é uma delas, mas há quem ficou nas terras hoje, os meus primos, eles partem o trabalho, arrendam e faz esse tipo de serviço.

Então, considerando o recorte da pesquisa que é 2012 a 2016, que é o período mais intenso da exploração da cultura da soja. Essa expansão de produção de grãos não proporcionou o desenvolvimento do estado, pois a educação ficou naquela mesma, ou até piorou! A saúde nem se fala, ou seja, o setor primário mesmo não vi desenvolvimento algum! E nem tem como dizer que a através da chegada da soja também.

Os moradores, porque essa era uma das promessas que os moradores próximos podiam se beneficiar, através da criação de novos empregos. Eu não vi nem criação de novos empregos no campo, nem divisas que ajudassem o setor da saúde e da educação, as coisas fundamentais, as polícias, da segurança pública eu não vi nada em relação a isso! (E2).

Para o entrevistado representante da APROSOJA, o processo de expansão do agronegócio vai acontecer e o Amapá deve, prioritariamente, preparar-se para colher os melhores frutos do incremento econômico que o setor pode gerar. Contrário ao que afirma o representante da CPT, de que prometeram desenvolvimento e que até agora não se percebe evolução social, a qual foi prometida, mas sim a transformação das paisagens e expansão de áreas plantadas.

Na avaliação do entrevistado 3, para que esses efeitos possam ser percebidos, é necessário garantir as condições para que o setor avance na produção de grãos e se torne viável pois, para ele, por enquanto, ainda é um investimento e uma aposta, não gerando resultados perceptíveis na área urbana ou mesmo rural, conforme cita a fala descrita a seguir:

A perspectiva é que isso vai acontecer, independentemente, de qualquer coisa. A questão é a qualidade como o Amapá vai se beneficiar com isso, quais os benefícios para a sociedade de economia vão sentir, então, a gente, de tudo que foi falado, adequação de infraestrutura, atração de agroindústrias para produção de empregos, envolver umas cadeias maior nessa produção de grãos e a questão fundiária.

Mas, a perspectiva é boa, é de que a gente, dentro de alguns anos, esteja fazendo duas safras na mesma área de soja, arroz, milho, mandioca, batata. É preciso primeiro criar mais estrutura de secagem, armazenagem, isso tudo é iniciativa privada, questão mais que esbarra na questão fundiária, para que a gente possa estabelecer sistema de safra mais rentável, hoje os produtores que aqui estão insistindo.

A perspectiva é que o setor precisa ser lucrativo para continuar a crescer e para chegar num ponto, realmente, que vai ter escala para gerar o impacto sentido por todos (E3).

O grande desafio dos grãos de soja no Amapá está em avançar, crescentemente, na construção de capacidade competitiva dinâmica, baseada não apenas em preço, mas também nas inovações e melhoria da qualidade, e fazer isto

dentro de um modelo de desenvolvimento sustentável, do ponto de vista econômico, ambiental e social.

Acredita-se, que o agronegócio de grãos pode sim reverberar seus efeitos no tocante à tecnologia, conhecimento do campo, pesquisas do setor agrícola, melhorias para os produtores de menor porte, até mesmo pela atenção que o setor já vem recebendo, inclusive das instituições de ensino e formação profissional.

Para que os pequenos agricultores possam ter seus direitos reconhecidos, é fundamental também, o fortalecimento de sua representação, bem como de articuladores das políticas públicas de fomento ao setor agrícola de escala, e de agricultura familiar, como por exemplo, o fundo estadual FRAP, que existe para viabilizar projetos de agricultura familiar, dentre eles, alguns que recebem insumos da produção de grãos.

Com a expansão da agricultura de grãos, o setor se fortalece como um todo, até mesmo, porque o Amapá tem abastecido, de forma insuficiente, a demanda de produtos de primeira necessidade dos consumidores locais, desde as hortaliças até produtos primários, como feijão e arroz ou óleo de soja.

Um exemplo muito claro, é o feijão que tem consumo estimado, pelo último censo agropecuário, em 20 mil toneladas e produz menos de 20% da demanda, com valores de 1,3 mil toneladas chegando aos supermercados locais.

Isso é fundamental para que a produção de soja possa, além de consolidar e ampliar sua posição nos mercados que atendem atualmente, conquistar o mercado nacional, inserindo-se, gradualmente, em cadeias internacionais.

O desenvolvimento dessa competitividade dinâmica, e sustentável, passa pela implementação de uma série de ações que, entre as quais, já vêm sendo discutidas na produção de grãos de soja no Amapá e, algumas, inclusive, já se encontram em fase adiantada de viabilização. Ações nas áreas de crédito e financiamento, qualidade, comercialização, modernização produtiva e tecnológica, responsabilidade social e ambiental, cuja execução está associada ao fortalecimento da articulação e cooperação entre os diversos agentes da produção de grãos de soja.

Faz-se necessário ainda, o fortalecimento das entidades representativas das partes interessadas, com a atuação do governo como mediador do processo de organização e gestão da exploração, economicamente, responsável do cerrado,

prezando pelos efeitos positivos, do ponto de vista da geração de emprego e renda e, da minimização dos efeitos maléficos ao meio ambiente.

Nota-se, que os produtores já detêm deste entendimento, dada a articulação de políticas públicas para o setor, realizadas pela Associação dos Produtores de Soja no Amapá (APROSOJA). Menciona-se também que, dada à possibilidade de incremento na balança comercial e atento aos índices econômicos que a produção de soja gera ao Brasil, é interesse do poder público, em suas esferas estadual e municipal, contribuir para a estruturação e fortalecimento da capacidade de autogestão do setor do agronegócio no Amapá.

Diante do exposto, a associação APROSOJA no Amapá possui um papel fundamental no desenvolvimento econômico, social e tecnológico, beneficiando todas as empresas e engajando comunidades locais, centros de tecnologia e pesquisa, instituições de ensino e entidades públicas ou privadas. Tudo isso possibilita a geração de maior competência às empresas, maior competitividade e inserção em novos mercados, inclusive externos.

No Amapá, os produtores rurais precisam de condições para o aumento e continuação de suas produções. Nesta ótica, o governo do Amapá tem procurado auxiliá-los com recursos financeiros, qualificação do homem no campo, investimento em maquinários, incentivo de tecnologias e criação de estruturas, assim como vem promovendo parcerias com o governo federal, associações, cooperativas e sindicatos.

Quanto à parceria com o governo federal, o Estado tem disponibilizado recursos por meio de linha de financiamentos, crédito, incentivos fiscais, além de articular através de instituições públicas e privadas, uma política integrada, com intuito de desenvolver o setor primário. E ainda, tem adotado uma política de incentivo ao pequeno agricultor, por meio da regularização fundiária e assentamentos, orientação e assistência técnica, além de acesso a financiamentos, seja pelo FRAP ou mesmo pelo PRONAF ou FNO.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se, no decorrer desta pesquisa, que os estudos e as discussões sobre o desenvolvimento econômico, focado na expansão do agronegócio em território amapaense, especialmente, na produção da soja, no período de 2012 a 2016, contribuiu para o crescimento e incremento econômico do Estado do Amapá. Isto, por sua localização estratégica, em relação aos demais do país, onde o transporte fluvial se torna mais viável, facilitando a implantação de atividades comerciais no mercado mundial, confirmando assim, a hipótese da pesquisa, de que a expansão do agronegócio pode gerar o desenvolvimento econômico, a partir da resolução da questão fundiária e de ações secundárias por parte do Estado e, desde que superados os desafios, e que o processo ocorra dentro do que prevê a legislação vigente.

Frente a isso, faz-se necessária uma discussão ampla sobre a análise dos conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico, bem como de suas diversas abordagens, que são fundamentais para que seja possível identificar as variáveis existentes e avaliar os resultados promovidos por tal modelo de desenvolvimento econômico, a partir da expansão da produção de soja no Amapá.

Mencionou-se ainda, a contribuição para o desenvolvimento regional, no caso do Estado de Rondônia, citado no texto, bem como seus indicadores apresentados, os quais comprovam a evolução do PIB do referido Estado, além da contribuição do agronegócio para que se tenha alcançado tais indicadores. O caso serve de referência comparativa ao Amapá, visto que a inserção do agronegócio de grãos aqui pode gerar o mesmo ou melhor efeito na economia do Estado.

Por meio da pesquisa bibliográfica e do levantamento de dados, foi possível perceber que, a investigação aponta o período que agronegócio brasileiro teve um grande impulso, no ano de 2012, período em que saltou de R\$ 934.578.000,00 em milhões correntes para R\$ 1.428.880.000,00 em 2016, segundo os indicadores do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada e dos dados da Confederação Nacional da Agricultura, propagando-se por regiões que eram tidas como inapropriadas para a produção de grãos em larga escala. Verifica-se então, que o agronegócio brasileiro possui uma importância econômica-social, pois reflete fortemente na geração de riqueza, emprego e renda do país.

A pesquisa também denota claramente, a evolução do Produto Interno Bruto do Amapá no período analisado, onde o PIB salta de R\$ 11.130.868,00 em 2012, para valores dimensionados em R\$ 13.861.201,00 em 2015, sem considerar os valores com projeção crescente para o ano 2016, visto que, os dados oficiais ainda não foram disponibilizados para consulta pública pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de onde vieram as informações supramencionadas quanto ao PIB do Estado do Amapá.

Destaca-se ainda, que analisadas as variações dos municípios onde a cultura de grãos se intensificou, também foi possível observar o crescimento na produção de riquezas. Os municípios de Cutias, Porto Grande, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Itaubal e Macapá, sendo estes dois últimos detentores da maior área de produção de grãos, registraram uma evolução no Produto Interno Bruto, tanto em indicadores de valores totais, quanto de indicadores específicos do setor agropecuário, sendo a única exceção Porto Grande, no que toca ao PIB da agropecuária, que teve um decréscimo no período da pesquisa.

Durante as entrevistas, verificou-se que os atores, representantes das entidades, apesar de alguns pontos de vista divergentes, possivelmente, devido à posição que ocupam, muitas vezes, atuam em conjunto e tentam resguardar os interesses da categoria, tanto de agricultores familiares, quanto dos agricultores que produzem grãos, como no caso da questão relacionada à regularização fundiária, em que, apesar das divergências, quanto ao tratamento de cada categoria, ambos concordam que a medida deve ser a prioridade do Estado, prezando pela celeridade e, conseqüentemente, pela diminuição da burocracia para emissão dos títulos. O fato reflete também, na manutenção da relação de confiança estabelecida entre os membros e seus representados na questão rural.

Os atores compreendem que o processo de expansão do agronegócio tem conseqüentes impactos, tanto para o Estado, quanto para a população, no sentido do uso das terras, decorrente de vários processos e mecanismos, que acabam afetando negativamente o seguimento. Para ambos os entrevistados, deve ser garantido a prioridade, no que toca ao destravamento do setor, porém, conforme menciona o representante da Comissão Pastoral da Terra, é necessário o atendimento à demanda da agricultura familiar e, não somente ao agronegócio. Sobretudo, entende-se que o setor agrícola pode contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento econômico do Amapá.

Partindo da referida hipótese, a expansão do agronegócio de produção de soja no Amapá é viabilizada a partir da realização da regularização fundiária como ação prioritária, seguida de investimentos em melhoramento das tecnologias de preparo do solo, seja com equipamentos ou, em sua correção com a aplicação de calcário, plantio e colheita dos grãos, ampliação e modernização dos canais de escoamento e armazenagem da produção, tendo como complemento, a identificação e comercialização com mercados consumidores de soja.

Verificou-se, tanto no depoimento do representante dos produtores de grãos, quanto no depoimento do representante da Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá, inclusive com dados oficiais da própria instituição, que o agronegócio brasileiro tem se destacado como um dos mais importantes no mercado mundial, além de ser o principal setor de sustentação da economia do país, nos anos de crise, representando 23,8% do PIB (Produto Interno Bruto), empregando 37% de toda a mão de obra nacional, ocupando pessoas não somente no campo, mas, sobretudo, nas cidades. Dessa forma, se isso ocorre em outras unidades da federação, logicamente, também poderá ocorrer no Amapá, reverberando seus efeitos positivos sobre a economia e população local e regional, além de ter seus efeitos negativos minimizados, por meio de uma atuação dentro da lei.

No Amapá, em três anos, o PIB do setor agropecuário cresceu 25% e, levando-se em consideração as atividades do agronegócio, que alcançam os serviços e a indústria, estima-se 9% do geral. Neste sentido, a empregabilidade começa a sentir esses efeitos sensíveis e as instituições de ensino buscam atender a demanda, emergente, de qualificação de pessoas para o posicionamento no mercado de trabalho, com a oferta de cursos de formação profissional, tanto em nível técnico, quanto superior, a fim de garantir que a mão de obra especializada seja demandada em mercado local.

O agronegócio está crescendo exponencialmente no Amapá. Os indicadores tanto da APROSOJA quanto da EMBRAPA, ou mesmo do IBGE, apontam para uma área plantada com grãos que passou de 2,4 mil hectares, em 2012, ano da retomada dos esforços públicos e privados pela viabilização do agronegócio ou agricultura comercial no Amapá segundo dados oficiais, para aproximadamente 20 mil hectares no último ano de análise da pesquisa. Entre 2012 e 2016, conforme dados da AGÊNCIA AMAPÁ, órgão oficial das políticas de Desenvolvimento Econômico do Estado, o agronegócio da soja atraiu cerca de 100 empresas para o

Amapá e gerou por volta de 1.200 empregos em toda a cadeia produtiva. Assim, percebe-se que houve um crescimento considerável no que tange ao Desenvolvimento Econômico e na expansão de plantação de grãos no Estado.

Considerando um cenário favorável, com a superação dos principais gargalos que obstaculizam um maior dinamismo do segmento, como a regularização fundiária, e a celeridade do licenciamento ambiental, dados da APROSOJA projetam, para o ano de 2022, alcançar 100 mil ha de área plantada, com uma produção de 278 mil toneladas e um impacto no PIB do Amapá de R\$ 347 milhões.

Segundo os relatos dos entrevistados, que representam o poder público e os produtores de grãos, existem decisões e análises importantes para potencializar os efeitos da expansão do agronegócio de grãos para o Amapá. São elas: as grandes virtudes climáticas, inclusive com perspectiva de duas safras por ano; baixo custo de implantação dos projetos; alto nível de competitividade logística; significativo ganho econômico para o Estado; altíssimo ganho social local e regional; baixíssimo impacto ambiental; conflitos fundiários relativamente reduzidos; e estrutura cooperativista, que impacta diretamente no poder de articulação e fortalecimento do setor junto aos promotores das políticas públicas de desenvolvimento.

Vale destacar aquilo que o entrevistado, representante dos produtores de grãos afirmou, como ponto principal, para o problema da regularização das terras: “fazê-la sair do papel, e do plano e desse jogo de burocracia, cria lei, fazer decreto, e ir para prática”. Percebe-se, nitidamente, pelas respostas de todos os atores entrevistados, mesmo aquele que atua na minimização dos efeitos negativos aos produtores de agricultura familiar, que ainda passa muito pelo “querer fazer”, promover de fato o desenvolvimento do Estado, a partir da viabilização de setores econômicos prioritários, como é o caso do agronegócio, e ainda, como é o caso do representante da Comissão Pastoral da Terra, no sentido de garantir o direito à propriedade e o modelo de produção dos pequenos produtores, que já ocupavam áreas onde hoje se prospecta a produção de grãos.

O setor de produção de grãos, fortalecido e atuante, promove, espontaneamente, a atração de investimentos em industrialização e verticalização da cadeia produtiva do agronegócio e, por consequência, os efeitos econômicos e sociais serão perceptíveis com a geração de emprego e incremento de renda. Por fim, o aumento do poder de consumo vai impactar e melhorar, significativamente, o volume das atividades de comércio e a arrecadação do poder público.

Dentre os outros desafios a serem superados, destaca-se a política clara de como esses benefícios fiscais e tributários podem chegar, principalmente, na agroindústria que se basear na produção primária. Nenhuma grande indústria vai se estabelecer no Amapá se houver alguma dúvida quanto à garantia de matéria prima e, segundo, se houver alguma insegurança política, institucional, tributária e fiscal. E, apoiar com infraestrutura, o remanescente: a questão financeira, empresarial, capacidade técnica, conhecimento, isso tudo já existe e pode ser melhorado com o avanço do processo.

Constatou-se, pelas narrativas dos entrevistados, outros desafios e perspectivas para a expansão do agronegócio, a partir da produção de grãos no Estado do Amapá, quais sejam: a proximidade da produção em relação ao porto da Companhia Docas de Santana e do Terminal de Uso Privado em implantação pela empresa CIANPORT, com infraestrutura de escoamento relativamente adequada; a constituição de toda uma cadeia de fornecimento de elementos básicos para a produção como calcário, fertilizantes e defensivos que permitem a produtividade do solo; a relativa disponibilidade de terras no cerrado amapaense, estimadas pelo Zoneamento Agrícola do Cerrado em aproximadamente 900 mil hectares, dos quais 400 mil têm potencialidade para a produção de grãos; a incipiente, mas crescente estrutura de secagem e armazenagem disponibilizada pela iniciativa privada, dentre outros fatores.

Assim, o processo de Desenvolvimento Econômico que ocorre no Amapá, considerando o recorte da pesquisa que é 2012 a 2016, é perceptível, porém exige atenção e empenho na superação dos desafios existentes para que seja mais intenso e tenha, como ação prioritária, o aumento da produção de grãos no Estado e a conseqüente agregação de valor, bem como sua transformação em produtos derivados ou que sejam insumos para outras atividades econômicas vinculadas à cadeia produtiva do agronegócio. Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) no Amapá, existem cerca de 400 mil hectares de sua área de Cerrado aptos para a agricultura.

Ao finalizar esta trajetória, é preciso esclarecer que não se pretendeu encerrar a explicação, do leque decorrente do estudo do Desenvolvimento Econômico no Amapá, através do agronegócio na produção de grãos. Todavia, os resultados desta pesquisa permitem ampliar as discussões acadêmicas voltadas à compreensão desse assunto, bem como descobrir novos desafios. Dessa maneira, este estudo

pretende sugerir conteúdo para pesquisas posteriores, sobre o Desenvolvimento Econômico no Amapá, presente nas relações de consumo e na economia do país.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

ABRANTES, J. S. **(Des) envolvimento local em regiões periféricas do capitalismo**: limites e perspectivas no caso do Estado do Amapá (1966 a 2006). Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

AMAPÁ, Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá (AGÊNCIA AMAPÁ). **Guia do Investidor Amapá**. 4 ed. Macapá: GEA, 2015.

AMAPÁ, Secretaria de Planejamento do Amapá (SEPLAN). **SEPLAN e IBGE apresentam desempenho do PIB dos municípios amapaenses**. 2017. Disponível em: <<https://www.portal.ap.gov.br/noticia/1512/seplan-e-ibge-apresentam-desempenho-do-pib-dos-municipios-amapaenses>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

ANUT, Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Cargas. **Transporte: Desafio ao Crescimento do Agronegócio Brasileiro**. Oficina Técnica para Definições de Processos e Sistemas Inovadores para Ganhos de Competitividade do Agronegócio Brasileiro, Brasília-DF, dez, 2008.

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos do agronegócio**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

AVERETO, A. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão**. São Paulo: Iglu/ Fapesp, 2007.

BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento. **BNDES libera R\$ 129 milhões para projetos no Amapá**. 2016. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20150728_amapa>. Acesso em: 04 mai. 2018.

BASA, Banco da Amazônia. **Agronegócio**. 2018. Disponível em: <<http://bancoamazonia.com.br/index.php/agronegocio>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

BASSAN, D. S.; SIEDENBERG, D.R. Desenvolver buscando a redução das desigualdades. In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. (Orgs.) **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003, p. 137-157.

BATALHA, M. O. **Gestão agroindustrial**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BECKER, B. K. Geografia da Amazônia. **Estudos avançados**. v.19, n. 53, jan/abr, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielotext&pid=S0103-40142005000100005>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

BICKEL, U. **Brasil**: Expansão da soja, conflitos sócio-ecológicos e segurança alimentar. 2004. Disponível em: <assets.panda.org/downloads/tese_expansao_soja_brasil2004_by_bickel.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.

BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 13, Brasília, 1996.

BORGES, A. **O grande desafio do agronegócio no Brasil**. 2008. Disponível em: <<http://www.empreendedorrural.com.br>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Indústria e Comércio (MDIC). **Arranjo Produtivo Local**. 2009. Disponível em: <www.mdic.gov.br>. Acesso em: 01 out. 2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Portal do MDA**. 2014. Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em: 05 abr. 2017.

BRASIL, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e desenvolvimento Agrário. **Agricultura**. 2018. Disponível em: www.mda.gov.br.

BRASIL, Tesouro Nacional. **Transferências Constitucionais**. Disponível em <http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1::IR_962295:NO::>>. Acesso em 16 mai. 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O Conceito histórico de desenvolvimento econômico**. FGV. 2006. Disponível em: <www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-conceitohistoricodesenvolvimento.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

CARVALHO, O. **Desenvolvimento regional**: um problema político. 2 ed. Campina Grande: EDUEPB, 2014. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

CASSIOLATO, J. (Org.) **Estratégias para o Desenvolvimento**: enfoque sobre arranjos produtivos locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. E-papers, 2006, p. 249-258.

CASTRO, G. S. A. **O futuro da agricultura amapaense**. 2015. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/amapa/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1018393/o-futuro-da-agricultura-amapaense>>. Acesso em: 05 mai. 2018.

CASTRO, L. C.; MIRANDA, M. H.; LIMA, J. E. Indicadores sociais de desenvolvimento e a produção de soja: uma análise multivariada nos 150 maiores municípios produtores brasileiros. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 11, n. 1, p. 69-87, jan-abr, 2015, Taubaté, SP, Brasil.

CAVALCANTE, L. R. M. T. **Produção Teórica em Economia Regional: uma proposta de sistematização**. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, vol. 02, nº 1, p. 09-32, 2008.

CAVALCANTI, E. **Setor produtivo do Amapá e a pesquisa agropecuária**. Embrapa Amapá, 2011.

CEPEA, Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - ESALQ/USPPIB. **Agronegócio Brasil**. GDP Agribusiness. 2017. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

_____. **PIB do Agronegócio Brasil**. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro>>. Acesso em 23 out. 2018.

COSTA, D. **Estimativa de safra recorde de grãos impulsiona desempenho do setor**. 2017. Disponível em: <<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias>>. Acesso em: 02 mai. 2018.

COSTA, S. M. G. **Territórios e mercado de terras no Baixo Amazonas**: expansão da sojicultura e valorização fundiária. VI Encontro Nacional da Anppas. 2012.

CONTINI, E. et al. Evolução recente e tendências do agronegócio. **Revista política Agrícola**, n. 1, jan./fev./mar. 2006. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/119027/1/Evolucaorecenteetendenciasdoagronegocio.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

CNA, Confederação da Agricultura e Pecuária Do Brasil. **Agronegócio**. 2017. Disponível em: <<https://www.embrapa.br>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Amapá usa menos de 10% da sua capacidade agrícola, aponta Embrapa**. 2018. Disponível em: <<https://www.embrapa.br>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

ECOAGRO, Empresa de Consultoria em Agronegócio. **O Agronegócio no Brasil**. 2018. Disponível em: <<http://www.ecoagro.agr.br>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

FAO, Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Statistics: FAOSTAT**. Valor de exportação do Brasil para soja e óleo de soja no período de 1990 a 2009. 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

FAVERETO, A. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão**. São Paulo: Iglu. Fapesp, 2007.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. 2009. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/arti.php>>. Acesso em: 2 abr. 2018.

FRANÇA, M. O. **Arranjo produtivo local cerâmico terra cozida do pantanal**: sistemas de cooperação, aprendizado interativo e inovação em desenvolvimento local. 2011. 108f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2011. Disponível em: <site.ucdb.br/.../8198-arranjo-produtivo-local-ceramico-terra-cozida-do-pantanal-sistemas-de-cooperacao-aprendizado-interativo-e-inovac>. Acesso em: 18 jan. 2018.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUANZIROLI, C.; BERENGUER, M. O. **Experiências recentes bem-sucedidas no Brasil em agronegócio e desenvolvimento rural sustentável**. Centro de Referência do Agronegócio Região Sul – CERAGRO. Brasília: IICA, 2010.

GUIMARAES, W. F. F. **Capital humano e o desenvolvimento do agronegócio no sudeste de Goiás**. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/pub/conj/conj11/artigo07.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

HEREDIA, P.; MOACIR, P.; LEITE, S. L. Sociedade e Economia do “agronegócio” no Brasil. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 25, n 74, p. 159-196, out. 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de informações estatísticas SIDRA**. 2018. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA). Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/lspa/amapa>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

_____. **Banco de informações estatísticas SIDRA da Produção Agrícola Municipal**. 2013-2014. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

_____. **Banco de informações estatísticas SIDRA**. 2012-2015. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/geratabela>>. Acesso em: 01 out. 2018.

IEPA, Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá. **Zoneamento Ecológico Econômico do Amapá (ZEE)**: Atlas I. 2. ed. Macapá: IEPA, 2007.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Entendimento do Incra sobre a classificação da extensão das propriedades rurais**. 2017. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/stf-acolhe-entendimento-do-incrapgf-sobre-classificacao-da-extensao-de-propriedades-rurais>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

_____. **Tamanho das propriedades rurais**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>>. Acesso em: 26 de abr. 2017.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em 01 out. 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAMEIRA, A. M. T. **Apropriação e Usos do Cerrado e a Expansão da Monocultura da Soja nos Municípios de Itaúbal e Macapá, no Estado do Amapá**. 2016. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Núcleo de Meio

Ambiente da Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponibilizado pelo autor em: 02 jan. 2017.

LEMOS, C.; ALBAGLI, S.; SZAPIRO, M. Políticas de promoção de arranjos produtivos locais no Brasil: evolução recente e desafios atuais. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. (Orgs.) **Estratégias para o Desenvolvimento**: enfoque sobre arranjos produtivos locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. E-papers, 2006, p. 249-258.

MEDEIROS, J. B. **Redação Científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MORAES, J. L. A. Capital Social: potencialidades dos fatores locais e políticas públicas de desenvolvimento local regional. In: BERCKER, D. F.; WITTMANN, M. L. (Orgs.). **Desenvolvimento Regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz: Edunisc, 2003.

NASCIMENTO, O. A. **Implicações do contexto da zona de fronteira/BR 156/Ponte Binacional na configuração da paisagem urbana de Oiapoque**. 2009. 140 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2009.

NAVARRO, Z; PEDROSO, M. T. M. **Agricultura familiar**: é preciso mudar para avançar. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011.

NOVAES, V. **PIB da agropecuária tem alta de 1,8% em 2015**. Disponível em: <<http://bit.ly/28NPCHB>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

NUNES, S. P. O desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a ideia de Desenvolvimento Rural. **DESER**: Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais: Boletim Eletrônico, Curitiba-PR, v. 157, n. 1, p.1-15, mar. 2007.

OLIVEIRA, G. B. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista FAE. Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, mai/ago. 2002.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses**. 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ORTEGA, A. C. Potenciais e limites de uma política de desenvolvimento local: O PRONAF à Luz do LEADER. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 40, n. 2, abr/jun. 2007.

RAEPER, W. **Introdução ao Estudo das Ideias**: Religião e Filosofia no Presente e no Passado. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Loyola, 1997.

RONDÔNIA, Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG). **Produto Interno Bruto do Estado de Rondônia 2002-2012**. 2016. Disponível em: <<http://www.sepog.ro.gov.br/Uploads/Arquivos/PDF/PIBRondonia/>>. Acesso em 23 out. 2018.

_____. **PIB de Rondônia cresce 3,7% e fecha período de 2010 a 2014 em R\$ 34,031 bilhões; agronegócio teve melhor desenvolvimento.** 2016. Disponível em: <<http://www.rondonia.ro.gov.br/pib-de-rondonia-cresce-37-e-fecha-periodo-de-2010-a-2014-em-r-34031-bilhoes-agronegocio-teve-melhor-desenvolvimento/>>. Acesso em 23 out. 2018.

SCHUMPETER, J. A. A. **The theory of economic development.** Cambridge, Harvard University, 1964.

_____. **Teoria do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **Capitalismo, socialismo e democracia.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SEBRAE, Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Diagnóstico Sócio Econômico do Agronegócio do Amapá.** Brasília: SEBRAE, 2014.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, A. R. F. **Perspectivas das políticas territoriais na faixa de fronteira internacional da Amazônia Oriental brasileira: estados do Pará e do Amapá.** 2011. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Geografia - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TEIXEIRA, E. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa.** 5. ed. Belém: UNAMA, 2001.

TEJON, J. L. **Agronegócio em 2017: além da 'economia'.** Disponível em: <<http://www.abag.com.br/conteudos/interna/abag-agronegocio-em-2017>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

VEIGA, J. E. **Do Global ao Local.** Campinas: Autores associados, 2005.

APÊNDICE A

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/ MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

Mestrando: Bruno Ricardo da Silva de Castro

Orientador: Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima

Tema: Desenvolvimento Econômico no Amapá: uma análise sobre o agronegócio de grãos no período de 2012 a 2016.

Participantes: Representantes de entidades governamentais e não governamentais

Roteiro de Entrevista

- 1) De que forma o Estado do Amapá pode proporcionar o desenvolvimento econômico a partir da expansão do agronegócio de grãos?
- 2) Quais as decisões importantes para potencializar os efeitos da expansão do agronegócio de grãos para o Amapá?
- 3) As condições de financiamento são adequadas a necessidade do setor? Justifique.
- 4) A estrutura portuária está adequada a quantidade produzida e demanda do setor?
- 5) existe alguma previsão de expansão da estrutura e operação portuária em razão do agronegócio de grãos?
- 6) As condições e infraestrutura rodoviária está adequada a demanda de escoamento da produção?
- 7) O Estado possui condições fundiárias adequadas à segurança jurídica do direito à propriedade propicio para a expansão do agronegócio de grãos? Quais os principais desafios na questão fundiária? Justifique.
- 8) O Agronegócio de grãos vem transformando o setor agrícola do Amapá? Como?
- 9) Quais os desafios e as perspectivas para a expansão do agronegócio a partir da produção de grãos no Estado do Amapá?

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado e participar da pesquisa referente intitulada **“DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO AMAPÁ: uma análise sobre o agronegócio de grãos no período de 2012 a 2016”** desenvolvida por Bruno Ricardo da Silva de Castro. Fui informado, ainda, de que a pesquisa é orientada pelo professor Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima, a quem poderei contatar ou consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº 98142-8095 ou e-mail: ricardoangelo_pereira@yahoo.es.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é no sentido de compreender os desafios e as perspectivas de Desenvolvimento Econômico para o Amapá a partir da expansão do agronegócio de grãos.

Fui também esclarecido de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará por meio de uma entrevista estruturada com base no roteiro de perguntas, assim como observação, análise documental e gravação específica, gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo pesquisador e seu orientador.

Fui ainda informado de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).


Macapá, ____ de _____ de _____

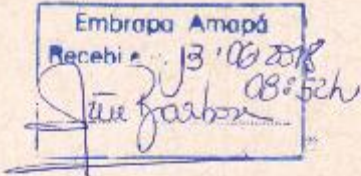
Assinatura do participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____

APÊNDICE C

Solicitações de Colaboração para Pesquisa - Entrevista





Universidade Federal do Amapá
Programa de Pós Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional

Ao Senhor
Nagib Jorge Melém Junior – Chefe Geral
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amapá


Com o objetivo de coletar dados para a pesquisa intitulada, **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO AMAPÁ: uma análise sobre o agronegócio de grãos no período de 2012 a 2016**, do mestrando Bruno Ricardo da Silva de Castro, pertencente ao Programa de Pós Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional – PPGMDR da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, sob orientação do Professor Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima, solicitamos da Embrapa a colaboração no fornecimento de informações pertinentes ao trabalho de pesquisa do aluno mencionado acima.

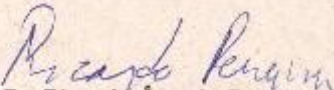
Diante do exposto solicitamos a colaboração para **realização de uma entrevista com roteiro em anexo** no sentido de disponibilizar dados quantitativos e qualitativos referente ao tema acima citado, conforme abaixo:

- Concessão de entrevista com áudio gravado;
- Acesso a documentos pertinentes à pesquisa;
- Informações referentes ao setor de produção de grãos no Amapá.

Reforçamos a solicitação dizendo que tais informações são de fundamental importância para a efetiva produção de conhecimento científico sobre o tema do agronegócio de grãos no Amapá e reiteramos os votos de agradecimento e estima.

Para mais informações, segue os contatos do mestrando Bruno Ricardo S. Castro 96-98139-4034 / 96-99195-9150 / 96-99178-5869.


Bruno Ricardo S. Castro
 Mestrando MDR
 UNIFAP


Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima
 Orientador da Pesquisa
 UNIFAP



Universidade Federal do Amapá
Programa de Pós Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional

Ao Senhor

Jurandir Dias Moraes – Diretoria Técnica de Ordenamento Territorial
Instituto do Meio Ambiente e do Ordenamento Territorial do Amapá-IMAP

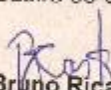
Com o objetivo de coletar dados para a pesquisa intitulada, **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO NO AMAPÁ: uma análise sobre o agronegócio de grãos no período de 2012 a 2016**, do mestrando Bruno Ricardo da Silva de Castro pertencente ao Programa de Pós Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional – PPGMDR da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, sob orientação do Professor Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima, solicitamos do IMAP a colaboração no fornecimento de informações pertinentes ao trabalho de pesquisa do aluno mencionado acima.

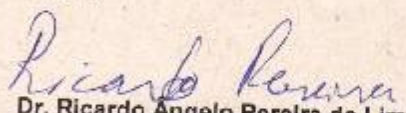
Diante do exposto solicitamos a colaboração para **realização de uma entrevista com roteiro em anexo** no sentido de disponibilizar dados quantitativos e qualitativos referente ao tema acima citado, conforme abaixo:

- Concessão de entrevista com áudio gravado;
- Acesso a documentos pertinentes à pesquisa;
- Informações referentes ao setor de produção de grãos no Amapá.

Reforçamos a solicitação dizendo que tais informações são de fundamental importância para a efetiva produção de conhecimento científico sobre o tema do agronegócio de grãos no Amapá e reiteramos os votos de agradecimento e estima.

Para mais informações, segue os contatos do mestrando Bruno Ricardo S. Castro 96-98139-4034 / 96-99195-9150 / 96-99178-5869.


Bruno Ricardo S. Castro
 Mestrando MDR
 UNIFAP


Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima
 Orientador da Pesquisa
 UNIFAP

Documento nº	
Entrega em	13/06/18
Andamento	01/100
Responsável	



Universidade Federal do Amapá
Programa de Pós Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional

Ao Senhor
Padre Sisto Magro
Coordenador da Comissão Pastoral da Terra – CPT Amapá

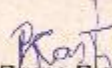
Com o objetivo de coletar dados para a pesquisa intitulada, **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO AMAPÁ: uma análise sobre o agronegócio de grãos no período de 2012 a 2016**, do mestrando Bruno Ricardo da Silva de Castro, pertencente ao Programa de Pós Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional – PPGMDR da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, sob orientação do Professor Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima, solicitamos da Comissão Pastoral da Terra a colaboração no fornecimento de informações pertinentes ao trabalho de pesquisa do aluno mencionado acima.

Diante do exposto solicitamos a colaboração para **realização de uma entrevista com roteiro em anexo** no sentido de disponibilizar dados quantitativos e qualitativos referente ao tema acima citado, conforme abaixo:

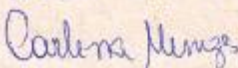
- Concessão de entrevista com áudio gravado;
- Acesso a documentos pertinentes à pesquisa;
- Informações referentes ao setor de produção de grãos no Amapá.

Reforçamos a solicitação dizendo que tais informações são de fundamental importância para a efetiva produção de conhecimento científico sobre o tema do agronegócio de grãos no Amapá e reiteramos os votos de agradecimento e estima

Para mais informações, segue os contatos do mestrando Bruno Ricardo S. Castro 96-98139-4034 / 96-99195-9150 / 96-99178-5869.


Bruno Ricardo S. Castro
 Mestrando MDR
 UNIFAP


Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima
 Orientador da Pesquisa
 UNIFAP

Recebi em 13.06.2018




Universidade Federal do Amapá
Programa de Pós Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional

COBA - SDR
 RECEBI ORIGINAL
 EM 13/06/2018
 SDR - Nobre - 14/06/2018
 UF - UNIFAP
 AS: 08:11/15

Ac Senhor
Robério Aleixo Anselmo Nobre - Secretário
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural - SDR


Com o objetivo de coletar dados para a pesquisa intitulada, **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO AMAPÁ: uma análise sobre o agronegócio de grãos no período de 2012 a 2016**, do mestrando Bruno Ricardo da Silva de Castro, pertencente ao Programa de Pós Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional – PPGMDR da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, sob orientação do Professor Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima, solicitamos da SDR a colaboração no fornecimento de informações pertinentes ao trabalho de pesquisa do aluno mencionado acima.


Diante do exposto solicitamos a colaboração para **realização de uma entrevista com roteiro em anexo** no sentido de disponibilizar dados quantitativos e qualitativos referente ao tema acima citado, conforme abaixo:

- Concessão de entrevista com áudio gravado;
- Acesso a documentos pertinentes à pesquisa;
- Informações referentes ao setor de produção de grãos no Amapá.

Reforçamos a solicitação dizendo que tais informações são de fundamental importância para a efetiva produção do conhecimento científico sobre o tema do agronegócio de grãos no Amapá e reiteramos os votos de agradecimento e estima.

Para mais informações, segue os contatos do mestrando Bruno Ricardo S. Castro 96-96139-4034 / 96-99195-9150 / 96-99178-5669.


Bruno Ricardo S. Castro
 Mestrando MDR
 UNIFAP


Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima
 Orientador da Pesquisa
 UNIFAP



Universidade Federal do Amapá
Programa de Pós Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional

A Senhora

Tânia Maria do Socorro Barroso Miranda Sousa – Diretora Presidente
Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá – Agência Amapá

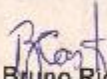
Com o objetivo de coletar dados para a pesquisa intitulada, **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO AMAPÁ: uma análise sobre o agronegócio de grãos no período de 2012 a 2016**, do mestrando Bruno Ricardo da Silva de Castro, pertencente ao Programa de Pós Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional – PPGMDR da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, sob orientação do Professor Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima, solicitamos da Agência Amapá a colaboração no fornecimento de informações pertinentes ao trabalho de pesquisa do aluno mencionado acima.

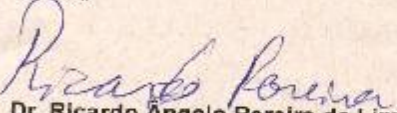
Diante do exposto solicitamos a colaboração para **realização de uma entrevista com roteiro em anexo** no sentido de disponibilizar dados quantitativos e qualitativos referente ao tema acima citado, conforme abaixo:

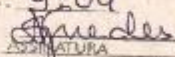
- Concessão de entrevista com áudio gravado;
- Acesso a documentos pertinentes à pesquisa;
- Informações referentes ao setor de produção de grãos no Amapá.

Reforçamos a solicitação dizendo que tais informações são de fundamental importância para a efetiva produção de conhecimento científico sobre o tema do agronegócio de grãos no Amapá e reiteramos os votos de agradecimento e estima.

Para mais informações, segue os contatos do mestrando Bruno Ricardo S. Castro 96-98139-4034 / 96-99195-9150 / 96-99178-5869.


Bruno Ricardo S. Castro
 Mestrando MDR
 UNIFAP


Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima
 Orientador da Pesquisa
 UNIFAP

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO AMAPÁ PROTOCOLO RECEBIDO ORIGINAL EM, 12/06/18 HORAS: 9:04  ASSINATURA
--



Universidade Federal do Amapá
Programa do Pós Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional

Ao Senhor
Daniel Sebben - Presidente
Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado do Amapá -
Aprosoja

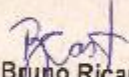
Com o objetivo de coletar dados para a pesquisa intitulada, **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO AMAPÁ: uma análise sobre o agronegócio de grãos no período de 2012 a 2016**, do mestrando Bruno Ricardo da Silva de Castro, pertencente ao Programa de Pós Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional – PPGMDR da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, sob orientação do Professor Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima, solicitamos da Aprosoja a colaboração no fornecimento de informações pertinentes ao trabalho de pesquisa do aluno mencionado acima.

Diante do exposto solicitamos a colaboração para **realização de uma entrevista com roteiro em anexo** no sentido de disponibilizar dados quantitativos e qualitativos referente ao tema acima citado, conforme abaixo:

- Concessão do entrevista com áudio gravado;
- Acesso a documentos pertinentes à pesquisa;
- Informações referentes ao setor de produção de grãos no Amapá.

Reforçamos a solicitação dizendo que tais informações são de fundamental importância para a efetiva produção de conhecimento científico sobre o tema do agronegócio de grãos no Amapá e reiteramos os votos de agradecimento e estima.

Para mais informações, segue os contatos do mestrando Bruno Ricardo S. Castro 96-98139-4034 / 96-99195-9150 / 96-99178-5869.


Bruno Ricardo S. Castro
 Mestrando MDR
 UNIFAP


Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima
 Orientador da Pesquisa
 UNIFAP

*Recebido
 13.06.18, Adriano Monteiro*